

ISSN-01035576 ISSN ONLINE-2594-7869

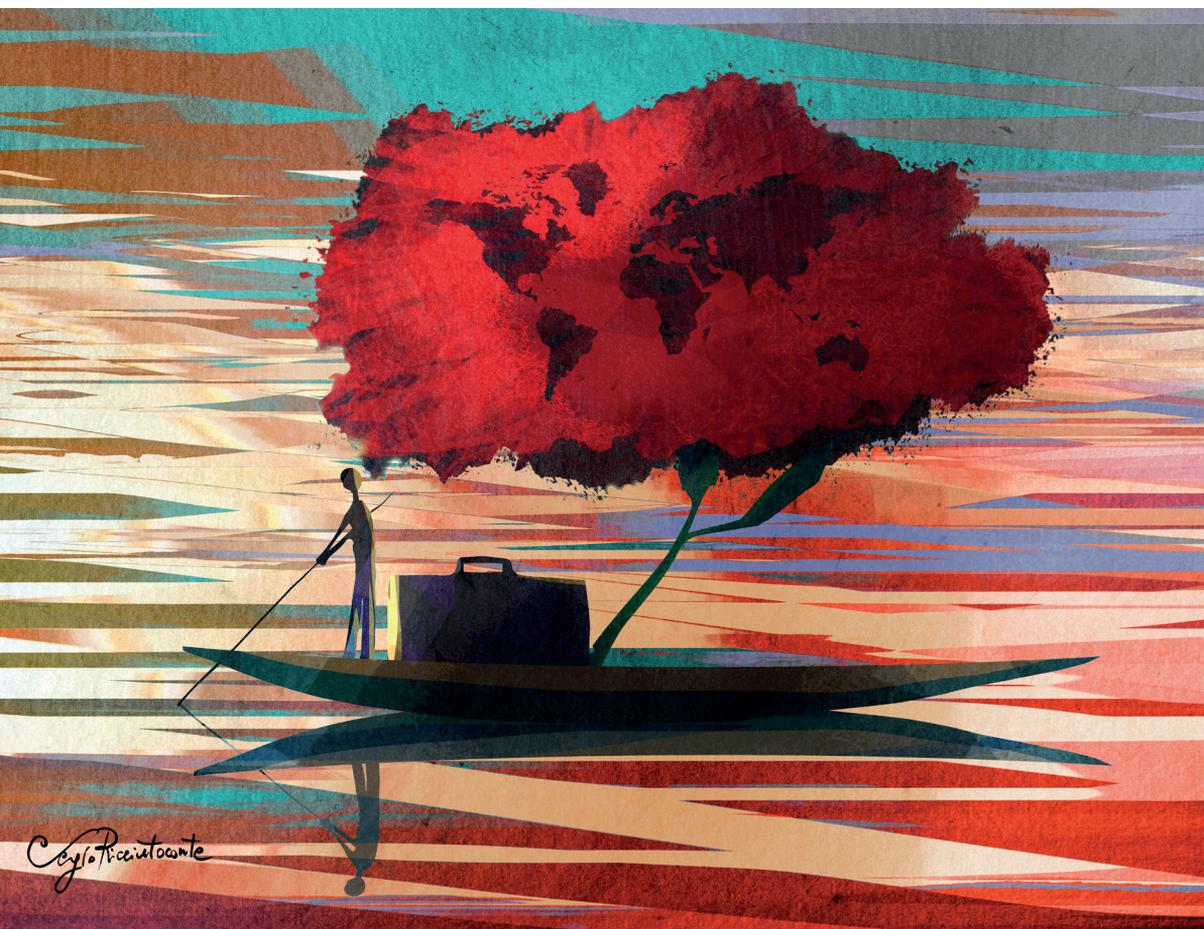
TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante **99**

Publicação do CEM - Ano XXXVII, Nº 99 - Janeiro - Abril/2024



Candangoianos

Haitianos

Anti-salazarismo

Jornal Portugal Democrático

Migração estudantil brasileira

Child Migration Studies

Centro de Pastoral para o Migrante

Paraguaios

Portugueses

Xenorracismo

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor Chefe

José Carlos Pereira - CEM/MISSÃO PAZ

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP),
Francisco Nunes (Casper Líbero), Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)
José Jorge Gebara (UNESP), Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA e CEMI/Unicamp),
Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar), Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar),
Sidney Antonio da Silva (UFAM), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica – MILANO)

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFES), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (USP), Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP-Rio Claro),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Érika Pires Ramos (USP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/Unicamp), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (PUC-SP), Margarida Maria de Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC), Neusa de Fátima Mariano (UFSCAR),
Odair da Cruz Paiva (UNIFESP), Patrícia Villen (UNICAMP),
Rosana Baeninger (Nepo/IFCH/Unicamp), Rosemeire Salata (UNESP/CAR),
Sidnei Marco Dornelas, cs (CEMLA), Tatiana Waldman (Museu da Imigração),
Valéria Barbosa de Magalhães (EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG)

COLABORADORES

Yara Sílvia Tucunduva, Dirce Trevisi P. Novaes (PUC-SP)

EDITORA DE LIAUTE

Renata Peres (UAM)

Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 5 |
| <i>José Carlos Pereira</i> | |
| Presentation | 9 |
| <i>José Carlos Pereira</i> | |
| Vozes da resistência ao salazarismo e a luta pela democracia em Portugal e no Brasil..... | 13 |
| <i>Sônia Maria de Freitas</i> | |
| Xenorracismo: a face do preconceito contra imigrantes..... | 39 |
| <i>Juliana Carvalho Ribeiro</i> <i>Rosana Baeninger</i> | |
| The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin | 61 |
| <i>Nivelton Alves de Farias</i> | |
| Candangoiãos: memórias entrelaçadas nas travessias dos universitários goianos em Brasília (UnB/Plano Piloto) | 87 |
| <i>Fred Le Blue Assis</i> | |
| Da interdisciplinaridade aos child migration studies: caminhos para uma abordagem das ciências sociais sobre a infância migrante . | 117 |
| <i>João Freitas de Castro Chaves</i> | |
| Territorialidades haitianas em Cuiabá/MT: o processo de reterritorialização através do Centro de Pastoral para o Migrante em Mato Grosso | 137 |
| <i>Danilo Paranhos Batista</i> | |
| CONTÓ | |
| Não há céu onde voam os aviões?..... | 151 |
| <i>Paulo Mortari</i> | |

Apresentação

José Carlos Pereira

A presente edição de Travessia traz um conjunto de textos que nos ajudam a considerar importantes questões que vêm sendo arroladas no atual debate público sobre política migratória no Brasil. Organização e mobilização social pela democracia, xenorracismo, resiliência e territorialidades, migração e infância, migração estudantil, territorialidades e acolhimento, principalmente este último, são temas presentes em todos eles.

Os textos não compõem um dossiê, tampouco abordam, em primeiro plano, o desenho e a implementação de políticas migratórias. Esta é uma temática transversal a eles. Não obstante, podemos dizer que temas ligados à xenofobia, à acolhida e à resiliência figuram como um denominador comum aos escritos, o que lhes dá certa unidade e articulação. Ademais, como temas políticos, sociais e humanitários são, também, algumas das questões mais candentes no debate sobre as migrações contemporâneas no Norte e no Sul global ainda tão prisioneiros da perspectiva racista que ancorou regimes colonialistas na Ásia, África e nas Américas, sobretudo a Latina.

No Norte global aquelas questões são debatidas, não raras vezes, com acento no slogan “Don’t we all fit.” ou “No cabemos todos”. O Brexit inglês foi um claro e duro recado dos britânicos a seus vizinhos europeus que ainda tinham alguma dúvida ou receio em relação à acolhida dos “estranhos à sua porta”. Já os países do Sul global vivem um processo de reformulação de políticas migratórias multilaterais voltadas à livre circulação de seus cidadãos, mas ainda com um gigantesco déficit de políticas de acolhimento desenhadas e implementadas pelos Estados, o que, se não impede, bloqueia as ações de acolhida implementadas pela sociedade civil, incluso as organizações e associações de migrantes. E, seja no Norte seja no Sul, a extrema direita, movimentos neonazistas e fascistas ganham terreno político em parlamentos e governos liberais na economia, conservadores nos costumes, etnonacionalistas em relação aos seus respectivos povos e procuram explorar economicamente os imigrantes e, concomitantemente, negar-lhes o reconhecimento e os direitos humanos.

Neste contexto histórico, os imigrantes e às suas organizações lançam mão de recursos como solidariedade, capital social, organização social, lutas por reconhecimento e incidência política como formas de estratégias e resiliências que lhes permitam organizar suas ações, memórias e trajetórias

tão fundamentais à sua (re)territorialização e ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural das sociedades onde chegam ou por onde circulam. No caso do Brasil, em que pese a composição conservadora do Congresso Nacional, são esses alguns dos sinais emitidos pelas lideranças políticas e demais participantes – dentre estes, imigrantes e suas organizações – nas audiências públicas, seminários e assembleias que têm sido realizadas no escopo da segunda COMIGRAR – Conferência Nacional de Migração e Refúgio, cujo resultado final convença setores sociais conservadores a se inclinarem pelo desenho e implementação de uma política migratória, efetivamente, inspirada pela democracia e os direitos universais da pessoa humana.

Assim, abrimos esta edição com uma importante referência aos 50 anos da Revolução dos cravos, no último dia 25 de abril de 2024. Trata-se do texto “Vozes da resistência ao salazarismo e a luta pela democracia em Portugal e no Brasil”, da historiadora Sonia Maria de Freitas. Ela aborda a resistência ao salazarismo organizada e realizada por portugueses radicados no Brasil, bem como as suas lutas por democracia, através do jornal Portugal Democrático, destacando a participação de mulheres.

Da Revolução dos cravos, passamos ao “Xenorracismo: a face do preconceito contra imigrantes”, texto de Juliana Carvalho Ribeiro e Rosana Baeninger, desenvolvido a partir do Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP). As duas pesquisadoras abordam o xenorracismo – uma convergência entre a xenofobia e a discriminação étnica/racial, com raízes coloniais – praticado contra imigrantes negros, morenos, indígenas no Brasil, especialmente na Região Metropolitana de Campinas, estado de São Paulo. Elas destacam que o crescimento da extrema direita e do neofascismo, em todo o mundo, implicam ataques deliberados contra imigrantes não brancos. No entanto, migrantes não brancos requerem intervenção e diálogo com a sociedade receptora em vista do direito de migrar, de uma sociedade justa e da dignidade humana.

Em “The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin”, de Nivelton Alves de Farias. A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes brasileiros, o texto explora o desenvolvimento e as práticas de recursos de capital social entre estudantes brasileiros em Dublin. Considerando a componente familiar, surgiram vários temas relacionados com introyeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança obrigatória emergiram das informações levantadas durante as entrevistas. Com uma boa articulação teórica, metodológica e analítica, o artigo oferece contribuições empíricas e teóricas originais para o campo dos estudos de capital social no contexto da migração internacional de estudantes.

Aprender realidades de estudantes migrantes também é tema de

pesquisa abordado por Fred Le Blue Assis em “Candangoianos: memórias entrelaçadas nas travessias dos universitários goianos em Brasília (UnB/ Plano Piloto)”. A partir da imigração de estudantes goianos, cognominados de ‘candangoianos’, em Brasília, o autor discute tradição e modernidade, no plano cultural, político e desenvolvimentista, entre Goiânia e Brasília. O autor desconstrói alguns mitos e clichês como os que consideram Goiânia como uma cidade conservadora, tradicional, e Brasília como uma cidade moderna. O processo migratório, as redes construídas, as coletividades e experiências proporcionadas pelo trânsito multissituacional, e as subjetividades dos migrantes analisadas pelo autor chegam mesmo a indicar uma inversão na classificação das duas cidades em tela.

Considerando a crescente migração de crianças e os debates políticos, bem como a ausência deles sobre o tema, João Freitas de Castro Chaves aborda a migração internacional de crianças ou adolescentes na perspectiva dos *child migration studies* como ensejador de um campo próprio. O seu artigo “Da interdisciplinaridade aos *child migration studies*: caminhos para uma abordagem das ciências sociais sobre a infância migrante” aponta para as potencialidades sociológicas desse tipo de estudo, bem como a implementação de políticas públicas no bojo da crescente migração de crianças em todo o mundo.

Em “Territorialidades haitianas em Cuiabá/MT: o processo de reterritorialização através do Centro de Pastoral para o Migrante em Mato Grosso”, Danilo Paranhos Batista analisa o processo de reterritorialização de haitianos em Cuiabá, a partir da atuação do Centro de Pastoral para o Migrante (CPM). Este Centro tem uma relevância fundamental na inserção social dos imigrantes na capital de Mato Grosso. Contudo, a ineficiência do estado mato-grossense na promoção de políticas públicas ainda concorre para a segregação socioeconômica daqueles imigrantes, o que expõe fragilidades no sistema de acolhimento e territorialização haitiana no estado.

Esta edição completa-se com o belo e comovente conto “Não há céu onde voam os aviões?”, de Paulo Mortari. Uma reflexão e inspiração à parte da sua tese de doutoramento, o conto é um mergulho profundo na alma de muitos imigrantes, no caso apresentado, paraguaios, expulsos de seus pedacinhos de chão, onde semeavam grãos para saciar suas necessidades e sonhos para o porvir. O avanço da agroindústria de monocultivos gerou e concentrou muitas riquezas, despedaçou suas roças de autoprovisionamento, suspendeu seus sonhos e os levantou do chão guarani. Deslocados para as periferias urbanas, passam a viver encurralados entre linhas, overloques e galoneiras. Feito formigas operárias, vivem a dormir e acordar sonhos de uma existência digna. Muitas vezes, seus sonhos até decolam, mas não se

sustentam na correria desvairada da cidade. Esta os atrai, os estimula, mas também os engole, os confunde, os sucumbe em cada rua, avenida, em cada esquina despida de chão guarani e de céus onde seus sonhos possam criar asas e voar feito aviões.

Sérgio Ricciuto Conte, capista de Travessia, apresenta uma arte de capa que nos remete à Revolução dos Cravos. Esta Revolução derrubou a ditadura salazarista em 25 de abril de 1974, em Portugal, e inspirou lutas libertárias e democráticas mundo afora, inclusive na África, no Brasil e em outros países latino-americanos. Com esse espírito libertário, a arte de Ricciuto nos apresenta um imigrante transportando um cravo em cujas pétalas segue o esboço de um mapa mundi. É como se os protagonistas da imigração, em meio a tantos muros e paradoxos, conscientes ou inconscientemente, carregassem sempre consigo a chama rubra da esperança, a liberdade e o direito de ir, vir e ficar com dignidade.

Boa leitura!

Presentation

José Carlos Pereira

This edition of *Travessia* brings a set of texts that help us consider important issues that have been raised in the current public debate on migration policy in Brazil. Organization and social mobilization for democracy, xenoracism, resilience and territorialities, migration and childhood, student migration, territorialities and reception are themes covered in the set of texts, with “welfare” permeating them all, in a transversal way.

The texts do not form a dossier, nor do they address, in the first place, the design and implementation of migration policies. This is a transversal theme to them. However, we can say that themes linked to xenophobia, acceptance and resilience appear as a common denominator in the writings, which gives them a certain unity and articulation. Furthermore, as political, social and humanitarian issues are also some of the most burning issues in the debate on contemporary migrations in the global North and South, which are still so prisoners of the racist perspective that anchored colonialist regimes in Asia, Africa and the Americas, especially the Latin.

In the global North, these issues are often debated, with emphasis on the slogan “Don’t we all fit.” or “We can’t all fit”. The English Brexit was a clear and harsh message from the British to their European neighbors who still had some doubts or fears about welcoming “strangers at their doorstep”. The countries of the global South are currently going through a process of reformulating multilateral migration policies aimed at the free movement of their citizens, but still with a gigantic deficit of reception policies designed and implemented by the States, which, if not impedes, blocks the actions of reception implemented by civil society, including migrant organizations and associations. And, whether in the North or in the South, the extreme right, neo-Nazi and fascist movements gain political ground in parliaments and governments that are liberal in the economy, conservative in customs, ethnonationalists in relation to their respective peoples and seek to economically exploit immigrants and, at the same time, deny them recognition and human rights.

In this historical context, immigrants and their organizations make use of resources such as solidarity, social capital, social organization, struggles for recognition and political influence as forms of strategies and resilience that

allow them to organize their actions, memories and trajectories that are so fundamental to theirs (re)territorialization and the economic, political, social and cultural development of the societies where they arrive or circulate. In the case of Brazil, despite the conservative composition of the National Congress, these are some of the signals sent by political leaders and other participants – among these immigrants and their organizations – in the public hearings, seminars and assemblies that have been held within the scope of the second COMIGRAR – National Conference on Migration and Refuge, whose final result convinces conservative social sectors to lean towards the design and implementation of a migration policy, effectively, inspired by democracy and universal human rights.

So, we open this edition with an important reference to the 50th anniversary of the Carnation Revolution, completed on April 25, 2024. This is the text “Voices of resistance to Salazarism and the struggle for democracy in Portugal and Brazil”, by historian Sonia Maria de Freitas. She addresses the resistance to Salazarism organized and carried out by Portuguese people living in Brazil, as well as their struggles for democracy, through the newspaper *Portugal Demático*, highlighting the participation of women.

From the Carnation Revolution, we move on to “Xenorracism: the face of preconception against immigrants”, text by Juliana Carvalho Ribeiro and Rosana Baeninger, developed from the Thematic Project Observatory of Migrations in São Paulo (NEPO-UNICAMP). The two researchers address xenoracism – a convergence between xenophobia and ethnic and racial discrimination, with colonial roots – practiced against black, brown and indigenous immigrants in Brazil, especially in the Metropolitan Region of Campinas, state of São Paulo. They highlight that the growth of the extreme right and neo-fascism around the world implies deliberate attacks against non-white immigrants. However, non-white migrants require intervention and dialogue with the receiving society in view of the right to migrate, a just society and human dignity.

In “The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin”, by Nivelton Alves de Farias. Based on semi-structured interviews carried out with Brazilian students, the text explores the development and practices of social capital resources among Brazilian students in Dublin. Considering the family component, several themes related to value introjections, limited solidarity, reciprocity transactions and obligatory trust emerged from the information collected during the interviews. With good theoretical, methodological and analytical articulation, the article offers original empirical and theoretical contributions to the field of social capital studies in the context of international student migration.

Understanding the realities of migrant students is also a research topic addressed by Fred Le Blue Assis in “Candangoianos: memories intertwined in the crossings of university students from Goiás in Brasília (UnB/Plano Piloto)”. Based on the immigration of students from Goiás, known as ‘candangoianos’, in Brasília, the author discusses tradition and modernity, on a cultural, political and developmental level, between Goiânia and Brasília. The author deconstructs some myths and clichés, such as those that consider Goiânia as a conservative, traditional city, and Brasília as a modern city. The migratory process, the networks built, the collectivities and experiences provided by multi-situational transit, and the subjectivities of migrants analyzed by the author even indicate an inversion in the classification of the two cities in question.

Considering the growing migration of children and political debates, as well as their absence on the topic, João Freitas de Castro Chaves addresses the international migration of children or adolescents from the perspective of child migration studies as an opportunity for its own field. His article “From interdisciplinarity to child migration studies: paths towards a social science approach to migrant childhood” points to the sociological potential of this type of study in the midst of the growing migration of children around the world.

In “Haitian territorialities in Cuiabá/MT: the process of re-territorialization through the Pastoral Center for Migrants in Mato Grosso”, Danilo Paranhos Batista analyzes the process of re-territorialization of Haitians in Cuiabá, based on the actions of the Pastoral Center for Migrants (CPM). This Center has a fundamental relevance in the social integration of immigrants in the capital of Mato Grosso. However, the inefficiency of the state of Mato Grosso in promoting public policies still contributes to the socioeconomic segregation of those immigrants, which exposes weaknesses in the reception system and Haitian territorialization in Mato Grosso.

This edition is completed with the beautiful and touching story “There is no sky where planes fly?”, by Paulo Mortari. A reflection and inspiration apart from his doctoral thesis, the story is a deep dive into the soul of many immigrants, in the case presented, Paraguayans, expelled from their little pieces of land, where they sowed grain to satisfy their needs and dreams for the future. The advance of the monoculture agroindustry generated and concentrated a lot of wealth, shattered their self-provisioning farms, suspended their dreams and lifted them off the Guarani soil. Displaced to the urban outskirts, they begin to live trapped between lines, overlocks and galloons. Like worker ants, they live sleeping and waking up with dreams of a dignified existence. Often, their dreams take off, but they are not sustained in

the mad rush of the city. It attracts them, stimulates them, but also swallows them, confuses them, and succumbs them in every street, avenue, in every corner devoid of Guarani floors and skies where their dreams can create wings and fly like airplanes.

Sérgio Ricciuto Conte, cover artist for *Travessia*, presents cover art that takes us back to the Carnation Revolution. This Revolution overthrew the Salazar dictatorship on April 25, 1974, in Portugal, and inspired libertarian and democratic struggles around the world, including in Africa, Brazil and other Latin American countries. With this libertarian spirit, Ricciuto's art presents us with an immigrant carrying a carnation whose petals contain the outline of a world map. It is as if the protagonists of immigration, in the midst of so many walls and paradoxes, consciously or unconsciously, always carry with them the red flame of hope, freedom and the right to come, go and stay with dignity.

Good reading!

Vozes da resistência ao salazarismo e a luta pela democracia em Portugal e no Brasil

*Sônia Maria de Freitas**

1 INTRODUÇÃO

Na obra *Presença Portuguesa em São Paulo* (2006), desmistificamos a imagem de apatia política dos portugueses ao demonstrar a relevante atuação de imigrantes lusos no movimento operário e sindical, principalmente nas cidades de São Paulo e Santos, onde a presença portuguesa em greves e paralisações predominou desde a primeira década do século XX. Os estudos destacaram a participação de imigrantes italianos e espanhóis, porém as estatísticas apontam que foram expulsos do Brasil mais portugueses do que italianos.

No início da década de 1930, a instauração do Estado Novo em Portugal no governo de Antônio Oliveira Salazar implicou na vinda de um significativo número de lusos para o Brasil. O livro *A missão portuguesa: rotas intercruzadas* (2003) apresenta um panorama dos intelectuais portugueses exilados no país, bem como a contribuição de cada um deles. Esses portugueses contribuíram sobremaneira com a vida acadêmica e cultural do país, especialmente em São Paulo. Parte deles atuou no ensino universitário, sobretudo na área de Letras, História, Filosofia e Matemática, assim como no Jornalismo e nas Artes Plásticas, destacando-se Jaime Cortesão, Fernando Lemos, Vitor Ramos, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Fidelino de Figueiredo, Barradas de Carvalho, João Alves das Neves, Paulo de Castro, Miguel Urbano Rodrigues e João Sarmiento Pimentel.

*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Atuou como pesquisadora no Museu da Imagem e do Som-MIS-SP e no Museu da Imigração de São Paulo. Livros publicados, entre outros estão: *Presença portuguesa em São Paulo* (2006); *Presença armênia em São Paulo: imigração, negócios, identidade, religião e interação social* (2019); *Entrelaçando linhas e memórias: bordadeiras armênias em São Paulo* (2023). <https://orcid.org/0000-0001-5220-6156>

A pesquisa que realizamos no acervo documental do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) também evidencia a intensa participação portuguesa no campo político-partidário. O órgão foi instituído em 1924 com o objetivo de controle e perseguição do Estado sobre os movimentos sociais, políticos e partidários, funcionando até 1983 como uma polícia política que investigava, instaurava inquéritos e perseguia opositores. Expressando múltiplas facetas das atividades repressoras, o acervo reúne registros de inquéritos instaurados pelo órgão e quatro séries documentais: Ordem social, Ordem política, Dossiês e Prontuários.

Nos 150 mil prontuários pesquisados, identificamos 5.162 portugueses, dentre estes 143 eram ligados à movimentos sociais e 655 foram citados em averiguações das quais apenas 183 registravam os motivos. Dos 143 que tratavam de expulsões, somente 49 apresentavam a descrição das motivações. Analisamos 373 prontuários, a maioria referente aos anos de 1930 a 1950 e um menor número relativo às décadas de 1960 e 1970. Muitos atuaram na luta pela democracia em Portugal – na instauração da República em 1910 e contra o regime ditatorial de Salazar entre 1933 e 1974 – e no Brasil, em especial durante a ditadura civil militar que vigorou de 1964 a 1985.

Os documentos salientaram a representatividade do jornal *Portugal Democrático*, periódico organizado por um grupo de portugueses anti-salazaristas exilados no Brasil. No primeiro número, publicado em 07 de julho de 1956, o grupo declarou a finalidade de

servir o Portugal Democrático com verdade e independência; mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, conscientes das realidades do presente e orgulhosos das grandezas do passado.

A primeira edição contou com um artigo de Antonio Sergio sobre a brutalidade do Estado Novo em Portugal, cuja repressão policial incluiu prisões arbitrárias de opositores ao regime salazarista e tortura, tais como as práticas adotadas na Colônia Penal do Cabo Verde, mais conhecida como “Campo de Concentração do Tarrafal” ou “Campo da Morte Lenta”. O texto também relatou a luta pela anistia de portugueses sancionados por motivos políticos, residentes em Portugal ou exilados. A oposição ao governo de Salazar e a sua polícia, a anistia aos presos políticos e a luta pelo fim do colonialismo português na África balizaram as publicações do jornal.

Foto 1



Capas do jornal Portugal Democrático.

2 O GRUPO FUNDADOR DO JORNAL *PORTUGAL DEMOCRÁTICO*

Nos primeiros anos, a edição do *Portugal Democrático* funcionou na Rua Conselheiro Furtado, nº 191, numa pequena sala do Centro Republicano Português, instituição fundada em 1908 na cidade de São Paulo. O jornal foi idealizado por membros do Partido Comunista, dentre os quais o técnico-operário Manuel Ferreira Moura (o “Mourinha”) e o professor universitário Vítor Ramos, mas agregou representantes de vertentes políticas diversas da direita e da esquerda, dentre socialistas, comunistas e republicanos liberais. Ao analisarmos as edições do jornal, identificamos dentre os colaboradores portugueses a presença de intelectuais, empresários, técnicos, sindicalistas, militares, jornalistas, escritores e professores universitários. Também verificamos a atuação de artistas e intelectuais brasileiros.

Observamos também que os membros assumiram atribuições específicas para a realização do jornal. Uns tratavam de obter recursos, outros cuidavam da seleção dos temas, dos textos e da redação. O artista plástico e fotógrafo Fernando Lemos, por exemplo, era o responsável pela parte gráfica do periódico, fazendo as ilustrações, os desenhos e o *layout*. Nascido em Lisboa aos 03/05/1926, naturalizou-se brasileiro e viveu no país desde

a década de 1950, atuando intensamente na política cultural da cidade de São Paulo, incluindo a função de gestor público de eventos célebres como a comemoração do IV Centenário de São Paulo (1954) e a V Bienal Internacional de São Paulo (1959). Os trabalhos de Lemos exprimiam influências estética e ideológica do surrealismo e foram contemplados com vários prêmios.

O *Portugal Democrático* foi editado por mais de 18 anos e contou com representantes em vários lugares do Brasil (Rio de Janeiro, Fortaleza, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Porto Alegre) e do mundo (Estados Unidos, Venezuela, Argentina, Uruguai, Tchecoslováquia, Inglaterra e França), tornando-se o principal periódico publicado no exílio. Por razões óbvias, era mal quisto pelo governo português e, muitas vezes, apreendido em Portugal. Apesar da censura, algum exemplar sempre desembarcou lá por meio de tripulantes de navios, embrulhado em outro jornal, dentro de envelope com o nome fictício de uma associação da comunidade – como a Associação Vasco da Gama e a Associação Nossa Senhora de Fátima – ou enviado através de outros países.

Identificamos 81 colaboradores do *Portugal Democrático* nos relatos dos nossos entrevistados. Cabe ressaltar que tiveram variados níveis de envolvimento com o jornal e em diferentes momentos da trajetória do periódico. Joaquim Duarte Batista foi um dos integrantes desse grupo. Nascido em Portugal em 26/03/1922, ele era industrial e tornou-se membro do Centro Republicano Português e redator do *Portugal Democrático*. De acordo com o prontuário dele no DEOPS-SP, Batista participou de ato público Pró-Anistia aos Presos Políticos de Portugal e Espanha que ocorreu no Cine Paramount, em 27/9/1959, onde fez uso da palavra e chamou o regime português de “ditadura Salazar”. Os depoentes afirmam que Batista foi um dos fundadores do jornal para o qual se dedicou com afinco, subsidiando-o com grande parte do próprio patrimônio.

Dentre as lideranças do grupo estava o Capitão Henrique Carlos Galvão, português, escritor e ex-integrante do Exército luso que encabeçou a Operação Santa Maria. Nessa ocasião, houve a tomada do navio Santa Maria para fins revolucionários em janeiro de 1961 a fim de levá-lo a Luanda para auxiliar na guerra colonial. A embarcação chegou a Recife, onde Galvão se entregou às autoridades brasileiras e depois pediu asilo no Brasil. Em 07/02/1961, o Santa Maria foi devolvido ao adido naval português e deixou a costa brasileira rumo a Portugal. Com esse ato, o grupo – constituído por aproximadamente 12 pessoas – pretendeu chamar a atenção mundial para a luta pela democracia em Portugal.

O *Portugal Democrático* também contou com a atuação do Capitão João Sarmiento Pimentel, alcunhado de “Comandante” e a principal liderança da oposição ao regime salazarista. Nasceu em 14/12/1888 em Portugal, onde participou da instauração da República Portuguesa em 1910 e de duas tentativas frustradas contra a ditadura instaurada em 1926, levando-o a se

exilar definitivamente no Brasil. Em São Paulo, fundou e presidiu a Casa de Portugal de 15/3/1940 a 14/2/1941. Era bem relacionado com intelectuais portugueses e brasileiros, dentre os quais Ricardo Severo, Fidelino de Figueiredo, Soares Amora, Antônio Cândido, Florestan Fernandes e Lygia Fagundes Telles.

O oficial do Exército português Francisco Sarmiento Pimentel – irmão do “Comandante” – também integrou o grupo vinculado ao *Portugal Democrático*, junto com João Alves das Neves e vários escritores notáveis, dentre os quais Adolfo Casais Monteiro e Jorge de Sena. Além deles, foi notória a atuação do engenheiro João dos Santos Baleizão, uma das principais lideranças e tesoureiro do jornal, embora seu nome não tenha constado nas edições. Nasceu aos 23/12/1920 em Faro, Portugal, e emigrou para o Brasil em 1951, estabelecendo-se na cidade de São Paulo, onde se tornou empresário no ramo da construção civil, fundando a Construtora Aviz. Faleceu em 02/12/1999 e, embora não tenha sido reconhecido pela comunidade portuguesa, recebeu o título de Cidadão Paulistano.

Durante a pesquisa, tivemos acesso a fotocópias de alguns documentos que constam do extenso processo político contra Baleizão em Portugal. São datados de 1951 a 1970 e demonstram que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) tinha conhecimento da vida pública e privada dele, referenciando-o como um opositor ao regime vigente. Entre os documentos, consta uma cópia de uma carta datada de 30/06/1970 e enviada por João Sarmiento Pimentel a Baleizão e outros destinatários, incluindo Ruy Mesquita, diretor do *O Estado de S. Paulo*, agradecendo o amparo dispensado ao falecido ex-capitão Henrique Galvão durante sua enfermidade. Outro documento que compõe o referido processo é um recorte do jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado em dia 14/02/1965, *sobre a detenção, durante algumas horas no aeroporto, do português hoje brasileiro naturalizado, engenheiro João dos Santos Baleizão, residente em São Paulo e pessoa de opinião contrária ao Governo*, o qual foi encaminhado pelo Cônsul de São Paulo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em 23/02/1965.

A função de “tesoureiro” do *Portugal Democrático* também foi ocupada pelo engenheiro Carlos R. Valente da Cruz, que igualmente naturalizou-se brasileiro para exercer uma atividade profissional no país. Ele se envolveu com o jornal já na edição do segundo número quando, junto com Baleizão, procurou o “Mourinha” a fim de integrar o grupo. Cruz pagava a impressão e cuidava da circulação, andando pelo centro da cidade. O periódico era vendido em bancas de jornal e, quase sempre, sem retorno do valor da venda, já que o importante era ter o jornal circulando. Além de Baleizão e Cruz, muitos exerciam as tarefas de apoio na viabilização e na divulgação do jornal.

O grupo recebeu apoio do diretor do influente *O Estado de São Paulo*, Julio de Mesquita, que tinha relações pessoais com João Sarmento Pimentel e empregou muitos intelectuais ou jornalistas lusos, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Trabalharam no jornal: João Alves das Neves, editor por mais de 30 anos; Jorge de Sena, Joaquim Barradas de Carvalho, Sidônio Muralha e Fernando Lemos, quatro integrantes do conselho editorial e colaboradores do jornal; Casais Monteiro, escritor que colaborou no Suplemento Literário, editado por Décio de Almeida Prado (1956-1967); Victor Cunha Rego, redator de política; Carlos Maria de Araujo, cronista; Miguel Urbano Rodrigues, Santana Mota e Fidelino de Figueiredo também fizeram contribuições, assim como o Capitão João Sarmento Pimentel e o Capitão Henrique Carlos Galvão, cujo julgamento foi abordado no jornal por uma série de artigos da escritora portuguesa Maria Ascher, integrante do *Portugal Democrático*.

Na ocasião do falecimento do diretor de *O Estado de São Paulo*, o *Portugal Democrático* publicou uma matéria sobre o apoio dele, informando que Mesquita

foi como liberal, um adversário da ditadura implantada em Portugal em 1926. Amigo íntimo de Jaime Cortesão e António Sergio, abriu – durante um período em que era muito difícil denunciar no Brasil o regime de Salazar – as colunas do seu jornal aos exilados políticos portugueses e, conseqüentemente, à luta contra o fascismo.

Dele Portugal Democrático guardará sobretudo a recordação do antigo companheiro de António Sergio que, em 1958, deu no Exterior a mais ampla cobertura mundial à campanha do general Delgado como candidato unitário da oposição, e a imagem do jornalista que, de 1961 a 1964, permitiu que ‘O Estado de São Paulo’ se transformasse numa tribuna permanentemente aberta a divulgação do genocídio colonial – fato que haveria de contribuir poderosamente para que entre a opinião pública brasileira se acentuasse o repúdio ao fascismo colonialista português e a solidariedade aos povos de Angola, da Guiné e de Moçambique, em luta pela independência nacional.

Os depoimentos e demais documentos analisados na pesquisa destacaram entre as lideranças no grupo do *Portugal Democrático* o General Humberto da Silva Delgado. Nascido em 15/05/1906 em Portugal, foi identificado como comunista no respectivo prontuário do DEOPS-SP, cujos relatórios também apontam que agiu em conjunto com o Capitão Henrique Carlos Galvão, na época com 65 anos. Em 1959, Delgado candidatou-se

pela oposição a Salazar, porém se exilou na Embaixada Brasileira em Lisboa na sequência. Com algumas tratativas, obteve a permissão para retornar ao Brasil, graças ao apoio de Álvaro Lins e o intermédio do Itamaraty, que proporcionou, inclusive, a hospedagem no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Já em São Paulo, ele instalou o Supremo Quartel Revolucionário contra o governo salazarista. Para garantir a sua sobrevivência, conseguiram-lhe um emprego como diretor da empresa Cestas de Natal Amaral.

Depois de intensa atuação no movimento de oposição dos portugueses no Brasil, com participação em vários atos públicos, tais como a Conferência Sul Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal, Delgado estabeleceu-se em Argel, onde também se juntou aos imigrantes oposicionistas. De acordo com os entrevistados, a partida dele foi motivada pelos conflitos que ele teve com todos os membros do *Portugal Democrático*. Um deles chegou a afirmar sobre Delgado: “Pensou que estávamos todos armados”. De modo geral, os depoentes o retrataram como uma pessoa intransigente e bastante autoritária, o que se alinharia à sua formação militar.

Em carta ao Capitão Henrique Galvão, datada de 13/1/1960, o Capitão João Sarmiento Pimentel defendeu a continuação do General Delgado como liderança política no Brasil e diz ter conseguido trabalho para ele em São Paulo, afirmando:

A nós, democratas sinceros, aquela sarna não pega, e toda a gente sabe aqui no Brasil e em Portugal que eu, estes moços novos que vão comigo para os cornos do boi, temos infinita aversão aos credos totalitários, pouco importando a côr. A oposição a Salazar no Brasil não é de agora, nem de quando aqui chegou o Colaço ou o Miguel U. Rodrigues. Antes deles os democratas portugueses (com Ricardo Severo, Tito de Miranda, Antonio Amorim, Ricardo Seabra, Alamiro Andrade, Felipe do Amaral, Santos Clemente, Joaquim Marques, Fidelino de Figueiredo, Rebelo Gonçalves, Canuto Soares, Francisco Sarmiento Pimentel, os irmãos José e Francisco Bento de Carvalho e muitos outros, e eu também) elucidavam os seus patrícios e os brasileiros das excelências do Estado Novo. E nunca ninguém disse que, para tanto, éramos pagos pelo ouro de Moscou! [...] Aqui tudo faremos por bem servir a causa da República e por prestigiar todos aqueles que combatem a ditadura. Para tanto utilizaremos os elementos que possuímos e que não são propriedade de qualquer facção política, grupo ou confraria totalitária, mas patrimônio comum de todos os democratas e só deles. O ‘Centro Republicano’,

‘Portugal Democrático’, Comité dos Intelectuais’ continuarão. Fundamos agora uma cooperativa editorial para publicações que a censura não permite editar em Portugal. Já no fim do mez sairá o primeiro livro, a defesa de Aquilino Ribeiro no processo que lhe moveu a Ditadura por causa de ‘Quando os lobos uivam’. Seu camarada, amigo e admirador.

Em Argel, Delgado tentou ingressar em Portugal algumas vezes e sucumbiu em uma operação da polícia política de Salazar. Conforme relatos, agentes da PIDE disfarçados o contataram com a promessa de que um grupo da resistência cobriria a sua entrada em Portugal e que teria apoio do movimento armado. Delgado recebeu documentos falsos para entrar na Espanha, onde obteria respaldo do Partido Comunista, mas ele foi preso na fronteira dos países ibéricos e assassinado na cidade espanhola de Badajoz, junto com a sua secretária Arajaryr Moreira de Campos. Os fatos não foram esclarecidos com a investigação e o julgamento do caso que responsabilizaram um policial, cujo paradeiro é desconhecido.

A morte de Delgado abalou profundamente o movimento anti-salazarista em São Paulo e em outros países. Contudo, antes de Delgado ir para Argel, já havia rupturas e conseqüente enfraquecimento do grupo por diversas razões que se intensificaram em meados dos anos 1960. Uma das causas atribuídas nos depoimentos coletados foi a censura do Partido Comunista a um artigo de Adolfo Casais Monteiro sob a ótica socialista publicado no periódico. O autor e outros integrantes do grupo – dentre os quais Jorge de Sena – discordavam do partido e não tomaram posições partidárias.

Alguns relatos ratificam essa percepção, informando que “o Partido Comunista enterrou o movimento em São Paulo, tentando impor a sua ideologia ao grupo. O objetivo do PC era dominar ou destruir, acabou destruindo. Queriam também mandar mensagens para o Comitê Central através do jornal, por isso houve a cisão”. Por outro lado, segundo Miguel Urbano Rodrigues, “o único partido organizado em Portugal era, então, o Partido Comunista Português. É um ato de justiça registrar que no Brasil, os seus militantes combateram sempre o divisionismo na oposição, defendendo a luta unitária contra o fascismo e o colonialismo. A guerra colonial funcionou como um catalizador”.

De acordo com os entrevistados, Adolfo Casais Monteiro era um dos integrantes do *Portugal Democrático* mais visados pelo regime salazarista, junto com João dos Santos Baleizão, Carlos R. Valente da Cruz e Rui Luis Gomes. Para eles, era negado o passaporte português por meio do Consulado geral de São Paulo. Acreditamos que as tensões tenham se acirrado com o golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 31/03/1964 e as

implicações do regime autoritário, que afastaram muitos integrantes do grupo do *Portugal Democrático*, permanecendo apenas aqueles membros mais politizados e engajados. O principal temor era a troca de informação e colaboração entre as polícias políticas do Brasil (DEOPS) e de Portugal (PIDE). Depois do golpe civil-militar ocorrido no Brasil em 1964, Alexandre Antunes Pereira assumiu papel importante na distribuição e contatos para apoio financeiro ao *Portugal Democrático*.

No entanto, a quebra de unidade da frente única que lutou contra o Estado Novo português envolveu outras questões complexas. Muitos dos dissidentes do *Portugal Democrático* não deixaram de cooperar com o movimento, que estava acima das posturas ideológicas. Alguns deles fundaram o jornal *Portugal Livre*, que teve vida efêmera. Em linhas gerais,

a definição do papel e das ações que cabiam à oposição no exílio; a conjugação entre teoria e prática política; as discussões sobre as estratégias de ação, os alcances e os limites pretendidos à transformação social, e a “questão colonial”, constituíram-se como os principais temas geradores dos debates e cisões no interior dos núcleos “anti-salazaristas” do Brasil. Essas questões tornaram-se particularmente relevantes diante da reorganização e recente fortalecimento da oposição, e em decorrência da chegada ao Brasil de novos quadros, inclusive de lideranças políticas expressivas.

Cabe pontuar que intelectuais portugueses que pertenceram ou não a esse grupo – tais como Jaime Cortesão, João Alves das Neves, dentre outros – também publicaram na revista *Anhembi*, entre as décadas de 1950 e 1960, artigos sobre Salazar, os problemas em Portugal e a colonização ultramarina.

Até meados dos anos 1970, o tema do anticolonialismo continuou muito presente no *Portugal Democrático*. Identificamos entre seus colaboradores lideranças do próprio movimento de descolonização dos países africanos, intelectuais brasileiros como Paulo Duarte e Carlos Guilherme Mota. Deste, o jornal publicou um importante artigo, *A Descolonização é um Processo Inevitável*, na edição de outubro de 1971. A sede do jornal mudou-se para a Rua Líbero Badaró nº 488, no 5º andar.

Depois da Revolução dos Cravos deflagrada em 25/04/1974, o *Portugal Democrático* passou a divulgar notícias de Portugal às comunidades portuguesa e brasileira, mas logo parou de circular. O último número foi o 203, referente à semana de 26/02/1975 a 04/03/1975, e contou com o seguinte conselho editorial: Alexandre Antunes Pereira, Fernando Lemos, João Sarmiento Pimentel, Joaquim Quitério, Manuel Ferreira Moura, Raul Ciriaco da Cunha.

Foto 2



Capas do jornal Portugal Democrático.

Muitas pessoas aqui citadas retornaram a Portugal depois da Revolução dos Cravos. Os irmãos João e Francisco Sarmento Pimentel, e Baleizão entraram para o Partido Socialista (Ação Socialista) e este último tornou-se muito amigo de Mario Soares. Vitor da Cunha Rego tornou-se Secretário de Estado do Primeiro-Ministro, no Primeiro Governo Constitucional de Portugal. Já Miguel Urbano Rodrigues foi eleito deputado pelo Partido Comunista Português. É provável que muitos tenham integrado o segundo escalão do governo português e essa é uma pesquisa que ainda precisa ser feita.

O *Portugal Democrático* foi integrado por pessoas de diversas ideologias, fato que colaborou para criar divergências dentro do grupo e, ao mesmo tempo, significou múltiplos olhares sobre as causas que os reuniam. De fato, o jornal foi constante nas suas bandeiras de luta: combate ao fascismo, campanhas de apoio financeiro aos presos políticos de Portugal e final do colonialismo português. Esse grupo é considerado o mais forte e a sua resistência em conjunto com grupos de outros países (Estados Unidos, Canadá, México e França) contribuiu para que a democracia fosse reinstaurada em Portugal a partir da Revolução dos Cravos, em 1974.

3 O CENTRO CULTURAL 25 DE ABRIL

Os depoimentos coletados na pesquisa indicam que alguns integrantes do *Portugal Democrático* com posições políticas mais à esquerda fundaram, em 1982, o Centro Cultural 25 de Abril com o intuito de reafirmar as ideias defendidas na Revolução dos Cravos diante da reação fascista e das cooperações com capitalistas que ocorriam em Portugal. Nas palavras do ex-presidente, Alexandre Antunes Pereira, a criação da entidade foi permeada pelo ideal e a “esperança de que o país fosse mais digno, diferente, e que acabasse com a exploração do homem pelo homem”.

Sediado em São Paulo, o núcleo inicial da instituição foi composto por Manoel Ferreira Moura, Miguel Urbano Rodrigues, Joaquim José, Alfredo Maçom, Luiz Botelho, Alexandre Leal Dias, Hugo Maia (irmão de Carlito Maia), Carlos Seabra (integrante da Escola do Futuro da Universidade de São Paulo-USP), Dulce Ramos (viúva de Vítor Ramos), Manoel Soares, Fernando Lemos, dentre outros.

Na época da pesquisa que realizamos (2003), o Centro Cultural 25 de Abril ainda era conduzido por membros que integraram o *Portugal Democrático* e nele se mantiveram até a sua última edição. Contava com cerca de 120 associados e era presidido pelo engenheiro Ildefonso Octavio Severino Garcia. O estatuto vigente descrevia a entidade como apartidária e voltada para as questões culturais, com os seguintes objetivos fundamentais: promover a permanência dos valores contemporâneos da lusofonia; congregar cidadãos de origem brasileira e portuguesa e estimular o seu relacionamento franco e igualitário; desenvolver práticas culturais, sociais e recreativas, com o objetivo de promover e divulgar a cultura portuguesa no Brasil e as datas e acontecimentos históricos dos dois países, compatíveis com os ideais e valores democráticos e progressistas de direito à vida e à liberdade.

Atualmente, o acervo do Centro Cultural 25 de Abril está sob a guarda da Casa de Portugal de São Paulo. Depois que Ildefonso Garcia retornou a Portugal, há aproximadamente quatro anos, Luisa Moura e um grupo de membros comprometeram-se a dar continuidade às atividades do Centro Cultural 25 de Abril.

4 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA PELA DEMOCRACIA EM PORTUGAL E NO BRASIL

Nossa pesquisa evidenciou que o *Portugal Democrático* foi, sobretudo, um espaço de participação masculina, observando-se a presença de apenas quatro mulheres: Maria Irolinda, Manuela de Gouvêia Antunes, Maria Antonia Fiadeiro e Maria Ascher, esta última já citada anteriormente.

Contudo, na luta pela democracia em Portugal e no Brasil, as portuguesas tiveram um papel fundamental que abrangeu a busca pela emancipação feminina na sociedade. Dentre os exemplos, duas atrizes são referências: Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia e Maria Ruth Escobar, ambas com um extenso e detalhado prontuário e dossiê no DEOPS, por suas atividades políticas-partidárias, artísticas e culturais no país.

4.1 *Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia*

Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia foi uma ativista política que se destacou na defesa de questões político-partidárias e feministas. Atuou no Partido Comunista e na imprensa, participando de atos pela democracia em Portugal e no Brasil, sendo a sua trajetória vigiada e registrada pela polícia política brasileira entre 1957 a 1969.

Nascida em 1901 na vila portuguesa de Alenquer, no Distrito de Lisboa, tinha ascendência anglo-saxônica e presbiteriana. Conforme depoimento da filha dela, Adriana Prestes Maia Fernandes, as pesquisas no Instituto Genealógico Brasileiro indicaram que a mãe descendia de tronco familiar vinculado aos Reed (de origem inglesa) e aos Costa Cabral (nobres portugueses). Ela era “bisneta do conde (1845) e primeiro marquês de Tomar (1878), Antônio Bernardo da Costa Cabral (n. 1803- f. 1889), licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, dedicou-se a causa liberal. Foi um importante político do século XIX, assumindo cargos públicos como conselheiro, ministro da justiça e ministro do Reino até 1846. A ele se devem, entre outras medidas, a publicação do Código Administrativo, a reorganização da Guarda Nacional, a reforma das câmaras municipais, a reforma dos estudos liceais, a abertura de estradas, a construção do Teatro D. Maria II.”

Com o divórcio dos pais, Maria foi enviada para um internato nas redondezas de Paris. Sua educação foi toda à maneira francesa, aprendendo piano, canto, dicção, bordado, crochê e tricô. Contava que, às escondidas, lia grandes obras até altas, tais como Diderot e Balzac, além dos clássicos portugueses, com destaque para Eça de Queirós e Almeida Garret. Poliglota, ela dominava francês, inglês, alemão e, posteriormente, russo, compreendendo espanhol e italiano, segundo relato da filha.

Tornou-se atriz e cantora soprano-lírico, vindo para o Brasil em 1930 para integrar o grupo teatral do Rio de Janeiro na apresentação da peça *Chico das Pegas*, ocasião na qual conheceu o engenheiro Francisco Prestes Maia. O casal residiu na Rua Haiti, em São Paulo, mudando-se para a Avenida Angélica em 1945, depois do nascimento da filha. Pelos registros fotográficos identificados na coleção sob a guarda da família, observamos que Maria Prestes Maia integrou o Comitê Português durante a Revolução Constitucionalista de 1932. Há também fotografias com pessoas expressivas do cenário artístico-cultural, econômico e político no Brasil e do exterior.

Foto 3



Membros do Comitê português costurando para soldados da Revolução de 1932. Maria Prestes Maia está de pé, à esquerda, com casaco preto. Acervo da família Prestes Maia.

Foto 4



Laerte Setúbal, Assis Chateaubriand, Carlos Rizzini e Maria Prestes. Acervo da família Prestes Maia.

Foto 5



Maria Prestes Maia cumprimentando Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito entre 1954 e 1970. Acervo da família Prestes Maia.

Diferentemente do marido, Maria Prestes Maia gostava da política. Ela era amiga de Ivete Vargas e do senador Frota Moreira, os quais levaram o PTB paulista a lançar a candidatura de Francisco Prestes Maia para a Prefeitura de São Paulo. Também colaborou para que amigos da UDN convencessem o marido a aceitar a candidatura, pois no começo era resistente por desejar se dedicar aos vários estudos a que se propunha. A segunda gestão de Prestes Maia como Prefeito de São Paulo (1961-1965) decorreu de uma coligação baseada no PTB e UDN, que agregou representantes da esquerda e obteve votação ímpar.

Foto 6



Palanque no Ibirapuera no dia da posse de Prestes Maia como prefeito, com Maria Prestes Maia à esquerda.

Foto 7



Maria Prestes Maia ao microfone em Comício na Mocidade Trabalhista. Acervo da família Prestes Maia.

Prestes Maia contou com o apoio do deputado Israel Dias Novaes, Júlio de Mesquita Filho e o deputado Herbert Levy, entre outros. Durante campanhas, a casa da família foi frequentada por políticos, jornalistas, escritores, artistas, dentre os quais Galeão Coutinho, Jânio da Silva Quadros com a esposa Eloá e Luiz Carlos Prestes (o Cavaleiro da Esperança), Galileu Ememdábile, Ricardo Picchia, Waldemar da Costa e Victor Brecheret. Essa efervescência influenciou e foi influenciada pela primeira-dama do município, o que endossa o papel de destaque de Maria Prestes Maia no cenário político e cultural do país.

Foto 8



Maria Prestes Maia com o escritor Menotti del Picchia. Acervo da família Prestes Maia

Foto 9



Maria Prestes Maia com o ator João Procópio Ferreira. Acervo da família Prestes Maia.

Em consulta ao vasto dossiê sobre Maria Prestes Maia no DEOPS-SP, observamos que a atuação política dela foi intensa e autônoma em relação à carreira do marido, especialmente entre fins dos anos 1950 e início da década seguinte. Consta que, em 26/08/1957, ela participou da festa de confraternização organizada pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo na sede à Rua da Liberdade nº 120 em comemoração à reabertura da entidade fundada no final dos anos 1940. Mais tarde, em 21/09/1958, assumiu posição na diretoria da Federação.

Aos 15 de janeiro daquele ano, ela compareceu à celebração do 60º aniversário de Luiz Carlos Prestes, realizada no Teatro São Paulo e reconhecida como “Noite de Arte e Cultura Brasileiras”. A matéria publicada em 17/06/1958 no jornal *Notícias de Hoje* informou que Maria Prestes Maia, em conjunto com as demais delegadas paulistas – Aldenora de Sá Porto, Mathilde de Carvalho, Dalva Uchôa e Maria Porto Aragão – participara do 4º

Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres em Viena, na Áustria, e estava naquele momento em visita à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com regresso ao Brasil previsto para 05/07/1958.

Maria Prestes Maia ainda participou da conferência de Luiz Carlos Prestes na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que reuniu cerca de 600 comunistas em 12/6/1959. No dia 14 de janeiro do mesmo ano, ela foi a principal oradora no ato público na sede do diretório distrital do Partido Social Progressista (PSP) no Ipiranga. O evento foi patrocinado pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo e serviu de preparatórias do Encontro de Mulheres Latino-Americanas, realizado pouco depois em Santiago, no Chile. Na ocasião, ela expôs o resultado dos trabalhos apresentados no congresso de Viena e falou sobre a campanha de desarmamento infantil, em pleno curso em São Paulo. Analisou as condições da mulher brasileira perante a nova lei civil e apresentou teses nacionalistas.

Em 24/1/1960, ela discursou na Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, recomendando a leitura de escritores portugueses que narravam as atrocidades cometidas nas prisões salazaristas. Solicitou que fossem enviados pedidos aos governos autoritários hispânicos e também à Organização das Nações Unidas (ONU) de cessação das violações denunciadas. Na época, ela também integrou o Conselho Consultivo da União Cultural Brasil-URSS. Foi ainda Presidente de Honra do Departamento Feminino da Associação Grito do Ipiranga, cargo no qual foi empossada em 27/06/1961, e também recebeu coroa como uma das rainhas na festa de comemoração do 41º aniversário do Partido Comunista Brasileiro, realizada no Ginásio Municipal do Pacaembu.

Em 1965, Maria Prestes Maia foi citada na relação de envolvidos no inquérito da União Brasil-URSS, constando na lista de elementos que integravam a Sociedade Cultural Sino-Brasileira e sendo acusada de atividades subversivas. A repressão e a perseguição nos “anos de chumbo”, contudo, não a impediram de continuar politicamente atuante até o final da vida. Pouco depois da participação na campanha que elegeu Mário Covas como Prefeito de São Paulo (1983-1986), ela faleceu aos 86 anos de idade.

Foto 10



Maria Prestes Maia ao microfone durante a campanha de Mario Covas para Prefeitura de São Paulo. Acervo da família Prestes Maia.

4.2 *Maria Ruth dos Santos Escobar*

Maria Ruth dos Santos Escobar nasceu na cidade do Porto, em Portugal, em 1936. Contava com 16 anos, quando desembarcou no porto de Santos em 20/7/1951, admitida como estudante, em caráter temporário, residindo com familiares no bairro paulistano do Tatuapé. Casou-se com o filósofo e dramaturgo Carlos Henrique Escobar, com quem embarcou para a França em 1958, para estudar interpretação. Tornou-se atriz e produtora cultural, destacando-se como uma notável personalidade do teatro brasileiro, responsável por diversos projetos culturais voltados à vanguarda artística.

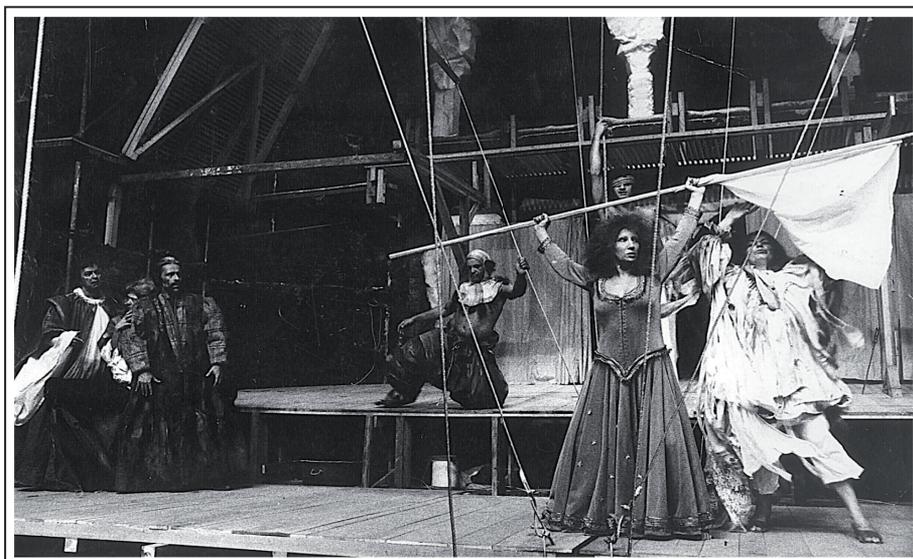
Ao retornar para o Brasil, Ruth Escobar atuou nas produções *Mãe Coragem e Seus Filhos* em 1960, peça de autoria de Bertolt Brecht, e *Males da Juventude* em 1961, escrita por Ferdinand Bruckner, ambas dirigidas por Alberto D'Aversa. Ela formou a companhia Novo Teatro, em parceria com o diretor D'Aversa, com quem protagonizou, em 1962, a peça *Antígone América*, peça de autoria do marido dela.

No ano seguinte, ela montou o Teatro Ruth Escobar, no Bexiga, em São Paulo, com apoio da colônia portuguesa. A estreia ocorreu com *A Ópera dos Três Vinténs*, de Bertolt Brecht, texto no qual Chico Buarque se baseou na

composição de *A Ópera do Malandro*. Em 1968, durante a encenação de *Roda Viva*, de Chico Buarque, o teatro foi palco da brutalidade da ditadura civil-militar no Brasil ao ser invadido pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que depredou o cenário e espancou os atores.

Ruth Escobar revolucionou com o Teatro Nacional Popular, ao circular em 1964 a bordo de um ônibus pela periferia de São Paulo com a peça *A Pena e a Lei*, de Ariano Suassuna. Outro episódio importante no cenário teatral brasileiro foi a participação dela como atriz e produtora da peça *Cemitério de Automóveis*, numa adaptação de Victor Garcia da obra de Fernando Arrabal, que estreou em 10/9/1969 no Teatro 13 de Maio, instalado numa antiga garagem reformada por ela com essa finalidade. A sua direção de *O Balcão*, de Jean Genet, que estreou no Teatro Ruth Escobar em 29/12/1969 é igualmente considerada uma das referências da história teatral brasileira.

Foto 11



Ruth Escobar e o elenco da peça *Torre de Babel*, de Fernando Arrabal. Acervo: O Estado de São Paulo. 3.5.1977. Crédito: Ruth Toledo. Reprodução: Presença portuguesa em São Paulo. p. 144.

Nos anos 1980, Ruth Escobar também atuou diretamente na política, sendo eleita deputada estadual em São Paulo pelos partidos PMDB e PDT por dois mandatos. Retornou ao cenário teatral em 1994 e trouxe para os palcos brasileiros a atuação de companhias que mesclavam teatro e dança, tais como o Aboriginal Islander Dance Theatre (Austrália). Ela também idealizou

e organizou eventos importantes: Festival Internacional de Teatro (1974, 1976 e 1981), Festival Nacional das Mulheres nas Artes (1982) e Festival Internacional de Artes Cênicas (1994 a 1997 e 1999).

Ao longo de sua carreira, acumulou prêmios, homenagens e títulos, como a Ordem do Rio Branco, outorgada pela Presidência da República do Brasil; a Ordem de Letras e Artes, recebida de François Mitterrand, então Presidente da França; Oficial Maior do Infante Dom Henrique, do presidente de Portugal; e a condecoração da Legião de Honra, do governo francês, em 1998. Sem dúvida, Ruth Escobar marcou definitivamente a história do teatro brasileiro e lhe cabe um espaço privilegiado na luta pela democracia no Brasil

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que subsidiou o presente artigo produziu fontes documentais importantes ao registrar depoimentos orais de integrantes de grupo de portugueses radicados no Brasil que organizou em São Paulo o maior e mais expressivo movimento contra a ditadura de Salazar fora de Portugal. De forma inédita, foram ouvidos os próprios protagonistas, indivíduos com diversas posições sociais, políticas e profissionais, cujas trajetórias fornecem um panorama multifacetado do que foi a resistência política nos dois países.

Este artigo tem o mérito de entrelaçar essas memórias coletadas e contrapô-las a rigorosos levantamentos nos arquivos da polícia política de São Paulo e nas referências bibliográficas para reconstituir o percurso do *Portugal Democrático* até a fundação do Centro Cultural 25 de Abril, bem como a tenacidade de duas mulheres de origem lusa que se projetaram nos cenários político e artístico do Brasil. Trata-se, portanto, de uma contribuição significativa por elucidar aspectos da imigração portuguesa e da luta pela democracia em Portugal e no Brasil, preenchendo lacunas na historiografia brasileira.

NOTAS

¹ Ao efetuar a soma do número de estrangeiros expulsos no período de 1907 a 1921, apresentados por Maram, S. Leslie (1979. p. 43), observamos que os portugueses constituíram o maior grupo, com 181 pessoas expulsas, seguidos por italianos com 121, e espanhóis, com 113. Os maiores índices de deportação de portugueses foram verificados em 1907 (47), 1909 (12), 1913 (12), 1919 (29), 1920 (42), anos de maior atividade operária no país.

² Antônio Oliveira Salazar (1889-1970) governou Portugal de 1933 a 1968, quando se afastou do cargo devido a problemas de saúde. Assumiu Marcelo Caetano, que não promoveu qualquer alteração da ordem pública e foi considerado o continuador da

política salazarista. Do outro lado do Atlântico, com a Revolução de 1930, o gaúcho Getúlio Vargas se impôs no poder e, a exemplo de Salazar, implantou o Estado Novo em 1937.

³ Cf. *Portugal Democrático*. São Paulo, n. 1, p. 1, julho de 1956.

⁴ Oficialmente identificada como Colônia Penal de Cabo Verde (1936-1954) e Campo de Trabalho de Chão Bom (1961-1974), a instituição inicialmente se destinou à prisão de antifascistas portugueses e depois passou a deter militantes da libertação nacional durante a guerra colonial portuguesa de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em razão das condições insalubres e das práticas de tortura, dentre as quais a “Frigideira” (posteriormente substituída pela “Holadinha”), o local também ficou conhecido como “Campo de Concentração do Tarrafal”, “Campo da Morte Lenta”, “Aldeia da Morte”, “Pântano da Morte” e “Inferno Amarelo”. Para saber mais, recomendamos o documentário Tarrafal, memórias do campo da morte lenta (2010), dirigido por Diana Andringa, com apoio da Fundação Mario Soares e Fundação Amílcar Cabral.

⁵ O trabalho de Fernando Lemos tem influência estética e ideológica do surrealismo, naturalizou-se brasileiro e viveu no país desde a década de 1950, tendo atuado também como gestor público em eventos como a comemoração do IV Centenário de São Paulo, em 1954, e a V Bienal Internacional de São Paulo, em 1959. Ganhou diversos prêmios e atuou na política cultural da cidade. [Nascimento: 03.05.1926, Distrito de Lisboa, Lisboa, Portugal – Falecimento: 17.12.2019, São Paulo, SP, Brasil].

⁶ Nomes e atividades profissionais relacionados por Carlos Cruz com a valiosa colaboração de José Mario da Silva Bodas (FREITAS, 2006, p. 138).

⁷ Cf. Prontuário DEOPS-SP nº 30.849.

⁸ João Sarmento Pimentel retornou à Portugal em 1974, sendo promovido a general aos 94 anos pelo Conselho da Revolução. Voltou a viver no Brasil, onde faleceu em 13/10/1987. É autor da obra *Memórias do Capitão*, 1962 v. 1 e v.2 1974.

⁹ Adolfo Casais Monteiro não voltou a Portugal, falecendo em São Paulo. Jorge de Sena naturalizou-se brasileiro, assim como boa parte do grupo acabou fazendo isso para poder exercer a profissão e obter o passaporte brasileiro, já que muitos não conseguiam passaporte português no consulado, somente o visto de entrada em Portugal.

¹⁰ Depoimento da viúva de João dos Santos Baleizão, Maria Isabel Antunes Baleizão, concedido à autora do presente artigo em 19/1/2004. Ela conta que, quando se casaram, viajaram a Portugal e ele foi detido ao desembarcar no aeroporto de Lisboa, passando a noite de núpcias na prisão. Foi solto por ser naturalizado brasileiro.

¹¹ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) foi a polícia política portuguesa, que atuou entre 1945 e 1969 na repressão à oposição ao regime político do Estado Novo.

¹² Carta encaminhada ao Diretor Geral de Segurança de Lisboa, por Raul Rosa Porto Duarte, do Porto, em 23/7/1970). Proc.262/49-Sr - NT 2634-Tombo, p. 05-06.

¹³ Proc. 262/49-SR NT 2.634, Tombo p. 26. Constatam no processo relatórios de agentes da PIDE.

¹⁴ Depoimento de Carlos R. Valente da Cruz à autora, em 19/1/2004.

¹⁵ Ambos escreveram uma série de artigos sobre grandes caçadas e caçadores, pois ele gostava de caçar grandes animais. Hoje esse ato é considerado politicamente incorreto, mas, naquela época, era costume a organização de grandes safáris na África que chegavam a custar até 20 mil dólares, e as pessoas da elite brasileira e portuguesa exibiam seus troféus de caça em suas residências.

¹⁶ Cf. *Portugal Democrático*, n. 142, p. 7, jul./ago. 1969

¹⁷ A Conferência Sul Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos da Espanha e Portugal ocorreu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) entre os dias 22/01/1960 e 24/01/1960. Cf. Prontuário n. 135.160; Dossiê pasta 41-E-005.

¹⁸ Cópia de carta datilografada com papel carbono em posse de Carlos Cruz.

¹⁹ Posição de Carlos R. Valente Cruz e Maria Isabel Baleizão.

²⁰ Depoimento de Carlos R. Valente da Cruz já citado.

²¹ Rodrigues, Miguel Urbano. “Portugal Democrático: um jornal revolucionário”. In: LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa: rotas entrecruzadas**. São Paulo: Editora da UNESP; Bauru: EDUSC, 2003, p. 184.

²² SILVA, Douglas Mansur da. “Fronteiras da condição migrante: práticas e representações de intelectuais portugueses ‘exiliados’ no Brasil, no séc. XX. *Anais*. 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007, Caxambu. Disponível em: <http://201.48.149.89/anpocs/arquivo/>. Acessado em: 15 out. 2007, p. 17-18.

²³ *Portugal Democrático*, n. 162, out. 1971.

²⁴ Depoimento de Alexandre Antunes Pereira concedido à autora do presente artigo em 16/04/2003.

²⁵ Aprovado na reunião do Conselho Deliberativo, em 13/12/2003.

²⁶ Depoimento de Adriana Prestes Maia Fernandes concedido à autora do presente artigo em 19.06.2006.

²⁷ Francisco Prestes Maia (19/3/1896-24/4/1965) engenheiro, urbanista, e professor da Escola Politécnica de São Paulo. Foi prefeito da cidade de São Paulo de 1938-1945, nomeado pelo interventor federal Ademar de Barros. Projetou e abriu avenidas, viadutos, pontes. Elegeu-se novamente em 1961, mantendo-se no cargo até 1965. Cf. Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense/FGV/CPDOC/FINEP, 1984. v. 3, p. 2.046-2.047.

²⁸ ESCOBAR, Ruth. **Maria Ruth: uma autobiografia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

²⁹ Cf. REDAÇÃO. “Morre a atriz Ruth Escobar, aos 82 anos”. Revista Veja, 05/10/2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>>. Acessado em: 16 fev. 2024.

³⁰ Cf. REDAÇÃO. “Morre a atriz Ruth Escobar, aos 82 anos”. Revista Veja, 05/10/2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>>. Acessado em: 16 fev. 2024.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS:

*Depoimentos orais***

Adriana Prestes Maia, filha de Maria Prestes Maia, depoimento à autora em 19.06.2006,

Alexandre Antunes Pereira, nasceu na Freguesia de Belas, Sintra, Portugal, em 1928.

Carlos Roberto Valente da Cruz, nasceu em Scarborough, Inglaterra, em 4/4/1918

Ildefonso Octavio Severino Garcia, nasceu na Parede, Lisboa, Portugal em 1943

João Alves das Neves, nasceu em Beiroa, Coimbra, Portugal, em 30/5/1927.

Maria Isabel Antunes Baleizão, nasceu em São Paulo, Capital, em 5/5/1936, viúva de João dos Santos Baleizão, nasceu em Faro, Algarve, Portugal, em 22/11/1923.

DOCUMENTOS TEXTUAIS:

Série Prontuários (com registros de 5.162 imigrantes portugueses). DEOPS/APESP.

Dossiê do jornal Portugal Democrático. Arquivo Público do Estado de São Paulo- Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP.

Dossiê de Maria Prestes Maia, Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP

Dossiê de Ruth Escobar, Arquivo Público do Estado de São Paulo-APESP

Jornal Portugal Democrático – edições de julho de 1956 a abril de 1975

**Os depoimentos registrados pela autora deste artigo entre 2001 a 2006, hoje integram o Acervo do Museu da Imigração. E toda a pesquisa sobre os portugueses em São Paulo foi doada ao Centro de Documentação e Memória da Missão Paz (CDM-Missão Paz).

REFERÊNCIAS

- ESCOBAR, Ruth. **Maria Ruth**: uma autobiografia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.
- FREITAS, Sônia Maria de. **Presença portuguesa em São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- LEMO, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). **A missão portuguesa**: rotas entrecruzadas. São Paulo: UNESP; Bauru: EDUSC, 2003.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Maria Prestes Maia: trajetória de lutas – feminismo, política e cultura. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 3, p. 59–88, 2016. DOI: 10.5216/hr.v19i3.30189. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30189>>. Acesso em: 13 mar. 2024.
- PIMENTEL, João Sarmiento. **Memórias do Capitão**. São Paulo: Editora Feldman-Rêgo, 1962.
- _____. **Memórias do Capitão**. Porto: Editorial Inova, 1974.
- REDAÇÃO. “Morre a atriz Ruth Escobar, aos 82 anos”. **Revista Veja**, 05/10/2017. Disponível em: <HYPERLINK “<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>”<https://veja.abril.com.br/cultura/morre-a-atriz-ruth-escobar-aos-81-anos/>>. Acessado em: 16 fev. 2024.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Alameda, 2004.
- SILVA, Douglas Mansur da. **A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro - 1956-1974**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (Estudos e Investigações, 42). 2006.
- _____. Fronteiras da condição migrante: práticas e representações de intelectuais portugueses “exiliados” no Brasil, no séc. XX. Artigo apresentado no **31º Encontro Anual da ANPOCS**, DE 22 a 26 de out. de 2007, Caxambu, MG. Pesquisado na Internet em: <<http://201.48.149.89/anpocs/arquivo/15.10.2007>>. s/d/a.

RESUMO

O propósito do presente artigo é revelar vozes da resistência ao salazarismo de portugueses radicados no Brasil e a luta pela democracia em Portugal e no Brasil. Por meio da metodologia da História Oral, coletamos depoimentos de professores, engenheiros, intelectuais, jornalistas, técnicos e artistas, buscando recuperar vivências de portugueses que, no exílio, lutaram pela democracia em Portugal e pela libertação das colônias portuguesas na África. As memórias relatadas evidenciam a trajetória do grupo que organizou em São Paulo o maior e mais expressivo movimento contra a ditadura de Salazar, desde a criação do jornal *Portugal Democrático* até a cisão e formação do Centro Cultural 25 de Abril. Pretende-se, contribuir com uma fase da história da imigração portuguesa ainda pouco explorada pela historiografia brasileira, ouvindo os próprios protagonistas, com destaque para a participação de duas mulheres.

Palavras-chave: imigração portuguesa, anti-salazarismo; jornal Portugal Democrático; democracia em Portugal e no Brasil

Voices of resistance to Salazarism and struggle for democracy in Portugal and Brazil

ABSTRACT

The purpose of this article is to reveal voices of resistance to Salazarism by Portuguese people living in Brazil and the struggle for democracy in Portugal and Brazil. Through the methodology of Oral History, we recorded testimonies from teachers, engineers, intellectuals, journalists, technicians and artists, seeking to recover the experiences of Portuguese people who, in exile, fought for democracy in Portugal and for the liberation of Portuguese colonies in Africa. The memories reported highlight the trajectory of the group that organized the largest and most expressive movement in São Paulo against Salazar's dictatorship, from the creation of newspaper "Portugal Democrático" to the split and formation of the "Centro Cultural 25 de Abril". The aim is to contribute to a phase in the history of Portuguese immigration that is still little explored by Brazilian historiography, listening to the protagonists themselves, with emphasis on the participation of two women.

Keywords: Portuguese immigration; anti-Salazarism, newspaper Portugal Democrático, democracy in Portugal e Brazil

Xenorracismo: a face do preconceito contra imigrantes

*Juliana Carvalho Ribeiro**
*Rosana Baeninger***

1 INTRODUÇÃO

*A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos
e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*
Eduardo Galeano

Galeano (1994) nos ensina sobre a importância da utopia como mirada, como norte, como referencial para a caminhada. Uma caminhada por um mundo melhor. No caso do presente estudo, a caminhada busca um mundo livre do xenorracismo (SIVANANDAN, 2001; FEKETE, 2001), no qual pessoas possam migrar sem qualquer preconceito, construindo uma vida digna onde quer que queiram estar.

O atual fenômeno migratório internacional é marcado pela intensificação das migrações Sul-Sul — configuradas pelo movimento cada vez mais vigoroso de migrantes entre (e em direção) aos países do Sul, e o Brasil se destaca entre os países que entraram na rota dos fluxos. Apesar (e em função) desta intensidade, imigrantes não-brancas/os (pretas/os, pardas/os ou indígenas) são recorrentemente desqualificadas/os e tratadas/os como

* Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP). Pós-doutoranda pelo Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO-UNICAMP), sob supervisão da Profa. Dra. Rosana Baeninger.

** Professora aposentada, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH-UNICAMP); pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO-UNICAMP); coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP).

inferiores — não apenas no nosso país, mas, também, nele —, vítimas do que ficou conhecido como xenorracismo. Sivanandan (2001) e Fekete (2001), referências internacionais na luta pelos direitos de migrantes na Europa, inspiram reflexões acerca deste novo conceito: uma xenofobia que carrega toda a carga do racismo construído historicamente. Esta realidade, cada vez mais evidente e cotidianamente alimentada, longe de ser algo recente, tem raízes que remontam ao período colonial.

Tendo em vista este contexto de aversão e voltando a lupa para o Brasil, a Região Metropolitana de Campinas-SP (RMC-SP) ganha destaque. E, para entendermos o porquê deste destaque, trazemos para a discussão alguns pontos. Por um lado, grifa-se duas de suas características sociodemográficas: Campinas-SP apresenta alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e tem uma população majoritariamente autodeclarada branca. Por outro lado, acentua-se o seu poder de atração de migrantes internacionais que chegam ao País: pelo seu dinamismo econômico e pela sua proximidade com São Paulo-SP. Casados, esses dois lados revelam a essência do xenorracismo praticado em Campinas-SP — e denunciado por migrantes internacionais que vivem neste recorte espacial.

Analisá-lo e compreendê-lo, a partir da leitura de entrevistas aplicadas com migrantes residentes em Americana-SP — município pertencente à RMC-SP —, são os objetivos deste estudo — que é desdobramento de uma pesquisa maior, desenvolvida pelo Observatório das Migrações em São Paulo-SP (NEPO-UNICAMP). Destaca-se, portanto, entre os métodos empregados na pesquisa, o processo de escuta que alcançou 76 migrantes internacionais residentes no mencionado município, entrevistadas/os entre fins de abril e meados de agosto de 2022.

As entrevistas foram aplicadas de forma remota, via WhatsApp, e foram gravadas e transcritas. É importante destacar que as transcrições respeitaram as verbalizações, tendo sido realizadas de forma literal e direta. Todas/os as/os interlocutoras/es receberam nomes fictícios e tiveram suas identidades preservadas. O gênero das/os participantes também foi respeitado. Todas as informações sobre elas/es são fidedignas. Grifa-se ainda que o roteiro foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP¹.

Diante desta breve introdução, este artigo apresenta, a seguir, reflexões acerca da essência e constituição do racismo, da xenofobia e do xenorracismo. Elas fundamentam a leitura do xenorracismo, feita a partir do olhar migrante, leitura esta baseada na análise dos relatos das/os interlocutoras/es da pesquisa. Finalmente, o artigo apresenta suas considerações finais, convidando as/os leitoras/es a se engajarem conosco nesta luta.

2 COMPREENDENDO CONCEITOS

*A Ilusão do Migrante
Quando vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?),
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.*
Carlos Drummond de Andrade

A ambiguidade geográfico-social vivida por migrantes marca suas trajetórias. A dúvida entre ficar ou partir, tão forte no início do processo, raramente é superada, transmutando-se em receios e inseguranças. Migrantes periféricas/os, ao projetarem melhores opções de vida, deixam sua terra natal, engrossando as estatísticas das migrações internacionais. Muitas vezes, a falta de alternativas laborais dignas na origem remonta a seus antepassados, construindo marcas de identidade cultural, e gerações e gerações deixam seus países para tentar construir um novo lar fora dele. Ao chegarem a novos portos, enfrentam práticas racistas e xenofóbicas.

Xenofobia e racismo são categorias diferentes, mas, frequentemente, observa-se uma sobreposição entre elas, resultando o que ficou conhecido como xenorracismo: uma xenofobia que carrega toda a carga do racismo construído historicamente. Imigrantes não-brancas/os (pretas/os, pardas/os ou indígenas) são recorrentemente desqualificadas/os e tratadas/os como inferiores, e esta realidade, cada vez mais evidente e cotidianamente alimentada, longe de ser algo recente, tem raízes que remontam ao período colonial. De fato, a inferioridade incutida às diversas etnias negras africanas e às etnias nativas da nossa terra — as/os indígenas, então chamadas/os de índias/os² por europeus — era debatida entre religiosos cristãos, em mais um dos processos que revelava a fusão entre o Estado e a religião. Esse processo determinou uma suposta superioridade branca — defendida pelos próprios brancos — e, portanto, uma superioridade europeia. “A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os ‘Outras/os’ raciais ‘diferem’” (KILOMBA, 2019, p. 75; grifos da autora).

Essa justificativa respaldava a retórica da colonização como caminho para catequização civilizacional para nativas/os da América, que precisavam ser salvas/os de sua própria cultura em sua própria terra — o Novo Mundo —, que não era mais do que o novo território europeu. Eram os europeus que invadiam e colonizavam as terras e, nesse processo, usavam de

diferentes formas de violência. Salientando esta questão, o grifo de Ribeiro (2019, p. 83-84) acerca de negras/os africanas/os escravizadas/os pode ser estendido a indígenas: “[...] a visão colonial que via os corpos negros como violáveis.” Kilomba (2019, p. 33) adjetiva como sádicas as políticas de conquista e dominação do colonialismo que produziram “[...] regimes brutais de silenciamento”.

Com a ascensão da burguesia e a formação do Estado laico, no século 19, países europeus — e nesse momento histórico, também os Estados Unidos da América — voltaram-se para o novo método de produzir verdades: a ciência moderna. Neste contexto, teorias raciais³ — e racistas — começaram a ser desenvolvidas e, ao final desse mesmo século, por volta de 1870, chegaram ao Brasil, onde também foram utilizadas pela elite branca. Para a formulação dessas teorias, corpos não-brancos eram objetos de estudos⁴ para se determinar supostas evidências da sua própria inferioridade, “[...] estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Essa concepção não foi refutada no Brasil. Ao contrário, a elite branca brasileira a abraçou e passou a perpetuar, então com embasamento científico, o racismo praticado desde a independência com boa parte da própria população — a população brasileira com origem indígena e negra. Negras/os e indígenas representariam o atraso. Atualmente, um olhar crítico a essas teorias já foi postulado e elas são definidas como Racismo Biológico — apesar de ainda serem reproduzidas, mesmo que com novas faces, como a xenofobia.

Na República Velha, o Racismo Biológico levou à eugenia⁵, ideia de embranquecimento da população, também reproduzida a partir da Europa, que buscava importar europeus em um projeto político de imigração consagrado pelo governo republicano, alegando necessidade de substituir a força de trabalho negra, antes escravizada, ao invés de considerá-la em seu novo projeto de nação. Portanto, com a consolidação das elites brancas na América, a noção de raça utilizada para hierarquizar corpos não é rompida, mas reproduzida em outros termos, de outra forma, com outras faces, que consolidam, de maneira contundente, o racismo estrutural e o institucional⁶ que ainda nos acompanham na contemporaneidade.

Por sua vez, a xenofobia — *xeno* vem do grego e quer dizer *estrangeiro*, e *fobo*, que também vem do grego, quer dizer *aversão*, *horror* — vai se consolidar na Europa após a Segunda Guerra Mundial, quando seus países se revelam, de forma cada vez mais intensa, destinos de migrantes de diferentes lugares do Sul Global — migração Sul-Norte —, realidade que ganha(rá) vigor a cada crise econômica. Além disso, ela é alimentada pela ampliação da mobilidade corporal — sobretudo pela progressiva expansão da globalização. E esse sentimento de aversão ao estrangeiro se espalha rapidamente, alcançando

a maior parte dos países do mundo. Institui-se, assim, a busca pelo migrante ideal (BASTIDE; FERNANDES, 2008) — apontado, quase unanimemente, como branco, europeu e supostamente civilizado.

A chegada da/o migrante não-ideal — “[...] acima dos seres animalizados, impuras formas de humanidade” (KILOMBA, 2019, p. 19) — provoca um acirramento das relações sociais, que, por sua vez, é minimizado e tomado como consequência de choque cultural. *Diálogos de Samira* — literatura construída (também) por narrativas de um menino refugiado de 13 anos chamado Karim — apresenta trechos que ilustram esse embate: “Se a Europa me ensinou alguma coisa, foi a de que não existe nada mais assustador do que um africano a lhe atravessar as fronteiras” (CAMARGOS; CARUSO, 2015, p. 37); “‘Escondam o vosso dinheiro, escondam as vossas filhas, os pretos estão a invadir-nos o quintal’. Ouço-lhes os pensamentos quando nos veem aproximar do guichê e lhes entregamos o nosso passaporte do terceiro mundo” (CAMARGOS; CARUSO, 2015, p. 37); “Tinha acabado de chegar à Europa e já só queria fugir dela” (CAMARGOS; CARUSO, 2015, p. 39).

Para romper esta realidade, a migração não-branca requer intervenção e diálogo junto à sociedade receptora, a fim de combater o racismo e a xenofobia. Todavia, com a ressurgência da extrema direita e a consolidação dos neofascismos, o que se tem assistido são ataques deliberados por parte de parcelas consideráveis de populações e por representantes governamentais a migrantes não-brancas/os, sobretudo nos Países do Norte, mas, também, no Brasil.

3 O XENORRACISMO SOB O OLHAR MIGRANTE

*Por que escrevo?
Porque eu tenho de
Porque minha voz,
em todos seus dialetos,
tem sido calada por muito tempo.
Jacob Sam-La Rose*

Kilomba (2019) começa suas reflexões em *Memórias da Plantação* com este poema de Sam-La Rose, defendendo a urgência de combate à longa história de silêncio imposta pelo colonialismo. A autora defende a necessidade de as/os silenciadas/os-exploradas/os-violentadas/os pelo poder hegemônico tornarem-se “sujeito” e não mais “objeto”, saciando a “fome coletiva de ganhar a voz” (KILOMBA, 2019, p. 27). Só assim começaremos, de fato, a trilhar os caminhos, ainda utópicos, que nos levarão ao fim do racismo e, junto a ele, ao fim do xenorracismo.

Resgatando a história recente desta prática no Brasil, grifa-se que a aversão a migrantes latino-americanas/os — não-brancas/os — ganhou corpo com a intensificação das migrações para e entre o Sul Global. Crawley e Teye (2024, p. 6) reconhecem o Sul Global como “[...] dinâmico, produzido por meio do funcionamento da história, da geografia e do tempo, e como um lugar em que há centros e periferias quando se trata de poder político e econômico” e, entre os exemplos citados pelos autores, eles destacam o Brasil no contexto da América do Sul. É assim que o país se coloca, de forma cada vez mais intensa, como alternativa neste novo contexto fundado com as migrações Sul-Sul.

A partir daí, cresce a presença, em territórios brasileiros, de outros fenótipos latino-americanos, e eles são encarados, cada vez mais, com olhares estigmatizados e racistas, como um marcador social de diferença hierárquica. A recente crise econômica, que data da segunda década deste século 21, contribuiu para alimentar o xenorracismo praticado, sobretudo, pela população considerada branca no Brasil — como uma espécie de cópia dos Estados Unidos, em uma atitude que pretende negar a origem latino-americana dos próprios “brancos” brasileiros, que, em sua maioria, nem são considerados brancos na Europa ou nos Estados Unidos.

Analisando a migração não desejada, Singer (1980, p. 242) reflete sobre “[...] a formação de população ‘marginal’ nos lugares de destino”, recorrentemente associada à “[...] migração na América Latina”, apontando que ela foi denunciada por autores diversos por contribuir com a formação da “[...] marginalidade”. O autor ainda assinala que “[...] a ‘marginalidade’ é, em geral, conceituada como não integração na economia capitalista e não participação em organizações sociais e no usufruto de certos serviços urbanos” (SINGER, 1980, p. 242). Por fim, a marginalidade ainda significa a associação com o crime. Muitas vezes, migrantes latino-americanas/os no Brasil são vítimas de crimes, como a superexploração da sua força de trabalho, mas, ao invés de serem tomadas/os como vítimas, são lidas/os como criminosas/os:

Muitas veces [me sentí explotada]. As primeras veces fui ruim [choro]. Muito ruim. Porque no tinha cómo sair. Nem para preguntar. Eu quis voltar para a minha terra. Só que eu no sabía falar, yo no sabía ni cómo salir de lá. En frente tenía un cachorro que no deixava salir. Essa casa fue en San Paulo, cuando eu trabalhei en San Paulo, desse jeito. Pero conseguimos salir y comenzamos a trabalhar así autónomos. Y depois poco a poco fomos melhorando. Y hace dos años ya que estamos pagando aquele documento para a oficina. CNPJ. Mas foi muito

ruim aquela época. Os donos de lá se separaron. Y aí a oficina faliu porque muitos fugiron. Y cuando eles se separaron, se divorciaron, pra nós fue más fácil salir. Eu y meu marido. Havia un canal, no lembro... que tenia aquele señor que llamava Gugu, que podia ligar lá, y eu queria pedir ayuda [choro], eu queria voltar de volta à minha terra, pero no conseguí. Eu no sabía escrever, nada. Acho que foi ano pasado que ele ya morreu. Eu sentí tanto dó daquele señor porque eu queria pedir ayuda naquela época. Que eu estava grávida de minha filha, da minha primera filha. Y eu queria pedir ayuda. Muito. Y eu olhava y pensava: “será que pode me ayudar aquele señor?”. Pero cómo eu no sabía escrever nada, eu fiquei así. Y pasó un tiempo nós salimos daquela casa y fomos trabalhar otro lugar (Gabriela, migrante boliviana em Americana-SP).

[...] eu me sentiu explorado uma vez [...] Era um serviço que eu fazia, por empreiteira, e eu ia fazer esse serviço e, na verdade, eu contava com o dinheiro... E no fim a pessoa pegou e no pagou... E ficou com o dinheiro. Era pra mim ter levado para a justiça, mas por ser que eu estava lá em uma terra estrangeira, eu no queria arrumar mais problemas pra mim... Eu larguei pra lá, mas era só eso que eu poderia reclamar. Mas o resto está tudo normal. Só que eu no levei pra frente, eu deixei quieto. Por eu ser estrangeiro mesmo, ele no pagou (Marco, migrante haitiano em Americana-SP).

He acontecido una cosa aquí... Muchas veces no querian pagar la diaria que devian. Pero yo salir fuera rápido. Porque soy una persona que no nega servicio, soy un profesional, y cobro lo combinado. Si lo combinado fuera 150, deve pagar 150. Entonces yo salir fuera rápido. Aconteceu una vez, pero yo salir fuera. Pero ficaron me devendo un dinero, una diaria que no me pagaron [...] escucho muchos casos de persona que és explotado (Rafael, migrante venezuelano em Americana-SP).

[...] yo trabajé aquí en Americana, mas yo trabajé en una oficina con compatriotas bolivianos mismo. [...] mas no me pagaram. Praticamente um año intero no me pagaron. Quando fui a cobrar, no tenia nada. Y se escapó para San Paulo, né? El dono de la oficina. Lo encargado dizia que era el administrador y yo confié. Porque él

dije que era administrador de la empresa. Entonces se escaparam y no pude hacer más nada (Sônia, migrante boliviana em Americana-SP).

Aquí és conocido varios venezolanos que no tienen sus empleos. Algunos trabajan con bolivianos que tienen oficinas. Con los que tienen oficina. Y és un poco difícil porque trabajan casi um día completo. Así és conocido varias historias de venezolanos que trabajaban así y que empeoró por conta de la pandemia. Y se le esto muy difícil, estar en una oficina desta, porque no tiene ni vida propia. És muy difícil (Lilith, migrante venezolana em Americana-SP).

Eu me sentí [explotada]. Foi outro boliviano mesmo, né? Eu trabalhava pra ele, então meu filho ficava doente na creche e ele não deixava pra eu poder levar o meu filho para hospital, as veces ele deixava sair mas eu tinha que completar o horário fora do horário do trabalho. As veces eu trabalhava fim de semana... Ele era muito exigente conmigo e yo me sentía muito mal (Joana, migrante boliviana em Americana-SP).

[...] muchas veces. Porque yo no podía... Ni siquiera podía llevar a mis hijos a lo postinho [posto de saúde do SUS] cuando estaban enfermos porque tenía que pagar las horas no trabajadas (Graziela, migrante boliviana em Americana-SP).

Eu trabalhava além do horário e fazia tudo o que me pedia e não recebia por isso... e quando eu reclamava, ele dizia que ia me dispensar (Elis, migrante paraguaia em Americana-SP).

[...] la verdad donde estaba era muy poco el salario. No tenía muchas opciones... ¿Entiende? (Luiz, migrante venezolano em Americana-SP).

Voy a hacer una referencia que lo he tenido... Yo fui hacer una faxina en una escuela donde dan cursos y hice mi trabajo, normal, y eles me pagaron 150 por el trabajo. 150. Entré la 8h00 y salí a las 17h00 y me pagaron 150. Después, conseguí un trabajo con una empresa para hacer una faxina. Yo trabajé dos semanas con ellos. En una faxina fue la limpieza de un edificio, fue bastante

trabajo, bastante. Empezé a las 7h30 y salí a las 18h00 y me pagaron por esto faxina fue 70 reais (Josefina, migrante venezolana em Americana-SP).

Mi hijo [18 años] podría comenzar a trabalhar, mas como ele no tem documento, entonces no consigue, só estamos trabalhando ajudando a otras pessoas. Compatriotas. Con costura. [...] Donde estoy aquí ahora és una familia de bolivianos, né? Y eles me dieron un quarto para morar junto con eles y yo estoy aquí trabalhando junto con eles. Junto. Morando juntos en esta casa con eles. Eu trabalho de segunda a sábado y a gente trabalha desde siete horas de la mañana hasta siete de la noche (Eliz, migrante boliviana em Americana-SP).

En la empresa donde yo estaba trabajando había una area que era para mujeres. Solo que habían colocado muchos personales y me pasaron para otra area para un trabajo más pesado. Trabajo de hombre. Y entonces yo iba hacer lo trabajo porque precisava del empleo. Pero aí yo comecé con una lesión en mi brazo. Con la cervicale... Y comecé a ir a médicos y creo que por esto me despediron también. Este médico me dijo que iba me dar una carta, que no podía más trabajar así... Entonces yo hablé esto con mi jefe y me despediron. Fue así... A mi esposo también (Junia, migrante venezolana em Americana-SP).

Fue explotada una vez y chorei muito, sabe? Eu cheguei en casa y falei: "amor, eu no quero seguir así trabalhando...". Eles falavan muito mal de los inmigrantes, sabe? Falavan que los inmigrantes venen a Brasil para tirar la oportunidade de los brasileiros. Y cosas así, entendeu? Y eu ficava en casa chorando. Y eu falava que a minha vontade era voltar para Venezuela, sabe? Y ele falava: "amor, você no pode fazer este, porque se você voltar você no vai a conseguir voltar más aqui para Brasil...". Por causa da documentação, né? Que ainda no estava pronta... (Angeles, migrante venezolana em Americana-SP).

Eu posso escribir una enciclopédia... Porque aonde fica meu negócio, chega muito venezolano. A maioria dos meus clientes son venezolanos. E é cada história que eles contavan... que trabalhava en fazenda y os caras

depois no querian pagar... ou falavan que estavan pagando porque moravan ali y tenian comida... o fazian un servicio que oferecian por exemplo 50 reais y depois salian con 10, 20 reais. Nossa! Todo dia chega una história... Horrível, horrível... (Alejandro, migrante venezuelano em Americana-SP).

En realidade, eu peguei esse trabalho... foi o trabalho mais ruim que eu he podido pegar. Fue essa lavandería. Porque eu trabalhava demais y eu considerava que era muito pouco dinero. Para todo que eu tenia que fazer (Yolanda, migrante venezuelana em Americana-SP).

hay personas que son profesionales y no pueden ejercer y tiene que trabajar en cualquier cosa porque la idea és sustentarse (Katherine, migrante venezuelana em Americana-SP).

Eu no [sufri], mas, segundo o que cuenta mi irmão, que no há podido trabajar un poco más con servicio fijo, sí. Ele fala que sí. As veces, por ser extranjero, dejaron de pagar a ele por su trabajo (Sara, migrante venezuelana em Americana-SP).

Muchos de nosotros sufrimos con la explotación (Luiz, migrante venezuelano em Americana-SP).

E esta é apenas uma das faces do preconceito no País: migrantes transnacionais não-brancas/os no Brasil revelam-se ainda mais marginalizadas/os que pretas/os e pardas/pardos brasileiras/os. São inúmeras as adversidades enfrentadas por essas/es migrantes, para que elas/es possam se estabelecer junto às sociedades receptoras. Esta realidade lança por terra os mitos de receptividade — a suposta cordialidade — como um elemento da cultura brasileira, revelando a situação de vulnerabilidade suportada por migrantes transnacionais:

Los inmigrantes as veces somos mal vistos (Sônia, migrante boliviana em Americana-SP).

Tem pessoas que, con pandemia o sin pandemia, é así un poco prejudicioso, sabe? Aquela coisa así de cómo olha os inmigrantes, cuando pasamos na rua, que venimos a tirar la oportunidad, desrespeita los inmigrantes, entendeu? (Angeles, migrante venezuelana em Americana-SP).

Em decorrência dessa aversão, elas/es se veem cada vez mais distantes de sua inserção no mercado de trabalho ou de sua estabilidade laboral:

[...] eu estou desempregada, né? Eu tenho três crianças que está usando fralda... Leite... A gente paga aluguel, né? A gente tem mais um filho [no] Haiti a gente precisa mandar pra ele, né? Ficou lá com a mia mãe, ele tá doente... E a gente precisa, né? (Ester, migrante haitiana em Americana-SP).

[...] no tem trabajo pra mim. Toda vez que falavam pra mim entregar currículo, eu entregava currículo y falavam pra mi: "ah... eu vou te chamar"... Y nunca chamavam. Ninguém ligava pra mim (Verónica, migrante boliviana em Americana-SP).

[Mia principal preocupación és tener] Um bom emprego (Yasmil, migrante paraguaia em Americana-SP).

[...] eu trabajava na churrasquería, arrumando, aí eu saí porque eu no gostei muito da condición da mia patroa. Eu tenia que hacer muitas cosas que eu no fazia no comienzo, né? Aí ela queria que eu fazesse mais do que eu fazia... Aí uma vez eu tava decidida a ir embora mas no conseguí. Aí tuve desempregada y me sustentaba con o seguro desempleo y algunas diárias que eu fazia (Vera, migrante venezuelana em Americana-SP).

Eu estava trabalhando antes da pandemia, mas não tenho registro desde 2018 [...] não tenho nenhum contrato [...] [Trabalho] No mínimo 10 horas por dia [...] Fazendo unha e bolo pra vender [...] As vagas de emprego se limitaram muito [após a pandemia]. Nem quem tem estudo e profissão está conseguindo emprego... imagina quem não tem... O Brasil já foi um ótimo país, muito bom pra viver, mas hoje em dia só estou aqui ainda por falta de opção (Eliz, migrante paraguaia em Americana-SP).

[Mia principal preocupación] És tener un servicio estable, no? Siento por nosotros no tenerlo (Yale, migrante boliviana em Americana-SP).

No, no, en la horita, no [estoy trabajando], pero estoy procurando. Estoy trabajando con bicos solamente. Pintura o outra cosa. Siempre aparece algo [...] soy

muy bien preparado, nosotros tenemos muchas ideas innovadoras para este país. Necesitamos de una institución que nos escuche y que nos apoie para financiar nuestros proyectos. Yo, por ejemplo, tengo un proyecto que no pudo desenvolver aquí en Brasil. Yo necesito financiamiento y no tengo como hacerlo (Rafael, migrante venezuelano em Americana-SP).

Não tenho contrato [...] Eu faz um bico de vez em construção civil, mas nem todas as vezes porque ficou difícil, depois da pandemia (Marco, migrante haitiano em Americana-SP).

A origem étnica não-branca é utilizada de forma perversa para naturalizar a condição da/o migrante como inferior, o que dificulta o seu acesso até mesmo a serviços básicos — como educação e saúde públicas —, aprofundando a precarização das suas condições de vida. É um imenso conjunto de dificuldades que restringe ou dificulta o acesso a direitos já garantidos por lei:

A gente é rejeitado... Mesmo no posto de saúde, primeramente son los brasileiros. Aí vem os bolivianos. Ainda eles ficam bravos. Falam: “por que você no vai para seu país?; aquí você atrapalha...”. Son varias, también na escola: “vocês, bolivianos, deviam voltar para seu país” (Verónica, migrante boliviana em Americana-SP).

Entonces, cómo falei, eu fui refugiada. Eu tuve en refugio. Llegué e después fui transferida para Rondon 2 [primeiro abrigo de trânsito construído para venezuelanos que participam da Estratégia de Interiorização da Operação Acolhida], donde saí para otros estados de Brasil. Entonces fui transferida para Rio de Janeiro, para una casa donde atendian mujeres con neoplasia, mas eu no gostei porque aí era muy exigente, né? As pessoas... Tinha que fazer tudo que vinha. Aí cómo a gente estava acostumbrada diferente, eu duré três meses alí porque eu no gostei. E aí quando eu decidi sair, ellas mandaron embora a gente, estava chovendo e a gente tuve que sair de alí, a gente tava esperando o Uber e ellas falaron que no podía esperar alí porque ellas tinham que ir embora. E a gente tuve que sair. Aí chovendo pegamos o Uber e tuvimos la oportunidad de vir para cá porque

una moça de igreja ella ayudou nós. Aí ficamos dos días na casa dela. Aí viemos para San Paulo. Aí nós no llegamos directamente aquí en Americana. Foi así, fomos para San Paulo mesmo y llegamos lá y cómo eu entreguei currículo ligaron pra mi para un trabajo y veio una pessoa, un brasileiro, ele falou pra ajudar eu e ele trouxe para Americana. Ele trouxe e conseguiu una vaga en una república de mujeres y entonces eu to morando aqui (Vera, migrante venezuelana em Americana-SP).

Nesses embates, o xenorracismo se concretiza no olhar e, cada vez mais, revela-se presente, também, nas falas e nas atitudes para com migrantes, permeando e marcando as experiências de quem é vítima dele. As dificuldades acarretadas são ainda ampliadas quando consideramos o idioma, cujo aprendizado se impõe como barreira para as mais variadas frentes da vida migrante:

Fue difícil [o processo de regularização migratória]... Primeramente yo no conseguia... Eu no sabia ainda ler, certinho... No conhecia muito bem... Eu leio en español, mas tudo és en portugués. Este me atrapalhava bastante. Y para aprender, eu precisei de ajuda, né? Y las moças me ayudaram también. Mi filha, más que todo. Ela que começou a entrar na internet, pesquisar como que ia montar a papelada para os documentos, y todo esto. Mas fue difícil (Verónica, migrante boliviana em Americana-SP).

[...] eles [alguns dos seus parentes que também vieram para o Brasil] mudaron de aqui. Porque eles no se adaptavan a la fala, sabe? No sabían la fala... falar... Esto fue bem complicado para a eles, sabe? (Angeles, migrante venezuelana em Americana-SP).

Bueno, cómo no entiendo mucho el portugués, no sayo de casa. Me quedo en casa y tampoco tengo lugar donde ir. Solo vivo aquí em mi casa (Yvette, migrante venezuelana em Americana-SP).

Bueno... A la verdad yo voy a ser sincera... A principio lo que me atrasava era el idioma. Esto. El idioma. Porque al principio no lo entendía y no me entendían. Hoy en día, entiendo más (Josefina, migrante venezuelana em Americana-SP).

[...] és peor para venezolanos que no tienen mucha experiencia hablando en portugués. És más difícil que un venezolano consiga un trabajo como recepcionista... esse tipo de trabalho que tiene que hablar con el público (Ana, migrante venezuelana em Americana-SP).

Aí eu falava cómo está sendo difícil falar o idioma de vocês... Y aí pasé varios meses na verdade así bien triste (Angeles, migrante venezuelana em Americana-SP).

Árduo para muitas/os migrantes, o idioma se apresenta fator para a sua “não integração” (SINGER, 1980, p. 242). Migrantes não se sentem pertencentes, o que gera desconforto, insegurança e traumas ao buscar o sistema público de saúde ou qualquer outro serviço ao qual têm direito.

Como contraponto, o orgulho de suas origens pode ser recurso utilizado para resistência de migrantes vítimas de xenorracismo. Muitas vezes, ele é usado como ferramenta de luta, porque a identidade cultural e geográfica é parte do que elas/es são e, como não querem ser assimiladas/os, fortalecer esse orgulho é uma forma de existir e resistir. Fazem isso a partir da produção de territorialidades (COSTA, 2011), que refletem processos de ocupação e identidade em uma sociedade xenorracista. Dito de outra maneira, produzir territorialidades pode ser uma forma dessas/es migrantes latino-americanas/os se inserirem, laboral e socialmente, revelando-se resistência.

A territorialidade configura-se, portanto, como categoria socioespacial apropriada para auxiliar na compreensão da presença de migrantes latino-americanas/os no Brasil, já que ela se revela alternativa à *vida-violência*⁷ imposta a essas/es migrantes. Dito de outra forma, estamos diante de vidas repletas de violências, reiteradas cotidianamente nas atitudes de instituições ou de civis, que se impõem como barreiras ao *ser migrante* e, no enfrentamento a essas violências e às variadas formas de opressão que encontram, migrantes podem recorrer à apropriação do espaço público, à produção de territorialidades, que se apresentam como construção social da presença migrante. Pela forma como são recebidas/os pela sociedade brasileira, latino-americanas/os no Brasil podem encontrar na territorialização a conquista de seu espaço, negado pela perversidade das relações laborais e sociais cotidianas — lembrando que a migração é essencialmente uma questão política e produz espacialidade de disputa (SAYAD, 1998).

Dessa forma, a partir da territorialização, latino-americanas/os podem conquistar seu espaço, seu território, recorrentemente negado pela perversidade das relações cotidianas estabelecidas entre migrantes racializadas/os e a sociedade receptora. Neste contexto adverso, o abandono sociopolítico é banalizado e essas/es migrantes precisam lutar, coletivamente, contra as duras violências impostas a elas/es:

[...] nós intentamos algunas veces reunirnos nossos amigos venezolanos, son miembros también de la iglesia que frecuentamos. Na Semana Santa combinamos y alugamos un lugar y nos reunimos todos. Dos días. Esto que a gente conseguiu. Hace poco estábamos con los miembros de la iglesia. Enton, siempre la gente está en contacto (Ronald, migrante venezolano em Americana-SP).

[...] cuando a gente chegou aqui, a gente chegou tipo refúgio, né? Que tinha este pastor peruano. Na verdade, era una casa que tinha alugado y que aí chegaram algunos venezolanos, né? Aí conheci algunas pessoas que ainda ten contacto con ellos. Y aqui na ciudad ten otros que moran perto aqui do bairro... no bairro mesmo donde a gente mora. Enton, de vez en cuando a gente se reune, faz una sopa... faz alguna cosa aí pra gente conversar... (Alejandro, migrante venezolano em Americana-SP).

Aqui tem otros vezezuelanos. Tem mi cunhado e su familia. También tem alguns amigos de igreja porque somos alguns que estamos morando aqui. E estamos sempre com eles. Sempre fazemos alguma atividade, alguma cosa juntos. El Natal, ficamos haciendo alguna cosa... (Jose Garcia, migrante venezolano em Americana-SP).

Essa é uma das formas utilizadas por elas/es para marcarem suas existências e para fazerem suas vozes serem ouvidas nos diferentes espaços que ocupam. E, assim, fortalecidas/os, elas/es ficam mais próximas/os de seus direitos, viabilizando, sobretudo, o direito de reterritorialização, conforme desejo demonstrado por interlocutoras/es da pesquisa:

[...] o estrangeiro [migrante], sempre ta buscando o melhor... Né? No só estrangeiro... A vida humana sempre ta buscando viver a vida melhor (Slovensky, migrante haitiano em Americana-SP).

Eu pretendo continuar porque tenho dos filhos y ele vai continuar, yo pretendo pelo menos até 18 años deles aquí. Aí, cuando eles for mayor de idade, dá para decidir si eles vai ficar o si eu vou embora. Para a Bolivia (Mariana, migrante boliviana em Americana-SP).

Yo voy quedarme aqui porque és una región que hay muita segurança, sabe? É muy tranquilo, de verdade yo gostar... Tengo conocidos que estan en uma ciudad que se llama Recife... És así que fala? Recife. Ellos dicen que hay muita oportunidade de empleos para allí, só que ellos falan que la delinquencia y la inseguridad és muito forte. Enton yo tengo un poco de miedo (Angeles, migrante venezolana em Americana-SP).

Sí, tengo. Porque mis hijos están muy bien acá en Americana. Vivimos mucho mejor acá (Graziela, migrante boliviana em Americana-SP).

És muy buena [mi vida en Americana-SP]. Somos una gran familia acá (Sara, migrante venezolana em Americana-SP).

Sí, me quiero quedar unos años más, porque yo vejo que estoy mejor aqui (Julia, migrante boliviana em Americana-SP).

És muy buena [mi vida en Americana-SP]. Tengo amigos venezolanos, también tengo amigos brasileiros. És muy buena (Ana, migrante venezolana em Americana-SP).

Ah sim, com certeza tenho intenção de quedarme! Eu adorei, eu gostei (Rosa, migrante boliviana em Americana-SP).

Bien. Mi vida aqui en Americana és bien, gracias a Diós. Vivimos todos bien, me sinto bien (Tereza, migrante venezolana em Americana-SP).

Eu gostei muito de aqui, me he acostumado con aqui (Eliz, migrante boliviana em Americana-SP).

Americana és una ciudad muy segura, muy limpia, las personas son muy solidarias. Me gusta mucho vivir acá (Rafael, migrante venezolano em Americana-SP).

Eu vou ficar muito tempo eu acho aqui, en Americana (Ana, migrante boliviana em Americana-SP).

[...] minhas filhas no querem salir (Gabriela, migrante boliviana em Americana-SP).

Eu pretende morar aqui, digamos, ter uma casa em Santa Bárbara o Americana (Nora, migrante boliviana em Americana-SP).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da hospitalidade começa aqui: devemos pedir ao estrangeiro que nos compreenda, que fale nossa língua, em todos os sentidos do termo, em todas as extensões possíveis, antes e a fim de poder acolhê-los entre nós?

Jacques Derrida

Para Derrida (2003, p. 15), a hospitalidade não se refere à “convivência tolerante”, pois deve haver, neste conceito, não a imposição da assimilação, mas o processo de reconhecimento e aceitação do outro no ato de acolher. Contudo, a experiência cotidiana vai revelar o que o autor reforça como a forte ambivalência da hospitalidade e da hostilidade — comumente traduzida em manifestações xenorracistas.

O simples respeito às diferenças e aos direitos já conquistados por migrantes internacionais no Brasil poderia viabilizar uma realidade menos conflituosa, menos marginalizante, menos violenta. Ao contrário, o que ocorre e fica evidente são os desrespeitos — político, social e individual — que delineiam a realidade cotidiana de xenorracismo, marginalizando migrantes transnacionais não-brancas/os, até mesmo quando buscam acesso, garantido por lei, a serviços básicos, como saúde e educação públicas.

Quando transportamos esta análise para a RMC-SP, o xenorracismo ganha destaque. Campinas-SP apresenta alto IDH e tem uma população majoritariamente autodeclarada branca, fatores que alimentam as hipóteses capazes de explicar a força desta forma de preconceito contra migrantes neste recorte espacial. Além disso, em função do seu dinamismo econômico e pela sua proximidade com São Paulo-SP, a RMC-SP tem elevado poder de atração de migrantes internacionais, aumentando a sua concentração e, conseqüentemente, a presença e visibilidade dessa população.

Nesse contexto de evidenciação, também se veem ampliadas as diversas violências que permeiam a vida migrante, denunciadas pelas/os interlocutoras/es da pesquisa. Sofridas no âmbito educacional, no acesso à saúde, ou na convivência social de forma geral, elas impelem imigrantes a uma produção estratégica de territorialidades (COSTA, 2011) — para construção

de identidade, pertencimento, abrigo, refúgio, encontros e segurança. A interação pautada na identidade é, assim, resposta ao xenorracismo sofrido na convivência com nacionais.

Reunindo-se em comunidade, migrantes transnacionais se fortalecem e se veem imbuídos de poder para que cada uma e cada um possa se impor. Migrantes internacionais — e seus corpos oprimidos — ora se escondem, ora se impõem. O aumento do número e a reunião de representantes de uma mesma nacionalidade garantem a elas/es maior segurança em se fazerem presentes.

Por outro lado, essas/es migrantes passam a ser vistas/os e notadas/os por nacionais. Neste momento, corpos (e fenótipos) migrantes passam a receber olhares pejorativos, olhares que as/os inferiorizam, olhares que questionam a sua presença — um *olhar xenorracista*, um olhar que se revela um mecanismo de xenorracismo. É uma resposta xenorracista ao fenótipo migrante — o olhar do corpo brasileiro para o corpo migrante periférico quando este último busca sua reterritorialização no País.

A despeito disso — e, também, por isso e contra isso —, vivendo o urbano e deixando suas marcas, esses corpos ocupam espaços públicos, ganham ainda mais visibilidade, são fortalecidos, e usam este novo contexto como ferramenta de luta para sua resistência. Dito de outra forma, é a partir de um sentimento de opressão e de dor que elas/es se reúnem buscando proteção, usando a identidade como mecanismo de defesa, produzindo territorialidades — uma territorialidade de defesa e de abrigo, uma territorialidade para estes corpos se sentirem mais seguros.

Para buscar o pertencer, o uso do idioma natal revela-se importante ferramenta. Ele permite que migrantes reconheçam sua origem e se reconheçam como comunidade, além de ser uma forma de imposição perante nacionais. Nas territorialidades produzidas, portanto, migrantes sentem-se livres para conversar utilizando o idioma de origem. É a língua contribuindo para a construção de identidades e para a produção de territorialidades, garantindo felicidade, pertencimento e segurança, ainda que em escassos momentos da sua rotina no País.

Nesse movimento, driblam as dificuldades e seguem o processo de (re)territorialização. E, apesar das saudades que sentem “de casa”, bem como a despeito do xenorracismo que enfrentam, muitas/os migrantes conseguem vislumbrar as dificuldades que enfrentariam se retornassem definitivamente à terra natal, reforçando a decisão de permanecer “por mais algum tempo” no Brasil.

NOTAS

¹ CAAE: 49335121.1.0000.8142.

² O termo torna homogêneos os diferentes povos originários da América, não respeitando sua diversidade e é utilizado, historicamente, de forma pejorativa, com intuítos de inferiorização ou romantização. Atualmente, os povos originários preferem ser chamados de indígenas que, em latim, significa *natural do lugar em que vive*. Mesmo assim, a forma mais respeitosa é identificar cada grupo étnico por sua etnia, que é a base cultural da sua identidade. É o que defende, por exemplo, o professor e escritor Daniel Munduruku (Munduruku é sua etnia) em diferentes falas: “Eu não sou índio. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa”. Trata-se de um processo de descolonização do vocabulário e das ideias. Disponível em: <http://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

³ “[...] o termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX [...] inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

⁴ Como exemplos, podemos destacar a frenologia e antropometria: “[...] teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos” (SCHWARCZ, 1993, p. 48).

⁵ “O termo eugenia — *eu: boa; genus: geração* — foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton [...] que buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade” (SCHWARCZ, 1993, p.48; grifos da autora).

⁶ Basso (2013) nos apresenta o conceito “racismo institucional”, delegando aos Estados, aos governos e aos parlamentos seu primeiro protagonismo. O autor caracteriza a construção institucional desta prática: “[...] com suas legislações especiais e seus discursos públicos contra os imigrantes; com sua práxis administrativa discriminatória e arbitrária, que torna amarga a existência dos imigrantes e legitima a superexploração brutal do seu trabalho; com a seleção, de fundo racial, entre nacionalidades ‘boas’ e nacionalidades perigosas, entre imigrantes ‘desejáveis’ e indesejáveis” (BASSO, 2013, p. 85-86; grifos do autor). Ao referenciar aos Estados, aos governos e aos parlamentos o “primeiro protagonismo” desta prática, Basso (2013, p. 85) afirma que “primeiro não quer dizer, é claro, único”, implicando a três fontes o que ele chama de “fábricas [...] de venenos racistas”. Além do Estado, o autor elenca “[...] o mercado [...] e a indústria da mídia de massa”, agindo em conjunto e atendendo às “[...] necessidades cogentes do mercado global, dos Estados Nações e a dita opinião pública” (BASSO, 2013, p. 85).

⁷ Essa *vida-violência* é construída cotidianamente a partir dos diversos ataques impostos a migrantes, sobretudo a migrantes racializadas/os quando alvos de xenorracismo, o que pode ser exemplificado a partir dos relatos das/os interlocutoras/es desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. A ilusão do migrante. In.: ANDRADE, C. D. de. **Farewell**. Posfácio Vagner Camilo. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 14-15, 2016.
- BASSO, P. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. Tradução de Patricia Villen. In: TAVARES, M. A.; GOMES, C. (org.). **Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista**. João Pessoa, PB: UFPB, 2013. p. 83-113.
- BASTIDE, R; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo, SP: Global Editora, 2008.
- CAMARGOS, M.; CARUSO, C. **Diálogos de Samira: por dentro da guerra síria**. São Paulo, SP: Moderna Editora, 2015.
- COSTA, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.
- CRAWLEY, H.; TEYE, J. South-South Migration and Inequality: an introduction. In.: CRAWLEY, H.; TEYE, J. (orgs.). **The Palgrave Handbook of South-South Migration and Inequality**. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, pp. 1-22, 2024.
- DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A. **Da hospitalidade** (A. Romane, Trad.). São Paulo: Escuta, 2003.
- FEKETE, L. The emergence of xeno-racism. **Race & Class**, US, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306396801432003>.
- GALEANO, E. **As palavras andantes**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1994.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó, 2019.
- RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.
- SAM-LA ROSE, J. **Sable: The Literature Magazine for Writers**, Winter 2002, p. 60.
- SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1993.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. (coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 211-244. (Elaborado inicialmente em espanhol, para o Grupo de Trabalho sobre Migrações Internas da Comissão de População e Desenvolvimento do CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Divulgado, posteriormente, em português, na coletânea de ensaios: SINGER, P. I. Economia política e urbanização. 3. ed. São Paulo, SP: CEBRAP; Brasiliense, 1976).
- SIVANANDAN, A. Refugees from globalism. **Race & Class**, US, v. 42, n. 3, p. 87-100, 2001.

RESUMO

O atual fenômeno migratório internacional é marcado pela intensificação das migrações Sul-Sul — configuradas pelo movimento cada vez mais vigoroso de migrantes entre (e em direção) aos países do Sul, e o Brasil se destaca entre os países que entraram na rota dos fluxos. Apesar (e em função) desta intensidade, imigrantes não-brancas/os (pretas/os, pardas/os ou indígenas) são recorrentemente desqualificadas/os e tratadas/os como inferiores — não apenas no nosso país, mas, também, nele —, vítimas do que ficou conhecido como xenorracismo. Sivanandan (2001) e Fekete (2001), referências internacionais na luta pelos direitos de migrantes na Europa, inspiram reflexões acerca deste novo conceito: uma xenofobia que carrega toda a carga do racismo construído historicamente. Esta realidade, cada vez mais evidente e cotidianamente alimentada, longe de ser algo recente, tem raízes que remontam ao período colonial. Inserida no Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP), esta pesquisa tem como objetivo refletir acerca do xenorracismo praticado na Região Metropolitana de Campinas-SP, usando como referências 76 entrevistas semiestruturadas aplicadas com migrantes internacionais residentes em Americana-SP entre fins de abril e meados de agosto de 2022. Percebem-se violências nas experiências de vida das/os interlocutoras/es da pesquisa. Busca-se, assim, refletir sobre elas, para compreendê-las com mais profundidade e criticidade e, dessa forma, lutar contra elas. A migração não-branca requer intervenção e diálogo junto à sociedade receptora para não intensificar o xenorracismo, mas o que se tem assistido atualmente, com a ressurgência da extrema direita e a consolidação de neofascismos, são ataques deliberados por parte de parcelas consideráveis de populações e por representantes governamentais a migrantes não-brancas/os. Para apreender esta realidade, colocamos a lupa sobre a Região Metropolitana de Campinas-SP, mais especificamente Americana-SP. Por sermos todas/os migrantes — porque migramos, uma vez que essa é uma possibilidade sempre existente, ou porque a migração desenhou a história de nossas famílias, com laços sanguíneos ou não —, o presente estudo se torna, também, autorreflexão. Refletir sobre os processos migratórios é pensar sobre nós mesmos e lutar por um mundo mais justo.

Palavras-chave: Xenofobia; Racismo; Xenorracismo; Região Metropolitana de Campinas; Americana-SP.

RESUMEN

El actual fenómeno migratorio internacional está marcado por la intensificación de las migraciones Sur-Sur — conformadas por el movimiento cada vez más vigoroso de migrantes entre (y hacia) los países del Sur, y Brasil se destaca entre los países que han entrado en la ruta del flujo. A pesar de (y debido a) esta intensidad, los inmigrantes no blancos (negros, morenos o indígenas) son repetidamente descalificados y tratados como inferiores — no sólo en nuestro país, sino también en él — víctimas de lo que se ha dado en llamar xenoracismo. Sivanandan (2001) y Fekete (2001), referentes internacionales en la lucha por los derechos de los inmigrantes en Europa, inspiran reflexiones sobre este nuevo concepto: una xenofobia que lleva todo el peso del racismo históricamente construido. Esta realidad, cada vez más evidente y alimentada a diario, lejos de ser algo reciente, tiene raíces que se remontan al periodo colonial. Como parte del Proyecto Temático Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP), esta investigación pretende reflexionar sobre el xenoracismo practicado en la Región Metropolitana de Campinas-SP, tomando como referencia 76 entrevistas semi-estructuradas a migrantes internacionales residentes en Americana-SP entre finales de abril y mediados de agosto de 2022. La violencia se percibe en las experiencias vitales de los participantes en la investigación. El objetivo es reflexionar sobre ellas para comprenderlas más profunda y críticamente y así

luchar contra ellas. La migración no blanca requiere intervención y diálogo con la sociedad receptora para no intensificar el xenoracismo, pero lo que estamos viendo actualmente, con el resurgimiento de la extrema derecha y la consolidación del neofascismo, son ataques deliberados a los migrantes no blancos por parte de sectores considerables de la población y de representantes gubernamentales. Para comprender esta realidad, ponemos la lupa en la Región Metropolitana de Campinas-SP, más concretamente en Americana-SP. Porque todos somos migrantes — porque migramos, ya que siempre es una posibilidad, o porque la migración ha marcado la historia de nuestras familias, con lazos de sangre o no —, este estudio también se convierte en una autorreflexión. Reflexionar sobre los procesos migratorios significa reflexionar sobre nosotros mismos y luchar por un mundo más justo.

Palabras clave: Xenofobia; Racismo; Xenoracismo; Región Metropolitana de Campinas; Americana-SP.

ABSTRACT

The current international migration phenomenon is marked by the intensification of South-South migrations — shaped by the increasingly vigorous movement of migrants between (and towards) the countries of the South, and Brazil stands out among the countries that have entered the flow route. Despite (and because of) this intensity, non-white immigrants (black, brown or indigenous) are repeatedly disqualified and treated as inferior — not only in our country, but also in it — victims of what has become known as xenoracism. Sivanandan (2001) and Fekete (2001), international references in the fight for migrants' rights in Europe, inspire reflections on this new concept: a xenophobia that carries the full burden of historically constructed racism. This reality, which is increasingly evident and fed on a daily basis, far from being recent, has roots that go back to the colonial period. As part of the Thematic Project Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP), this research aims to reflect on the xenophobia practiced in the Metropolitan Region of Campinas-SP, using 76 semi-structured interviews with international migrants living in Americana-SP between the end of April and mid-August 2022. Violence is perceived in the life experiences of the research participants. The aim is to reflect on them in order to understand them more deeply and critically and thus fight against them. Non-white migration requires intervention and dialog with the receiving society so as not to intensify xenoracism, but what we are currently seeing, with the resurgence of the extreme right and the consolidation of neo-fascism, are deliberate attacks on non-white migrants by considerable sections of the population and by government representatives. To grasp this reality, we put the magnifying glass on the Metropolitan Region of Campinas-SP, more specifically Americana-SP. Because we are all migrants — because we migrate, since this is always a possibility, or because migration has shaped the history of our families, with blood ties or not — this study also becomes self-reflection. Reflecting on migratory processes means thinking about ourselves and fighting for a fairer world.

Keywords: Xenophobia; Racism; Xenoracism; Metropolitan Region of Campinas; Americana-SP.

The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin

*Nivelton Alves de Farias**

1 INTRODUCTION

This paper explores the development of social capital sources among Brazilian students in Dublin, using the concept of social capital as a framework for analysis. It draws on Portes and Sensenbrenner's (1993) social capital sources, namely: value introjections, bounded solidarity, reciprocity transactions and enforceable trust. Immigration has a hugely disruptive impact, which requires particular social support for immigrants as they attempt to adapt and adjust to new social contexts (HERNANDEZ-PLAZA et al., 2006). In this context, family and community life play an important role in the migrant's adaptation and adjustment to a new country (McGRATH, 2010). For Brazilian students in Ireland, the necessary support for their adaptation will come mainly from non-family relationships and the Brazilian community itself, since many migrated alone. In the case of a minority of students, support comes from relatives living in Ireland. However, researchers have found that the effect of migrant social capital on migration is not necessarily uniform across the various settings and may be shaped by gender relations and sending – or receiving – community contexts (Garip, 2008: 592).

The number of Brazilians in Ireland has grown significantly since the beginning of the migratory flow and today it is the sixth largest group living in the country (CSO, 2016a; Table 1). For instance, in 2002 there were only 1,232 Brazilian nationals in Ireland. By 2006, their number had grown to 4,720. Between the censuses of 2006 and 2011, the Brazilian population doubled in size and their number stood at 8,704. The growth in the number of Brazilian nationals has continued, and in April 2016 their number stood at 13,640. The number of Brazilians increased significantly in 2022, to 39,556. Moreover, since 2006, the Brazilian population has more than trebled in size. Brazilian students represented 26.07% (2,270) and 30.84% (4,207)

* Trinity College Dublin, Department of Sociology, Dublin, Ireland.

ORCIDID - <https://orcid.org/0009-0007-8208-3979>

Linkedin - <https://www.linkedin.com/in/dr-nivelton-alves-de-farias-54215550/>

Email address: alvesden@tcd.ie

of the total Brazilian population in Ireland in 2011 and 2016 respectively (CSO, 2016a). Of these, 60% had already attained a third-level degree or professional qualification (see Table 2). This supports the claim that the majority of the second wave is comprised of young, college-educated professionals (DAL SIN, 2016; FARIAS, 2012).

Table 1. Brazilian population residents in Ireland by gender, size, and census year.

| Census Year | Population | Male | Female |
|-------------|------------|-------|--------|
| 2002 | 1,232 | 785 | 447 |
| 2006 | 4,720 | 2,888 | 1,832 |
| 2011 | 8,704 | 4,408 | 4,296 |
| 2016 | 13,640 | 6,373 | 7,267 |
| 2022 | 39,556 | - | - |

Source: Based on CSO prospectus (2002, 2006, 2011, 2016a, 2022).

Table 2: The highest level of education attained by Brazilians in the state in 2016.

| Educational level | Brazilians | State |
|---|------------|--------|
| Lower secondary, primary, no formal education, not stated | 198 | 4,916 |
| Upper secondary, technical, vocational | 377 | 13,723 |
| Third-level degree/professional qualification or both | 1,588 | 23,939 |
| Postgraduate degree | 463 | 7,807 |

Source: CSO (2016b).

Although the Brazilian community in Ireland is sizeable there is a lack of research surrounding it, especially with regard to the migration of Brazilian students (CAWLEY, 2018; DAL SIN, 2016; FARIAS, 2012). By contrast, several studies have been carried out on Brazilians in Gort, a small town in county Galway in the west of Ireland, focusing on the determinants of migration and return migration (de Farias, 2022), social capital and networks (McGRATH, 2008, 2010; McGRATH & MURRAY, 2009, 2011), integration (LEAL, 2004, HEALY, 2006, McKEOWN, 2015), ethnic identity (SHERINGHAM, 2009, 2010), remittances (MEHER, 2010) and transnational religions (MEHER, 2011, SHERINGHAM, 2013).

Despite this only a small number of studies have focused specifically on Brazilians in Dublin (CAWLEY, 2018, DAL SIN, 2016; FARIAS, 2012; IOM, 2009). Examples of this focus can be found in Cawley (2018) and Dalsin (2016). An IOM (2009) study also assessed Brazilian migration patterns and assisted voluntary return programmes in Ireland, (Portugal, and Belgium). Finally, Farias (2012) assessed the development and practices of social capital among Brazilian students in Dublin – as part of a one-year research project – for a Master’s program in the Department of Sociology at Trinity College Dublin, from which this paper’s data has been extracted.

This article seeks to expand current scholarship on Brazilian migration to Ireland, particularly the body of literature relating to Brazilians living in Dublin, by exploring how Brazilian students negotiate social capital resources upon arrival in Ireland. This study also adds to the existing literature on student migration to Ireland. Despite the significant number of international students living in Ireland (CSO, 2011; 2016), a limited amount of empirical research has been devoted to this topic in Ireland (see, for example, GILMARTIN et al., 2016; Pan, 2011; WANG and KING-O’RIAIN, 2006). This research gap is even more evident concerning the migration of students from Latin American countries to Ireland (CAWLEY, 2018, DAL SIN, 2016; FARIAS, 2012; MARROW, 2012).

The paper is organized into five sections. The first section briefly reviews the literature on social capital and the Brazilian migration to Ireland, pointing out gaps in this body of literature. The second discusses the theoretical framework underpinning the study while the third section explains the methodology and methods. The fourth section presents and discusses the data and the fifth section offers concluding remarks.

2 THEORETICAL FRAMEWORK

The paper draws specifically on Portes and Sensenbrenner’s (1993) social capital sources. Portes and Sensenbrenner (1993) identify four critical sources of social capital: value introjections, bounded solidarity, reciprocity transactions, and enforceable trust. The role of social capital in understanding the processes of how migrants adapt and adjust to new cultural environments, as well as explaining migrant social cohesion, has received great attention in recent years (McGRATH, 2010; REYNOLDS, 2006; CHEONG, 2006). In the migration process, social capital is understood as resources developed and held within networks of non-kin and kin relationships (ZADEH & AHMAD, 2009). Migrant social capital is commonly conceptualized as information or assistance resources that individuals obtain through their social ties with previous migrants (GARIP, 2008). It appears that the risks and costs of migration for potential migrants

are minimized by their accessibility to resources possessed by previous migrants (McGRATH, 2010; GARIP, 2008). However, recent debates have also highlighted the limitations of applying healing social capital for community issues and diversity management (CHEONG, 2006, p.368). For example, Cheong (2006), has shown that problems related to building social capital can arise when it comes to 'families in certain ethnic minorities or new immigrant neighbourhoods who may have alternative perceptions of social capital and face daily constraints on their everyday life.'

Portes and Sensenbrenner (1993, p.1323) suggest that value introjections refer to moral characteristics of economic transactions that are guided by important values learned during the process of socialization. Portes (1998) suggests that people may help charities, pay their debts and obey traffic rules because they feel an obligation to behave in this way. In this regard, the internalized values that make such behaviours possible are then appropriable by others as a resource (ibid.). In other words, the holders of social capital in these value introjections will be other members of the community (ibid.). Regarding this resource, this study was interested in exploring the development of moral obligations among participants towards their fellow countrymen.

The second source of social capital is known as 'bounded solidarity', which 'focuses on those situational circumstances that can lead to the emergence of principled group-oriented behaviour quite apart from any early value introjections' (PORTES and SENSENBRENNER, 1993, p.1324). In other words, people can find common causes because they are immersed in and face the same conditions of adversity as each other (ibid.). In this regard, it seems that bounded solidarity is a very strong typology of social capital among migrant communities. Regarding this resource, this study in particular proposes to explore the group dynamics in the Brazilian community, the level of group solidarity present and whether solidarity is instead more restricted to smaller circles of friends.

The third source, reciprocity transactions, refers to transactions where favours, information, approval, and other valued items are given and received (PORTES and SENSENBRENNER, 1993). Even though the motivations of donors are 'instrumental', there are no expectations of repayment on behalf of the recipient upon the insertion of both actors in a common social environment (PORTES, 1998, p. 8). The donor returns may come directly from the group as the form of status, honour or approval (ibid.). In terms of 'reciprocity transactions', this study aimed at finding out whether those language students who helped fellow Brazilians also expected to receive, or received, values for their services and what they received for their help.

Finally, 'enforceable trust' means that individual members of a network or community subordinate their present desire to collective expectations. McGrath (2010, p.150) argues that 'enforceable trust occurs where individuals comply with group expectations so that they can benefit from 'good standing' within the wider (group). Maintaining a good reputation is important to maintaining broader norms and acquiring any benefits as a result.' With regard to this last resource of social capital, this study explores the extent to which individuals make sacrifices for the common good, why they do or do not make such sacrifices, and whether individuals are stronger than the group as a whole if they come here to stay temporarily with no long term intentions.

3 METHODOLOGY AND METHODS

This paper draws on data collected as part of a one-year research project on the development of social capital resources among Brazilian language students in Dublin conducted in 2012. Despite the fact that this data was gathered over ten years ago it remains the only dataset of its kind and thus provides an original and important window into the Brazilian migrant experience in Ireland. This qualitative study was performed using case study methodology (CSM) (YIN, 2009). According to Yin (2009, p. 18), a case study is an empirical inquiry that investigates a contemporary phenomenon in depth and within its real-life context, especially when the boundaries between phenomenon and context are not evident. Yin (2009) argues that, in general, case studies are the preferred method when (a) how or why questions are being posed, (b) the investigator has little control over behavioural events, and (c) it focuses on contemporary events. CSM allows investigators to retain the holistic and meaningful characteristics of real-life events such as individual life cycles and small group behaviour (ibid.). This study is aimed at gaining a meaningful and holistic knowledge of the development and practices of social capital resources among the Brazilian student community in Dublin.

The evidence presented below emerges from thirteen semi-structured interviews conducted with Brazilian students living in Dublin, seven of whom had no previous social relations in Dublin (as seen in Table 3), and six of whom had previous relations in Dublin (as seen in Table 4). The average age of the participants was 28, while their ages ranged from 24 to 32. The average length of stay in Ireland was 34 months, while their arrival ranged from September 2005 to August 2011. The level of English on arrival was beginner for two, elementary for nine, and pre-intermediate to intermediate for two. Concerning their background, all stated that they have a third-level education. This means they come from an advantaged socio-economic background.

Table 3. Demographic profile of interviewees (no-previous social relations).

| Informants | Sex | Age | Marital status | Date of arrival | Educational background | Level of English on arrival | Current Level of English |
|------------|-----|-----|----------------|-----------------|---------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Danilo | M | 26 | Single | Aug 2011 | Administration | Elementary | Up-intermediate |
| Tadeu | M | 31 | Single | Oct 2006 | International business | Elementary | Advanced |
| Vando | M | 31 | Married | Oct 2008 | Degree in Portuguese | Intermediate | Advanced |
| Paulo | M | 30 | Single | Mar 2010 | Business | Elementary | Up-Intermediate |
| Natália | F | 24 | Single | Jul 2011 | Environmental Engineering | Elementary | Up-Intermediate |
| Mariele | F | 24 | Single | Jun 2011 | Environmental Engineering | Elementary | Intermediate |
| Karen | F | 31 | Single | Mar 2011 | Business | Elementary | Pre-Intermediate |

(Based on self-classification during the interview)

Table 4. Demographic profile of interviewees (with previous social relations).

| Informants | Sex | Age | Marital status | Date of arrival | Educational background | Level of English on arrival | Current Level of English |
|------------|-----|-----|----------------|-----------------|------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Tiago | M | 24 | Single | Jun 2011 | Engineering | Beginner | Lower-Intermediate |
| Caio | M | 32 | Single | Apr 2010 | Tourism | Elementary | Up-intermediate |
| João | M | 25 | Single | Jul 2010 | Physic Education | Pre-Intermediate | Advanced |
| Tania | F | 32 | Married | Feb 2010 | Accountancy | Beginner | Lower-Intermediate |
| Paula | F | 31 | Single | Jan 2008 | Physiotherapy | Elementary | Advanced |
| Tamara | F | 31 | Single | Sep 2005 | Physic Education | Elementary | Advanced |

(Based on self-classification during the interview)

All interviews took place between March and May 2012 in Dublin City. Interviews lasted thirty minutes and were conducted in Portuguese, the interviewees' native language. Even though some of them would be perfectly able to speak English, others did not have the necessary level of English to do so, thus it was easier to explain the intentions of this study in Portuguese. Each interview was recorded with the respondents' consent, then transcribed and translated into English. The data were turned into fragments through coding (SANCHEZ-AYALA, 2012) to identify the key themes. The paper's discussion emerges from these themes. All first names used are pseudonyms, to protect the respondents' anonymity.

4 RESULTS AND DISCUSSION

4.1 Actions driven by internalized values

Several themes related to the introjection of values emerged from the data, including housing problems, illness, unemployment, financial and emotional problems, community problems and support for new Brazilians. The themes of these value introjections did not vary by gender and age among participants. There was little evidence to support differences between those with prior social ties and those without prior social ties, or according to length of stay in Ireland. The results indicated that men were more likely than women to help with financial support. All participants who claimed to have helped someone with financial support were male. Some participants who helped someone with financial support claimed that their goodwill was appropriated by the recipient in their interest. The testimony of **Tadeu**, a 31-year-old single man who migrated to Ireland in 2006, exemplifies this theme among the participants:

I have a friend who always borrowed money. I lent money because I was embarrassed to say no, but it had a downside because the more I lent money, the more freedom he had to ask me for more money [...]. He will have to renew school soon [...] but this time I will not be able to help him with money, because I spent my savings on my college. I do not know what he'll do.

Similarly, **Tania**, a 32-year-old married woman who migrated to Ireland in 2010 to join her husband, also claimed that her internalized values were appropriated by her friends' interests:

I am a person who cannot see a friend in trouble and do nothing to help. I have a friend that when she arrived in Ireland went through a huge cultural shock... she did not get a job, had difficulty learning English and making friends, she was very weak [...]. The people approached her to gain an advantage and it was leaving her depressed and very needy. My husband and I felt very sorry for her, we felt the obligation to help her somehow [...]. In the first week, she slept in our house because she did not like the house of students organized by the school [...] but over time, we felt that she began to abuse our goodwill [...]. In the end, she already wanted to move into our home. In other words, she was abusing our goodwill. It was not easy, but we showed her that she would have to walk with her legs [...]. There was a point when she no longer left the room and fell into a deep depression. She had to return to Brazil...Until the end, she had our support.

Tania confirms Khawaja and Stallman's (2011, p. 204) point of view that international students experience a range of adjustment problems such as culture shock, isolation and loneliness, homesickness, and communication/ language difficulties.

In comparison between the two statements, both situations demonstrate that 'internalized values' were appropriated 'by others as a resource' in their interests (Portes, 1998). In the first statement, it was appropriated as a financial resource, as **Tadeu's** goodwill and his inability to say no made him a reliable source of money for his friend. It also demonstrates the negative side of value introjections, not only for donors who are abused but also for recipients who do not enable themselves to seek solutions to problems on their own. In the second statement, the recipient appropriated **Tania's** goodwill as an emotional resource which eventually escalated to a financial resource. **Tania** and her husband were initially only willing to help their friend with emotional support, as she was depressed and in serious need of friends and family. However, as things went on, her problems started to take over **Tania's** family life. **Tania** said: 'It was not easy, but we showed her that she would have to walk with her legs.' Finally, we can see in both cases the negative side of social capital through 'excess claims on group members' and 'restriction on individual freedom' (LEWICKI and BRINSFIELD, 2009: 277, PORTES, 1998). Graeff (2009, p.143) holds that these 'negative consequences are inherently part of special bonds' between people.

In analysing the statements related to value introjections, social capital can be broken down into two elements: first, 'the social relationship itself that allows individuals to claim access to resources possessed by their associates and second, the amount and quality of those resources' (PORTES, 1998, p. 04). In both examples, the friends accessed social capital resources through their relationships with **Tadeu** and **Tania**. However, there are further complications. Portes (1998) holds that in exchanges mediated by social capital, the distinction between the motivation of recipients and donors is equally important. '(The) recipients' desire to gain access to valuable assets is readily understandable,' yet 'more complex are the motivations of the donors, who are requested to make these assets available without any immediate return.' It appears that both **Tadeu** and **Tania**'s motivations to help their friends were based purely on moral obligation. However, Portes (1998: 06) argues that such motivations are pluralist and deserve analysis because they are the core processes that the concept of social capital seeks to capture.

There is evidence to support the fact that value introjections transactions are more likely to happen at the household level than the community level, as the majority of my interviewees mentioned situations at the former and only one quarter described situations at the latter. All situations at the household level were mediated by social relationships as the donors knew the recipients. The findings confirm what Portes (1998) asserts, that social relationships allow individuals to claim access to resources possessed by their associates. At the community level, one-sixth of respondents claimed to not have any kind of friendship with the recipients, even though they felt moved to help. In the following quotation, **Vando**, a 31-year-old married man who migrated to Ireland in 2008, makes this point clear:

Through the internet, I found out that a Brazilian couple was experiencing serious difficulties, primarily because they were illegal and could not work. They had a new-born baby [...]. All Brazilians were invited to make donations of money or material things, especially for the newly born child [...]. Then I helped financially and also with materials for the newly born child [...] materials that actually would be used.

Surprisingly, all participants who helped someone at the community level referred to the same case. This was the case of **Karen**, a 31-year-old single woman, who migrated to Ireland in 2011: 'Recently, the Brazilian community has organized to help a Brazilian couple who were jobless and with a new-born son [...]. I felt the obligation to cooperate in any way [...]. I

did a charity event and managed to gather a good amount of money.’ Value introjections also emerged outside the Brazilian community. However, the donor acknowledged having a close relationship with the recipient. A similar example came from 31-year-old **Paula**, who migrated to Ireland in 2008:

A colleague of mine from work had a major problem and had to be hospitalized for a few days, and the hospital bill was quite expensive for a person who could not pay, so we worked on it as a group. I feel a duty to help this person, not only me but also the other co-workers got together and helped this friend to pay the hospital bill.

The most commonly mentioned situations relating to value introjections were housing problems. All participants referred to the same situation, that of having helped a friend with no place to stay. However, the reasons for these housing issues varied from financial problems, moving house or going back to Brazil, to arriving in Dublin or being evicted. An example of this can be seen in the story of **Danilo**, a 26-year-old single man who migrated to Ireland in 2011:

A friend of mine from Brazil was experiencing a serious financial problem because he had lost his job. I just talked to my flatmates and all agreed that he could sleep in the living room for two weeks, while the situation improved.

In school settings, value introjections also emerged. Here is what **Danilo** described: ‘I got my first job in Dublin with the help of students from my school. They were giving me tips such as, go somewhere because they need people... They knew I was looking for jobs and that my money was short.’ This suggests that value introjections can also appear among outsiders in various settings. In **Danilo**’s case, even though people did not have close social ties with him they felt compelled to help because he had no job and his money was running out.

Among the participants who claimed to have helped someone with a health problem, one-quarter were at the household level and one-twelfth were at the community level. The findings suggest that value introjections related to health problems were more likely to occur among Brazilians themselves than outsiders. Only one case was related to outsiders. The experience of **Danilo** illustrates this well: ‘A friend of mine from school who was from Japan became very ill. Instead of asking for help, he disappeared from school for a few days. I got worried and went up to his house near the school. I took medicine and also I brought him to my house to eat real food.’

4.2 Actions emerging from principled group-oriented behaviour

Several themes relating to bounded solidarity emerged from the data among the participants, including housing problems, immigration, bank access, PPS and tax office bureaucracy, communication problems, community problems, employment issues and emotional problems. It is not surprising that bounded solidarity appeared in several settings among the interviewees, as Marger explains:

For immigrants [...] the collectivising force is a set of shared adversities that ordinarily arise from the immigration experience: a shortage of information, day-to-day problems of housing and transportation, language ineptitude, financial need, negative perceptions by the host society, and blatant or subtle discrimination in various spheres of social and economic life. (MARGER, 2001, p.440)

Among the participants, those bounded solidarity themes did not vary by gender or age. However, it appears that bounded solidarity varied according to length of stay, as the majority of my interviewees argued that bounded solidarity among them was stronger when they arrived in Dublin. The findings suggest that it was because they knew little about the city, had no social ties, low proficiency levels of English and difficulties solving important initial problems such as immigration paperwork, housing, and jobs. This point confirms what McGrath's position. In attempting to explain social capital in community and family among Brazilian migrant parents in Ireland he found that 'the absence of language competencies, cultural distance (and the urgency to solve important initial problems) makes bounded solidarity an important survival strategy' among migrants.' (McGRATH, 2010, p.151) However, as life went on and their knowledge of Dublin increased and their proficiency level in English improved, it appears that bounded solidarity among them decreased. McGrath (2010: 152) holds that bounded solidarity should not be viewed as a consequence of migration purely among Brazilians, as 'it along kinship derives from the importance of family-kinship in Brazilian culture, where members of large extended families are part of everyday fabric of support.'

There is evidence to support the fact that, among the participants, bounded solidarity transactions were more likely to happen at the household level than the community level. The majority of my interviewees

mentioned situations at the household level and only one at the community level. However, bounded solidarity was viewed as something very strong and common among Brazilians in Dublin. The testimony of **Paulo** exemplifies this view:

These situations are very common among Brazilians. When they arrive in Ireland, they do not dominate the English language. They need support to open a bank account, communicate at school, or even for shopping. So it happens every day, [...]. But sometimes some Brazilians help other Brazilians for vanity, just to say that they speak English and can solve problems. But most of the time they help with good intentions.

There is evidence to support that bounded solidarity varied according to social ties and level of English. For those with previous social ties, the initial problems and day-to-day life problems were attenuated. The comments of **Caio**, a 32-year-old single man who migrated to Ireland in 2010, exemplify this theme well:

I had a person in Ireland – the sister of my girlfriend – who helped me a lot. She guided me through every step, from immigration to even small problems [...]. After organizing my visa, I started to run after my interests in Ireland [...] the same way I already helped several people in school, people who I did not know, giving tips on how to get the visa the PPS number, etc.

Similarly, **Tania** was dependent on her husband: ‘Because of my little experience with the English language [...] it was him who took me to immigration, bank, and PPS. Even in my first job, he told my supervisor to be patient with me because I did not speak the language very well.’

When comparing **Caio’s** and **Tania’s** statements, it confirms what McGrath (2010: 152) has founded among Brazilians in Gort. He found that for those who follow in the footsteps of others, the transaction costs of somewhere to live and the general lay of the land were reduced (ibid.: p,152). However, as Portes and Sensenbrenner (1993, p. 1325) point out, bounded solidarity ‘does not arise out of the introjections of established values or from individual reciprocity exchanges, but out of the situational reaction of a class of people (or group) faced with common adversities.’ This study’s findings support Portes and Sensenbrenner’s (1993) point of view relating to reciprocity exchanges, because the donors – in this case, sister-in-law and

husband – weren't expecting repayment on behalf of the recipients. On the other hand, this study's findings do not support Portes and Sensenbrenner's (1993) first point, as the actions of the two donors were motivated also by introjections of established values. In both cases, they hold family ties.

Among those with no previous social ties and with low levels of English, two themes emerged. For those who addressed the initial and day-to-day life problems themselves, initially there was no bounded solidarity. But for those who grouped themselves with other people in different settings 'faced with common adversities' to solve their initial problems, strong bounded solidarity ties emerged among them (PORTES and SENSENBRENNER, 1993). This can be seen in the stories of **Mariele** and **Vando**. In the following quote, **Mariele**, a 24-year-old single woman who moved to Ireland in 201, explains that she has to solve all the problems herself:

To be honest, I did not know anyone in Ireland. I came through an exchange travel agency. It was not easy because I had to solve all the problems alone such as visa, bank, and PPS. That was not an easy task because I did not speak English. Anyway, I ended up getting lost in the city centre of Dublin. But in the end, everything worked out. But it was my new classmates who helped me find a house and get a job too.

On the other hand, the testimony of **Vando** exemplifies an example of someone who had the help of other Brazilian students in a similar situation:

I remember one situation that happened early in my history in Ireland. I found other Brazilians at my school and we decided to live together here in Ireland. We only had two weeks with a host family and had to get a house soon. We found that the school had a group of people who were willing to rent a house. We rented this house and we were all living together. They considered my level of English better than theirs. In this sense, at the beginning, I had to solve all problems. But with the improvement of the level of their English, they learned to stand on their legs.

For those Brazilians with no previous social ties and with low proficiency levels in English, bounded solidarity in school settings was strong and vital. In **Vando's** case not only did he help to solve their housing issues, but they also relied on his linguistic capital to help with minor problems such as taking calls

for job interviews, etc. However, as **Vando** stated, over time their proficiency level in English improved and they became more independent. It was the opposite case with **Mariele**, as even with a low proficiency level in English, she solved all the initial problems herself. However, it was through social bonding that she found her first job and permanent accommodation. Linguistic capital played an important role in both cases. In the first, it was appropriated by others in their pursuits, whereas in the second its lack negatively influenced the way problems were addressed. As **Mariele's** experience demonstrates: 'It was not an easy task because I did not speak English. Anyway, I ended up getting lost in the city centre of Dublin.'

The study's findings (as related to linguistic capital and bounded solidarity among the participants) confirm McGrath's (2010) findings among Brazilian labour migration in Gort. He concluded that 'migrants' settlement and adaptation experiences of family, work, and community life are influenced significantly' not only by social capital but also cultural capital (ibid.: 148). However, this study found that among the participants, the linking between bounded solidarity and linguistic capital has had a negative impact on their adaptation experiences. Again, this find corroborates what McGrath has found among Brazilians in Gort:

Given the importance of linguistic capital and communication as a means to obtaining the best from social capital sources, a paradoxical situation for many migrants is the fact that their embeddedness in social networks further prevents the opportunity for developing their linguistic skills. (McGRATH, 2010, p.154).

Overall, bounded solidarity was stronger at the household level than community level. A possible explanation would be the increase in the number of Brazilians in Ireland and of students among that Brazilian population. According to the Irish Census of 2011 and 2016, the Brazilian population numbered 8,704 and 13,640, respectively. Of these, students represented 26.07% (2,270), then 30.84% (4,207). Moreover, since 2006, the Brazilian population has more than trebled in size. There has been also an overconcentration of Brazilian nationals in Dublin - the research site of this study – compared to other regions in Ireland. The most recent CSO data shows that 72% of the total Brazilian population lived in cities and suburbs. Of these, 65.27% were living in County Dublin (i.e. South Dublin, Fingal, and Dun Laoghaire) (CSO, 2016c). This represents the highest concentration of all profiled nationalities . McGrath (2010) found similar findings among

Brazilians living in Gort. His participants claimed that the arrival of more of their compatriots over time had eroded the initial sense of obligation towards others, where people knew each other more personally and engaged with one another more frequently (ibid.: 159). Population increases might affect not only bounded solidarity among migrants as discussed above, but can also erode reciprocity transactions such as the exchange of information, favours, and approval.

4.3 Transactions where favours, information, and approval were given and received

Several situations characterized as reciprocity transactions emerged from the data. The situations were related to information, favour, and approval. The transactions relating to information varied, including information for jobs, housing, Brazilian stores and restaurants, money transfer services, schools, leisure, holiday destinations, immigration, bank, PPS and tax offices. Favours varied, including referrals to jobs, distribution of CVs, lending of money, accommodation, help with language problems, bringing friends to immigration offices, banks, PPS, and tax offices. Approval was the least commonly mentioned type of reciprocity transaction, including referral for jobs and approval for housing sharing. The most commonly mentioned situations related to reciprocity transactions for both groups were: information and referral for jobs, immigration, bank and PPS, and tax office bureaucracy. It is not surprising that reciprocity transactions appeared in several settings among my interviewees. Portes (1998) holds that among migrant communities it refers to any information, favour, or approval given or received without any expectations of repayment on behalf of the recipient. In those various situations, the donor returns may come directly from the group in the form of status, honour, or approval (ibid.).

While these reciprocity transactions did not vary by gender and age, there is evidence to support differences between social ties, proficiency level of English, and length of stay. For those with previous social ties, it was easier than for those without to access important general information, favours, and approval, at least at the beginning of their life in Dublin. However, this initial advantage changed as those with no previous social ties started building up networks of their own. This can be seen in the story of the participant **Danilo**:

My first job in Ireland was as a kitchen porter, but the salary was little and the work condition was horrible... I never stopped looking for a better opportunity. After a while, I managed to get another job...at that time a

close friend of mine was looking for a job. I talked to my former manager about him, and we set up a meeting. Through my referral, my friend got the job.

A similar example came from 30-year-old **Paulo**, who demonstrated how important social ties were when it came to referrals for job opportunities:

My second job in Ireland was through the recommendation of a classmate. He referred me to the company that he worked [...] my current job was also through a recommendation from the brother of my best friend. All my jobs were through recommendations from friends. These recommendations were positive attitudes of these people. Of course, when you get a job through a recommendation, you have to be very careful with expectations, and also to maintain certain behaviour, because it is the name of the person who referred you that is on the line. Deep down, I do not think it is cool, I prefer to enter independently into those jobs because when people suggest you, sometimes you have to follow two rules: the rule of the company and also the rules of the person who referred you.

The two extracts illustrate that social ties have a positive aspect. For those students immersed in networks, it was easier to access important assets such as information for jobs. This point confirms Bourdieu's definition of social capital: 'The aggregate of the actual or potential resources which are linked to possessions of a durable network of more or less institutionalized relationships.' Social networks, however, are not a natural given, they must be constructed through investment strategies oriented to the institutionalization of group relations, usable as a reliable source of other benefits (BOURDIEU, 1985, p. 248). This mirrors what the respondents of this study had to go through; i.e., they had to build up social relations to gain or access social capital resources in Dublin.

On the other hand, it also illustrates the negative aspect of bounded solidarity, as those who were referred for jobs felt that they had to behave in certain ways to preserve the referee's reputation. The desire not to disappoint was encapsulated by **Paulo** in the quote below:

I never had much problem referring my friends in my workplaces. However, I have avoided referring my friends in the past. The main reason is because I am gay

and most of my friends are gay too. I have two jobs, and sometimes my friends ask me to suggest them. For one of my jobs, I do not see any problem with referring them because it is a gay-friendly environment. However, at my second job, I do not suggest them because it is a very heavy environment for gays. I do not want this person to get hurt, and also it is a very hard job, they may not be up to the task and end up messing with my reputation. And in this regard, I would not be able to refer people anymore. That is why I always analyse the type of person and work environment before making a referral.

The desire for approval emerged not only in relation to job referrals but also in house sharing. The majority of participants mentioned situations where they or their friends were rejected for house sharing. Some of them mentioned seeing advertisements on *Daft* for house sharing, stating ‘no Brazilians need to apply,’ ‘no students need to apply,’ or ‘only people with fluent English please.’ This raises the issue of the integration/acceptance of Brazilian students, or indeed any foreign student who may not speak English, into Irish society. Sheringham (2009) found that the majority of respondents did not have Irish friends with whom they socialize, yet they have many acquaintances made through work or day-to-day activities. Alesina and La Ferrara (2000) argue that more homogeneous communities have a higher level of interaction, leading to more social capital. In this regard, heterogeneity could be a problem for immigrants when it comes to the development or exchange of these resources. Finally, Putnam (2007) suggests that people living in ethnically diverse places seem to generate social isolation and anonymity. However, this study did not further investigate exactly who was refusing to share accommodation with Brazilian citizens.

The majority of interviewees mentioned situations at the household level. They knew the recipient of the information, favour or approval. In this regard, among the participants, reciprocity transactions were more likely to happen at the household level than the community level. On the other hand, reciprocity transactions also appeared among outsiders at the household level. In the following quote, **Tadeu** shows this point:

Last week, two Koreans, newly arrived in Dublin, moved into my house and they needed to get the PPS. I not only told them what they should do, but I also went with them. I have other examples. I already did favours for friends to pick up people at the airport, and also information for friends like going to hospitals too.

Some interviewees also mentioned having helped outsiders whom they did not know with information and favours, especially in school settings. The following statement about **Caio's** experiences highlights this theme:

In the same way, I was helped in Ireland with information or favours from friends, I already helped several people at school, people I do not know, giving tips on how to get a visa, the PPS number, etc.

When participants were asked who helped them the most with reciprocity transactions, (i.e. Brazilians or other nationalities), the majority stated Brazilians. It is not surprising that reciprocity transactions were strong among the participants if we consider that immigration has a hugely disruptive impact which requires particular social support for immigrants as they attempt to adapt and adjust to new social contexts (HERNANDEZ-PLAZA et al., 2006). The exchange of information, favours, and approval among the interviewees proved to be fundamental in their adaptation process and negotiation of social capital.

4.4 Situations where personal desires were subordinated to collective expectations

The majority of the interviewees claimed to have experienced situations where they had subordinated their desires or wishes in favour of group expectations. The majority of the situations mentioned were at the household level, mainly related to house-sharing problems. The situations varied, including house cleaning, food sharing, cooking, use of toilets, sharing of energy, internet, and TV bills. Enforceable trust was stronger among those who were sharing houses with a large number of people. The following statement by **Danilo** demonstrates this:

When I started living in my first house, my flatmates decided to put cable TV and internet even though I disagreed. I ended up succumbing because it was a joint decision. I do not like TV, even in Brazil, but I have no choice and pay the bill. Today I do not have this problem because I live with my girlfriend in our flat. Of course, sometimes we come into conflict, but that's nothing compared with the problems that I faced when I lived with other people. For example, before I got this flat, I was living with Italians. I had many problems with

parties. They used to bring their friends to our house all the time. I could not sleep. [...]. I had to adjust to that house and situation, even not enjoying the parties and mess. But at the first opportunity, I rented my flat.

Tiago, a 24-year-old single man, had a similar experience:

Here in Ireland, when you are living with other people, you have to follow the rules. For example, in my first house, they stipulated a rule to bathe only at night. I like to bathe in the morning, but I had to adapt to that rule. My girlfriend and I had problems in our first home concerning house cleaning. In our week, we used to clean the house very well, but when it was the turn of the other flatmates, they did not clean and when they did, it was poorly done.

In these two extracts the personal desires of both interviewees were subordinated to group expectations i.e. housemates. Despite not liking the rules or how their flatmates behaved, they ended up complying. The findings confirm McGrath's (2010, p. 150) arguments that 'enforceable trust occurs where individuals comply with group expectations so that they can benefit from good standing' and that, maintaining a good reputation is important to maintaining broader norms and acquiring any benefits as a result (ibid.).

The analysis shows that they complied with their flatmates' desires to maintain good standing and broader norms only within the house because they did not gain any benefit, as McGrath (2010) argued above. On the contrary, they all had to move out after a few months of house-sharing. It demonstrates the negative side of enforceable trust for, while they complied with the group's expectation, they could not bear the stress and eventually had to move out. The findings indicate that enforceable trust is closely related to personal needs. They complied because they had no choice. However, as time went on and they became more confident and independent, they went against the rules. This point is well described by **Paulo**:

These situations are quite common because when we arrived in Ireland, everything was different. As a result, we needed someone who we could play politics with. But after a period here, we got a little more power and independence. Today, I share a two-bedroom house with only one person. I have my room. [...]. Living in a collective house, everything is more difficult to negotiate. Take, for

example, the internet and cable TV. If two people want it and the others do not use it, ultimately everyone ends up paying because the collective decided. It is much more difficult to negotiate your position when you're in a large group of people. So when we arrived in Ireland, we always went through this, people complying with other people's or the group's desires.

When they were asked Brazilians or other nationalities were easier to befriend the majority chose Brazilians, mainly because of linguistic capital and cultural similarities. Among the participants, enforceable trust situations did not vary by gender and age. There was no evidence of differences between those with previous social ties and those with no previous social ties. However, there was evidence of differences according to length of stay in Ireland. As for those who were living in their bedroom or flat, there was less subordination of personal desires as the above statement of **Paulo** demonstrates.

5 FINAL CONSIDERATIONS

This study explores the development and practices of social capital among Brazilian language students in Dublin. Its interpretations draw upon Portes and Sensenbrenner's (1993) sources of social capital: value introjections, bounded solidarity, reciprocity transactions, and enforceable trust. However they also constitute an original contribution to the scholarship in this field, focussing on the often overlooked case studies of Brazilian migrants in Ireland.

Several themes emerged from the data relating to value introjections. The analysis showed that those value introjections did not vary by gender and age, nor was there evidence to support differences between those with or without previous social ties, or regarding varying lengths of stay in Ireland. However the data does support the hypothesis that value introjections are more likely to happen at the household level than the community level. Situations at the household level were intermediated by social relationships, as the donors knew the recipients.

With regard to themes of bounded solidarity, the analysis demonstrates that they did not vary by gender and age; however, they did vary according to length of stay, and bounded solidarity appears more likely to happen at the household level than the community level. There is also evidence to suggest that bounded solidarity varies according to social ties and level of English. For those with previous social ties, initial problems and day-to-day

life problems were attenuated. Among those with no previous social ties and with low levels of English, two themes emerged: those who solved the initial and day-to-day problems themselves, and those who gathered with others, in different settings but faced with common adversities, to solve their initial problems. Bounded solidarity in school settings for those Brazilians with no previous social ties and with low proficiency levels in English was strong and vital. Overall, bounded solidarity was stronger at the household level than the community level among the participants.

Regarding reciprocity transactions, several situations related to information, favours and approval emerged. Those reciprocity transactions did not vary by gender and age; however, there was evidence to support differences between social ties, proficiency level of English, and length of stay. For those with previous social ties, it was easier than for those without to access important general information, favours, and approval; at least upon their arrival to Dublin. The sentiment of approval emerged not only in situations related to job referral but also related to house sharing. Reciprocity transactions were more likely to happen at the household level than the community level.

Concerning enforceable trust, the majority of the interviewees stated having experienced situations where they had subordinated their desires or wishes to group expectations. The situations mentioned were at the household level, mainly related to house-sharing problems. The situations varied, from house cleaning, food sharing, cooking, use of toilets, and sharing of energy to internet and TV bills. Enforceable trust was stronger among those who were sharing houses with large numbers of people but did not vary by gender and age. There was no evidence of differences between those with or without previous social ties, or varying lengths of stay in Ireland.

Moreover, the analysis suggests that the necessary support for the development and practices of social capital resources among the majority of Brazilian students in Dublin comes mainly from non-family relationships and from the Brazilian community itself, since many migrated alone. However it cannot be ignored that a minority draw on support from relatives already living in Ireland.

ACKNOWLEDGMENT

¹ I sincerely thank Professor Daniel Faas (Trinity College Dublin), my lead supervisor, for his support, encouragement, and guidance throughout my Master's program in Race, Ethnicity, and Conflict, on which this article is based. Finally, I owe a very special thanks to the Brazilian participants who shared their migration experiences with me.

REFERENCES

- ALESINA, A. & LA FERRARA, E. Participation in Heterogeneous Communities. **The Quarterly Journal of Economics**, 2000, 115/3, pp. 847-904.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In. RICHARDSON, J.G.(eds.). **The Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Greenwood: New York. Pp. 15-29, 1985.
- CAWLEY, M. Labour and education-related migration in the age of globalisation: new links between Brazil and Ireland. **Espaço Aberto**, 2018, 8(2), pp.37-56.
- CHEONG, P. H. Communication Contexts, Social Cohesion and Social Capital Building among Hispanic Immigrants' Families. **Community, Work & Family**, 2006, 9/3, pp. 367-387.
- CSO - Central Statistics Office. **Census 2002**. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/2002censusreports/>>. s/d/a.
- CSO - Central Statistics Office. **Census 2006**. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/census2006reports/>>. s/d/a.
- CSO - Central Statistics Office. **Census 2011**. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/census2011reports/>>. s/d/a.
- CSO - Central Statistics Office. **Census 2016a**. Available online at: <<https://www.cso.ie/en/census/census2016reports/>>. s/d/a.
- CSO - Central Statistics Office. **Census 2016 – Non-Irish Nationalities Living in Ireland-Chapter: Brazilian**, 2016b. Available at: <<https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cpnin/cpnin/brazilian/>>. s/d/a.
- CSO - Central Statistics Office. **Census 2016 – Non-Irish Nationalities Living in Ireland – Chapter: Brazilian**, 2016c. Available at: <<https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cpnin/cpnin/brazilian/>>. s/d/a.
- DALSIN, K. Why Did You Move to Ireland?. In. _____. **Migration of Rich Immigrants**. Palgrave Macmillan: New York. Pp. 163-178, 2016.
- FARIAS, N. A. de. **Negotiating Social Capital: An Analysis of the Experiences of Brazilian Language Students in Dublin** (MPhil Dissertation, Trinity College Dublin, School of Social Sciences and Philosophy). 2012. Available online at DOI: <https://tcd.academia.edu/NiveltonAlvesdeFarias>

- HAAS, H. de. The Internal Dynamics of Migration Processes: A Theoretical Inquiry. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2010, 36 (10), pp.1587-1617.
- GARIP, F. Social Capital and Migration: How Do Similar Resources Lead to Divergent Outcomes? **Demography**, 2008, 45/3, pp. 591-617.
- GILMARTIN, M.; COPPARI, R. P. and PHELAN, D. International Student Migration to Ireland. **NIRSA Working Paper Series**. No 80 – July 2016.
- GRAEFF, P. Social Capital: The Dark Side. In: SVENDSEN, G. T.; SVENDSEN, G. L. H. **The Handbook of Social Capital**. Oxford University Press: Oxford. Pp.143-161. 2009.
- HEALY, C. Carnival do Galway: the Brazilian Community in Gort, 1999-2006, **Irish Migration Studies in Latin America**, 2006, 4 (3), pp.150-153.
- HERNANDEZ-PLAZA, S.; ALONSO-MORILLEJO, E. & POZO-MUNOZ, C. Social Support Interventions in Migrant Populations. **British Journal of Social Work**, 2006, 36, pp. 1151-1169.
- International Organization for Migration - IOM. **Research Report**: Assessment of Brazilian migration patterns and assisted voluntary return programme from selected European member states to Brazil. 2009. Available at: <http://ibz.be/download/newsletter/English_Brazil_Research_report.pdf>. s/d/a.
- KHAWAJA, N. G. & STALLMAN, H. M. Understanding the Coping Strategies of International Students: A Qualitative Approach. **Australia Journal of Guidance & Counselling**, 2011, 21/2, pp. 203-224.
- LEAL, F. C. **Cross-Cultural Adaptation**: A Case Study of Brazilians Working in the Meat-Processing Sector in Ireland. Unpublished MA Thesis. Dublin City University: Dublin, Ireland. 2004.
- LEWICKI, R. J. & BRINSFIELD, C. T. Trust, Distrust and Building Social Capital. In: VIVA, O. B. and DAVIS, J. H. (eds.). **Social Capital**: Reaching Out, Reaching. Edward Elgar Publishing Ltd: Cheltenham. Pp. 275-303. 2009.
- MAHER, G. A. Transnational Migrant Circuit: Remittances from Ireland to Brazil. **Irish Geography**, 2010, 43 (2), pp.177-199.
- MAHER, G. A. Transnational Religions: The Brazilians in Ireland. **Irish Migration Studies in Latin America**, 2011, 7 (4).
- MAHER, G. A. & CAWLEY, M. Social Networks and Labour Market Access Among Brazilian Migrants in Ireland. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2015, 41 (14), pp. 2336-2356.

- MARGER, M. N. The Use of Social and Human Capital among Canadian Business Immigrants. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2001, 27/3, pp. 439-453.
- MARROW, H. B. In Ireland 'Latin Americans Are Kind of Cool: Evaluating a National Context of Reception with a Transnational Lens'. **Ethnicities**, 2012, 13 (5), pp. 645-666.
- McGRATH, B. and MURRAY, F. Brazilian migrants in Ireland: emergent themes from research and practice on the significance of social networks and social capital. **Translocations: Migration and Social Change**, 2009, 5(1), pp.1-20.
- McGRATH, B. Social Capital in Community, Family and Work Lives of Brazilian Migrant Parents in Ireland. **Community, Work & Family**, 2010, 13/2, pp. 147-165.
- McGRATH, B. & MURRAY, F. Brazilian Migrant Social Networks and Social Capital, In. FANNING, B. & MUNCK, R., (eds.) **Globalization, Migration and Social Transformation: Ireland in Europe and the World**. Ashgate Publishing Limited: Farnham. Pp. 183-192. 2011.
- McKEOWN, A. Travelling Tales: Stories of a Yellow Town and the Brazilians in Gort. **Irish Migration Studies in Latin America**, 2015, 8 (4), pp. 85-97.
- PAN, D. Student Visas, Undocumented Labour, and the Boundaries of Legality: Chinese Migration and English as a Foreign Language Education in the Republic of Ireland. **Social Anthropology**, 2011, 19 (3), pp.268-287.
- PORTES, A. & SENSENBRENNER, J. Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action. **American Journal of Sociology**, 1993, 98/6, pp. 1320-1350.
- PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, 1998, 24, pp. 1-24.
- PUTNAM, R. D. E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-First Century. **Scandinavian Political Studies**, 2007, 30/2, pp. 137-74.
- REYNOLDS, T. Caribbean Families, Social Capital and Young People's Diasporic Identities. **Ethnic and Racial Studies**, 2006, 29 (6), pp.1087-1103.
- SANCHEZ-AYALA, L. Interviewing Techniques for Migrant Minority Groups'. In: VARGAS-SILVA, C. (ed.). **Handbook of Research Methods in Migration**. Edward Elgar Press: Cheltenham. Pp. 117-136. 2012.

- SHERINGHAM, O. Ethnic Identity and Integration Among Brazilian in Gort, Ireland. **Irish Migration Studies in Latin America**, 2009, 7/1, pp. 93-104.
- SHERINGHAM, O. A Transnational Space? Transnational Practices, Place-Based Identity and the Making of 'Home' Among Brazilians in Gort, Ireland. **Portuguese Studies**, 2010, 26 (1), pp. 60-78.
- SHERINGHAM, O. **Transnational Religious Space: Faith and the Brazilian Migration Experience**. Palgrave Macmillan: Basingstoke. 2013.
- WANG, Y. Y. & KING-O'RIAIN, R. **Chinese students in Ireland**. Department of Sociology, National University of Ireland, Maynooth For the National Consultative Committee on Racism and Interculturalism (NCCRI)'s Community Profiles Series Project commissioned and funded by the National Consultative Committee on Racism and Interculturalism (NCCRI). 2006.
- YIN, R. K. **Case study research: Design and methods** (Vol. 5). Sage. 2009.
- ZADEH, B. S. & AHMAD, N. Social Capital and Migrant. **European Journal of Social Sciences**, 2009, 10/4, pp. 641-648.

The development and practices of social capital resources among Brazilian students in Dublin.

ABSTRACT

The paper explores the development and practices of social capital resources among Brazilian students in Dublin, using the concept of social capital as a framework for analysis. The paper draws on the social capital framework developed by Portes and Sensenbrenner (1993), which helps explain four social capital sources, namely: value introjections, bounded solidarity, reciprocity transactions, and enforceable trust. The evidence presented below emerges from thirteen semi-structured interviews conducted with Brazilian students living in Dublin. This qualitative study used a case study methodology (YIN, 2009). Several themes related to value introjections, bounded solidarity, reciprocity transactions, and enforceable trust emerged from the data. These themes did not vary by gender or age, however, they were more likely to occur at the household level than the community level. Reciprocity transactions and bounded solidarity varied according to social ties, level of English, and length of stay. However, there was little evidence to support the idea that value introjections and enforceable trust varied by social ties or length of stay. This article offers both original empirical and theoretical contributions to the field of social capital studies in the context of international student migration.

Keywords: Brazilian Student Migration; Ireland; Social Capital Resources; Value Introjections, Bounded Solidarity; Reciprocity Transactions; Enforceable Trust.

O desenvolvimento e as práticas de recursos de capital social entre estudantes brasileiros em Dublin.

RESUMO

O artigo explora o desenvolvimento e as práticas de recursos de capital social entre estudantes brasileiros em Dublin, usando o conceito de capital social como estrutura de análise. O artigo baseia-se no quadro teórico do capital social desenvolvido por Portes e Sensenbrenner (1993), que ajuda a explicar quatro fontes de capital social, nomeadamente: introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança executória. As evidências apresentadas a seguir emergem de treze entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes brasileiros residentes em Dublin. Este estudo qualitativo utilizou uma metodologia de estudo de caso (YIN, 2009). Vários temas relacionados com introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança obrigatória emergiram dos dados. Estes temas não variaram por gênero ou idade, no entanto, eram mais prováveis de ocorrer ao nível do agregado familiar do que ao nível da comunidade. As transações de reciprocidade e a solidariedade limitada variaram de acordo com os laços sociais, o nível de inglês e o tempo de permanência. No entanto, havia poucas evidências para apoiar a ideia de que as introjeções de valor e a confiança aplicável variavam de acordo com os laços sociais ou o tempo de permanência. Este artigo oferece contribuições empíricas e teóricas originais para o campo dos estudos de capital social no contexto da migração internacional de estudantes.

Palavras-chave: Migração Estudantil Brasileira; Irlanda; Recursos de Capital Social; Introjeções de Valor; Solidariedade Limitada; Transações de Reciprocidade; Confiança Executável.

Candangoiolos: memórias entrelaçadas nas travessias dos universitários goianos em Brasília (UnB/Plano Piloto)

Frederico Le Blue Assis

“Mas a sua solidão há de dar-lhe, mesmo em condições muito hostis, amparo e lar, e partindo dela encontrará todos os caminhos”.

Rainer Maria Rilke (2003)

1 INTRODUÇÃO: GIRAMUNDOS QUE FAZEM O MUNDO GIRAR

Os estudos migratórios contemporâneos têm como premissa abordar questões atinentes à identidade, ao pertencimento, à memória e à mobilidade de pessoas e povos ao redor do mundo. Na era globalizante das tecnologias de transporte e informação mais ágeis, o fenômeno migratório tem recebido um incremento expressivo e exponencial, permitindo uma maior mobilidade de homens, mulheres, jovens e crianças. Essa mobilidade, muitas vezes, de forma indocumentada e ariscada, tem alimentado complexas pesquisas sobre migração humana global, em função da condição – cada vez mais multissituada, fragmentada e híbrida das comunidades imaginárias de migrantes. Neste contexto, e diante das complexidades e potencialidades sociais, políticas, econômicas e culturais das migrações transnacionais, os deslocamentos interurbanos de curta ou média distância e duração, sazonais ou não, em alguns casos, para a realização de cursos de formação técnica ou universitária, acabam não atraindo a atenção dos pesquisadores, gestores públicos, instituições e movimentos sociais que trabalham com migrantes.

Em função da globalização homogeneizadora sempre a ameaçar a escala do microterritório dos lugares sociais em muitas cidades globais, apesar dos esforços desglobalizantes glocalistas e localistas (BOURDIN, 2001), um intrigante distanciamento cultural entre duas cidades próximas pode ser maior do que o de duas geograficamente distantes uma da outra. O caráter vicinal entre duas cidades também pode acarretar dificuldades adaptativas entre os seus respectivos migrantes. Tal caráter tende a funcionar como um fator geográfico acomodador, que propicia a falta de resiliência para

adaptação, pois que a facilidade de retorno tende a manter mais preservado o cordão umbilical psicológico do pertencimento local como uma espécie de útero eterno, que é a cidade natal. O contraste polarizador, por vezes, hiperbolizado pela vizinhança, ocultando semelhanças históricas – fenômeno do duplo vínculo ou *double bind* (BATESON, 2000) –, pode ser uma chave explicativa para entender os nós e entrelaçamentos de memórias regionais de jovens migrantes goianos estudantes na capital irmã e vizinha (Brasília) a Goiânia, que serão apreciadas no presente texto por meio da desconstrução dos mitos de nostalgia mítica de hospitalidade e de sociabilidade percebidas, relativamente, como mais “maternal” da sua cidade de origem, Goiânia-GO, em contraponto a “madrasta” cidade de destino, Brasília-DF.

A presente pesquisa, para além de um mero recorte especializado e etnográfico sobre migração regional, tem por objetivo geral ampliar a compreensão sobre a sociologia da brasilidade, inventariado os impactos e desafios do processo de descentralização geopolítica, desenvolvimento regional e urbanização modernizadora do Brasil para o Centro-Oeste, ainda em curso. A megalópole em formação Brasília-(Anápolis)-Goiânia, apesar da recente fundação, já perpassa o imaginário nacional coletivo com símbolos e ícones culturais, políticos e sociais, com relevância econômica e logística para o desenvolvimento regional do país, como demonstra a pesquisa de análise do desempenho do valor adicionado dos setores do agronegócio, da indústria, de serviços e da administração pública (FERNANDEZ, 2016).

Nesse sentido, através das dificuldades e conquistas dos migrantes goianos “candangoianos” em Brasília (Plano Piloto/UnB), procuro dimensionar a orquestração político-social e epistemológico-discursiva da antinomia modernidade/tradição, visando repensar a modernização conservadora no Brasil. A hipótese é de que o “nostalgismo” luso-tropicalista presente na culturalidade de Goiás, serviria como um “post it” de memória da proteção excessiva ou excesso de zelo familiar e social que tende a funcionar como elemento psicossocial autossabotador de processos de migração mais definitivos, por tornar o indivíduo menos resiliente e combativo diante de situações adversas, hostis e impessoais, longe do ambiente social da sua primeira sociabilização.

A expressão “candangoiano” seria um empréstimo cultural alusivo ao aparente paradoxo dos candangos nordestinos, provenientes do sertão da seca e da fome, terem tido mais êxito enquanto estrato migracional em Brasília em termos estatísticos e até simbólicos. É uma forma de inclusão regional dos goianos, por vezes, relegados a um esquecimento “planejado”, haja vista que, apesar do preconceito contra nordestino também ser presente em Brasília, a sua cultura já é considerada patrimônio cultural local (Museu do Candango).

Nesse sentido, é oportuno viabilizar uma análise dos processos de sociabilidade urbana e interação social de estudantes goianos em Brasília (Plano Piloto/UnB) que investigue o imaginário urbano da associação da capital federal com a modernidade e com o multiculturalismo, em contraste com a capital Goiânia, supostamente, mais associada à tradição e à “monocultura” (Santíssima Trindade: coronelismo, agronegócio e sertanejo). Com um exame mais apurado da história urbana comparada, que inventarie a arqueologia de seus símbolos políticos, arquitetônicos, musicais e culturais, e da antropologia dos estudantes goianos em Brasília, será possível, no entanto, demonstrar as contradições empíricas de classificações superficiais entre essas duas capitais planejadas e modernas que fazem parte da história da arquitetura brasileira e internacional.

O intuito desta pesquisa sobre migração estudantil regional de goianos estudantes em Brasília (Plano Piloto/UnB) é também promover um debate franco, acadêmico ou não, com os formadores de opinião, criadores de políticas públicas e demais grupos sociais envolvidos. Em uma perspectiva “macrofilosófica”, procuro discutir a problemática da fragmentação regional identitária, sobretudo em relação à dicotomia modernidade-tradição, a partir da situação exemplar dos migrantes goianos estudantes da UnB, moradores de Brasília. A pesquisa ainda contou com várias informações coletadas em 2005 por meio de observação participante e a realização de entrevistas de campo. Ademais, apresento, brevemente, a pré-história da cidade, a partir do seu mito de origem, destacando a saga de seu herói civilizatório goiano, Toniquinho JK. Cabe observar que outros grupos focais poderiam ser utilizados para observar a dualidade e ambiguidade de diferentes polos e papéis tendenciais de comportamento em relação àquele tema prioritário, o qual me disponho a discutir. Optei, porém, por aqueles sujeitos de pesquisa por avaliar que os elementos de diferenciação regional estão ainda por demais arraigados naquele contexto, o que suscita uma visualidade emblemática bem delineada para verificar o fenômeno da dificuldade de adaptação e solavancos de identidade e memória social em situação de migração regional, mesmo entre cidades vicinais planejadas, especialmente o caso de Goiânia e Brasília.

Ao longo do trabalho, aportes teórico-metodológicos com a Antropologia revelaram-se indispensáveis para a construção e execução da pesquisa. O lugar do pesquisador no processo de pesquisa é ponto central da disciplina, que desde sua origem coloca em pauta a tensão entre objetividade e subjetividade. Outro aspecto importante é que o estranhamento e a identificação compõem o fazer antropológico (GOMES & MENEZES, 2008).

A partir de reflexões epistemológicas de Barth (2000), adotei a seguinte diretriz: não buscar obsessivamente coerência na explicação dos fenômenos antropológicos, em consequência da negligência das contradições em campo para salvaguardar os postulados teóricos.

Entrevistei, formal e informalmente, cerca de 15 informantes (estudantes ou ex-estudantes da UnB), jovens e adultos que moravam na Asa Norte, em suas temporadas universitárias, ou recém-egressos provenientes de vários estados do Brasil (MG, GO, RJ, DF e RS). Tentei observar as relações de sociabilidade de pessoas de outros estados, procurando compará-las com o discurso bastante cristalizado (quase oficial) por parte de goianos e brasilienses sobre os conflitos de identidade regional. Estes apresentam uma retórica pré-concebida, fundada na dicotomia de características excludentes. Para ilustrar este fato, veremos o exemplo da república dos goianos que tinha uma bandeira de Goiás na parede.

Nesse sentido, valho-me, também, de estudos sobre “memória social” para observar/conversar com jovens de outros estados, ou mesmo jovens recém-formados de Goiás, radicados em Brasília, que possuíam interpretações próprias sobre Brasília. Isto permitiu-me não depender exclusivamente do grupo focal da pesquisa. Além disto, possibilitou um exercício metodológico e uma relativização de minhas próprias convicções, já que partilho da mesma origem que meus pesquisados prioritários, os estudantes jovens goianos, em sua maioria, goianienses, de classe média, brancos, ex-estudantes dos mais competitivos colégios de segundo grau. Ser ingresso (aluno especial do PPGAS, UnB) da mesma universidade era outra característica que eu compartilhava com os entrevistados. No entanto, diferentemente destes, procurei não retornar para meu lugar de origem todos os finais de semana, como a maioria fazia. Também não morava com outros goianos, bem como não passava a maior parte do tempo com conterrâneos, justamente, para operar um distanciamento antropológico que permitisse, a partir da experiência da alteridade, erigir uma visão estrangeira e subtotal sobre o familiar. Por outro lado, o fato de depender de brasilienses em minhas iniciativas de inserção, como será visto mais adiante, não me tornou insensível às análises dos efeitos disfuncionais da vida cotidiana em Brasília – tendências à sociofobia disfarçada de solidão poética.

Nesta segunda década do século XXI temos observado no Brasil a consolidação do estudo de memória social. Essa inter(trans)disciplina, frequentemente considerada como uma “irmã caçula” da História, tem como uma de suas principais características a interdisciplinaridade. O estudioso de Memória, embora empregue os já consagrados materiais e métodos de pesquisa da história, apresenta menos constrangimento para adotar estilos narrativos e estéticos (designs etnográficos) múltiplos e inovadores, bem

como mixar cores de muitas disciplinas do espectro acadêmico: Psicologia, Antropologia, Arqueologia, Arquivologia, Comunicação Social, Museologia, Arquitetura, Filosofia, Análises de Sistemas, Medicina e Artes.

Assim, se quisermos aprender Memória Social, não basta ler livros, escarafunchar documentos, cruzar dados e ouvir relatos; antes de tudo, é necessário adentrar no labirinto do próprio inconsciente, seja individual ou coletivo, que nos coloca os desafios de mapear conteúdos cujos significados são polifônicos, por vezes divergentes, mas que convergem para um mínimo divisor comum social que é o código cultural em suas múltiplas escalas (global, nacional, regional e grupal familiar /educacional). Isto possibilita a que um indivíduo possa oscilar entre interpretações sobre um mesmo fato, a depender do momento histórico sócio político de sua vida, ou seja, considerando se a conjuntura é favorável para um ou outro posicionamento, ou silenciamentos das “sensações de lembranças”, que é como se refere às reminiscências o filósofo do tempo, Bergson (2006). As memórias individuais e coletivas se fundem no indivíduo com quadro e moldura, em associações e sensações biográficas contextualizadas temporalmente, que permitem dar um enquadramento imaginativo de memória único e situacional, a cada ato do lembrar.

A pesquisa pela via da Memória Social permite por meio de um viés interdisciplinar da ciência social alcançar os interditos (não ditos e o malditos) da realidade por ela estudada. Nesse sentido, permite realizar uma escuta ativa de elementos como a ausência e/ou silenciamento de fatos e pessoas na história oficial, as contradições entre o discurso oficial e oficioso (ou entre si). As memórias das coisas, pessoas, eventos e espaços estão para além do anteparo aparente das mesmas, ou seja, para além de suas existências materiais, biológicas, duracionais e extensivas, respectivamente. Se o pensamento é uma entidade autônoma, então Memória Social é a capacidade de salvaguardar e autenticar reminiscências psicossociais divagantes de um tempo-lugar, mesmo que de temporalidades épicas/futuras e de localidades alhures/virtuais. Da maneira como entendo o estudo dessa disciplina, é justamente nessa capacidade de ler o sub-textual de forma hiper-textual que está a especificidade da transmissão e enquadramento de relatos e narrativas autenticadoras das correntes de pensamento (sub)grupais.

Enquanto agente da história e produtor e ressignificador de memórias, toda pesquisa requer uma vivência etnográfica das externalidades que permitem e influenciam sua produção social, o que, no caso, das ciências humanas, requer ainda maior vigilância científica, pois se trata do estudo do ser humano pelo homem (mulher) para a humanidade: no limite o estudo de si mesmo, sobretudo, quando se trata de autopesquisa. São múltiplas as afetações constantes no resultado deste empreendimento de pesquisa,

diante da condição de dupla pertença do pesquisador (FAVRET-SAADA, 2005). Estabelecidas essas fundamentações teórico-metodológicas, podemos estabelecer um mapa íntimo que permite identificar a travessia interna e externa do pesquisador, criando e recriando com os pesquisados, cada uma à sua maneira, lugares migrados geoafetivos, porque imaginados e ricos de significados temporais e espaciais deslocados.

2 MEMÓRIA SOCIAL (FAMILIAR, GRUPAL E NACIONAL) NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

A família de meu avô paterno é proveniente de uma cidade do sudoeste goiano chamada Jataí, que poderia não entrar para o rodapé da história, assim como os membros de minha estirpe, se não tivesse ocorrido um comício presidencial naquelas paragens, nos idos dos anos cinquenta do século XX. Na época, o então candidato mineiro à presidência da República, Juscelino Kubistchek (JK), tinha o costume de fazer um bate-papo após a exposição de suas propostas de governo. Segundo relato de um informante da cidade e membro da família, na ocasião deste evento o tempo estava chuvoso. Um parente, conhecido como Toniquinho, emprestou um galpão de sua propriedade para sediar tão prodigiosa e prolixa comitiva. No momento mais informal do discurso, o proprietário do recinto indagou se JK tinha como proposta de campanha aplicar a diretriz da Constituição Brasileira – que previa a implantação da capital do país no Centro do Brasil. O candidato respondeu que era uma de suas prioridades seguir a Carta Magna em toda sua integridade, como havia prometido antes mesmo de ser avisado desse item esquecido.

A narrativa familiar também é descrita na história oficial (escrita) no início do livro “Por que construí Brasília?” (KUBITSCHECK, 1975), com forte ênfase na figura de Toniquinho. Essa passagem praticamente invisível da história de Brasília demonstra a existência de micro-eventos, que foram banidos da pauta mais recorrente sobre a mitologia a respeito da cidade. No caso, o seu componente goiano. É mister, assim, recompor um retrato menos utilitarista desta capital funcional, carregada de simbolismos, utopias e afetividades. Essa ausência ou presença pouco enfática é reveladora, discursivamente, daquilo que a pesquisa sobre os jovens estudantes goianos estigmatizados no contexto regional da capital federal parece apontar: Brasília tende a se portar, à primeira vista, como uma ilha suspensa, desconexa de sua vinculação histórica e contígua com as memórias de Goiás que ali também já fora um dia.

Vale dizer que, antes da construção de Brasília, Goiás vivia um período de intensa expectativa política, desde um período anterior. Pedro Ludovico Teixeira, interventor pós-revolução de 1930, havia fundado uma cidade

planejada para 50.000 pessoas, que iria substituir Vila Boa de Goiás, com a função de se tornar a capital do estado, porque esta estava carcomida pelo poderio das oligarquias agrícolas. Surge Goiânia, uma cidade moderna, composta por prédios em arquitetura Art Déco. A planta urbanística original, inclusive, traz em sua área central o formato de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. Diferentemente do Plano Piloto de Brasília, elaborado por Lúcio Costa, cujo formato é o de um avião, símbolo da modernidade, Goiânia associa sua imagem urbanística originária à religião. Embora também seja uma cidade planejada, com características singulares, a capital de Goiás só se tornou conhecida, inclusive internacionalmente, em decorrência do acidente que envolveu cápsulas radioativas de uma substância chamada Césio 137 –, que atingiu milhares de pessoas e repercutiu até os dias de hoje como o maior acidente radiológico do mundo. Mas seu protagonismo maior é justamente o fato pouco comentado de que foi a maquete em tamanho real de uma experiência parecida, que viria a se chamar Brasília e distar cerca de 200 km dela.

Segundo Pires (2007), autora do livro “Goiânia – Cidade Pré-Moderna do Cerrado”, a capital de Goiás é um marco da arquitetura brasileira idealizada pelo urbanista Atílio Côrrea Lima, pós-graduado no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (IUUP-Sorbonne), entre 1927-29. Para a autora, o urbanista de Goiânia inspirou-se no conceito das cidades-jardins, adaptado para a organização social da cidade (móveis do poder público e espaços de autogestão) através de uma espécie de bairros-jardins. O Setor Sul (bairro em que vivi até os 13 anos e que atualmente funciona como Meca do movimento underground, por concentrar vários estúdios de gravação e o Centro Cultural Martin Cererê) é o exemplo mais emblemático, com suas vielas e fundos de vielas ajardinadas, que se entrecortam em um labirinto urbanístico.

Cabe ressaltar, porém, que entre Goiânia e Brasília não existem pontos de intersecção relativos, meramente, à questão estético-simbólica do alto-relevo estilizado de seus traçados. O que, no entanto, não devem ser desprezadas na análise sociológica comparativa entre as duas cidades, pois que, segundo Halbwachs (2004), os grupos sociais tendem a imitar a inércia aparente da extensão espacial para salvaguardar de forma mais intacta determinados recortes sociopolíticos de suas memórias coletivas.

O mesmo conflito de (des)integração de memórias e utopias entre tradição-modernidade (velho-novo) que ocorreu no processo de mudança da capital nacional para Brasília (interesses das elites econômicas e políticas do Sudeste X restante do Brasil), anteriormente ocorreu em escala regional, de Goiás para Goiânia. Neste caso específico, essa transformação ocorreu através do embate político e mnemônico entre as famílias coronelistas e latifundiárias da colonial cidade de Goiás, como os

Caiados, e o fundador de Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira, que representa a figura do visionário catalisador de mudanças, papel análogo ao que JK representou no âmbito nacional.

A memória coletiva que teceu na figura de Pedro Ludovico, um herói civilizatório moderno, vive franco processo de falta de impopularidade, assim como todos os políticos populistas trabalhistas de hoje que beberam na fonte de Getúlio Vargas. Haja vista que o movimento de ascensão nacional e estaduais de forças políticas ditas conservadoras (meio rural, p. ex) e modernização do capitalismo agrícola (agronegócio) no Brasil, em Goiás, resultou na eleição para governador de Goiás, em 2018, do ex-senador ruralista Dr. Ronaldo Caiado – descendente da família hegemônica na política vila boense (Vila Boa, atual cidade de Goiás, antiga capital do estado), deposta do comando político no estado goiano, cujo Palácio das Esmeraldas (residência oficial do governador) fica na praça central da nova capital, fundada por Pedro Ludovico para afastar o poder justamente da estirpe de tradição colonialista. Por alguns pontos de vista, destarte, doravante, em função da globalização que, apesar da fragmentação identitária, não anulou as identidades locais, mas obrigou a elas um rearranjo paratático, é possível dizer que o moderno/urbano (Goiânia) se tornou também arcaico e o tradicional/rural (Goiás Velho) se modernizou, de forma que ocorre um entrelaçamento confuso entre os conceitos outrora aparentemente mais identificáveis e coesos.

Nesse sentido, ao afirmar que “Brasília também é Goiás”, busco apenas apresentar como Goiânia serviu de rascunho para modificações arquitetônicas, antropológicas e históricas que veríamos posteriormente na construção de Brasília. Ou seja, Goiás não está na frase como sinônimo de conservadorismo e atraso, haja vista que o sentido de moderno e tradicional, mesmo em Goiás, como vimos, são constructos sociais articulados por grupos antagônicos que, na prática cotidiana social e política, revelam contradições com suas falas e estigmas a eles associados. Goiânia seria assim pré-moderna, segundo Pires (2007), por conciliar uma arquitetura tradicional com avanços arquitetônicos em uma escala bem maior do que a também planejada Belo Horizonte, construída décadas antes.

A edificação de um Centro Cívico na Praça Central, largas avenidas, arborização em áreas centrais, o não rebuscamento das linhas da cidade, a preservação das áreas de vale, o modelo de bairros-cidades é oriundo das mesmas preocupações urbanísticas ocorridas em Brasília, sendo que Goiânia retrata o período inicial de transição de paradigmas de estilos e opiniões para a arquitetura moderna. O pré-moderno pode ser traduzido como estilo eclético, em que estão unidos o moderno e o tradicional, bem como religião e arquitetura (arte-ciência), já que o traçado ainda apresenta forte cunho religioso.

Um mito de origem mais reconhecido da fundação de Brasília pode ser encontrado em várias publicações, com pouquíssimas variações, remetendo a uma antiga profecia. Em 1883, Dom Bosco teria sonhado que viajara pela América do Sul, quando chegou às coordenadas referentes aos paralelos 15° e 20° e vislumbrou o que seria “a terra prometida”, detentora de “uma riqueza inconcebível”. É possível perceber que tal visão do fundador dos Salesianos influenciou o processo de construção da cidade. A primeira edificação em alvenaria construída foi uma pequena capela em homenagem a São João Bosco, que se tornou padroeiro de Brasília, junto com Nossa Senhora Aparecida, a mesma que foi homenageada em Goiânia.

A pós-história dos pontos levantados todos já conhecem: Brasília foi construída como capital do país, modelo de cidade planejada modernista. Mas o fato é que esses três episódios mencionados são mitos de origem presentes no imaginário consciente e/ou inconsciente dos que vivenciaram e construíram a cidade, seja em uma perspectiva micro e/ou macro, familiar e/ou nacional, regional e/ou global, tradicional e/ou moderna. O entrelaçamento dessas variáveis é de difícil mensuração, dada a dinâmica aglutinativa do próprio tempo-espaço que se dilui no fato social. O que nos permite relativizar esses conceitos e, até mesmo, observar discrepâncias ou versões, que tornam, metonimicamente, a memória recente do Brasil mais visível, a partir de objetos empíricos quase invisíveis. Como, por exemplo, os depoimentos e anedotas familiares aparentemente banais e desprezíveis, eventos históricos regionais aparentemente desconexos sobre a construção de duas capitais planejadas terem sido feitos em tempo e lugares muito próximos e mitologias de origens de duas cidades com carga de religiosidade latente pré-histórica – seja por influência de um visionarismo profético de Dom Bosco, no caso de Brasília ou pela tradição católica do meio rural, no caso, de Goiânia. Afinal, os historiadores tendem a fazer história oficial, enquanto os atores sociais fazem memórias (ou esquecimentos). Já o estudioso de Memória Social tenta problematizar esses dois polos de interesses e identidades hegemônicos e contra hegemônicos.

A ocupação do Cerrado brasileiro a partir de Goiânia e Brasília, bem como a efervescência cultural trazida por ela apontam para a reunião de fatores para se consolidar um cenário propício para o desenvolvimento e diversidade microrregional. A instalação da nova capital modificou hábitos, valores e costumes da região, sobretudo, das cidades vicinais ao espectro de Brasília e Goiás – e por esse motivo gerou também antagonismos entre o tempo do suposto progresso e o do interior. Porém teve impactos desenvolvimentistas para além do Cerrado Centro-Oeste por ter criado uma “onda” de integração nos vários sertões brasileiros:

A nova capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território – que eram desalentadores “espaços vazios” – fossem conquistados. Pode-se dizer assim, e com maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília. Durante toda a sua história (...) vivemos (...) “arranhando a areia das praias, como caranguejos” [Frei Vicente do Salvador]. O litoral foi, de fato, uma monovidência nacional. Vivia-se por ele. Agia-se em função dele. E o que o ocorria em relação ao resto do Brasil? (KUBITSCHECK, 1975, 11-12).

A “grandiosidade arquitetônica” adotada a partir do modelo modernista-funcional de Brasília, hoje considerado como obra prima e patrimônio da humanidade, contrasta com a capital nacional anterior cercada naquela época, e, também atualmente, por uma memória política e cultural de relativo acento monarquista ilustrado e republicanismo positivista. Mais do que a construção de um novo panteão, templos nacionais, a transformação do tempo também é patente: com a migração, muitos brasileiros e estrangeiros se lançaram na experiência de viver sob a égide das durações temporais da cidade-máquina (funcional, tendo a figura do avião e do plano cartesiano da física *newtoniana* como símbolos) em plena era da produtividade fordista.

Em termos gerais, Brasília impingiu a milhares de cidadãos brasileiros, goianos ou migrantes, a participação indireta em um experimento humano a céu aberto, com sua visão do horizonte, conformando um espaço polifônico e moderno. Instalada em uma região tida como atrasada culturalmente, a nova capital abriu um clarão de sugestões de ideais positivistas nacionalistas e modernos individualistas. A fala de uma goiana radicada em Brasília, ainda pequena, revela os dois lados dessa modernidade que cria condições psicossociais para um ambiente construído e vivido que não estimula muito relações gregárias. Isso para além dos conflitos e estigmas regionais, que é tanto consequência direta, como fator agravante, desse processo que, em algumas situações, podem levar a casos clínicos de sociofobia:

Se você aqui, em Brasília, tem oportunidade de estudar, ler, ter acesso a uma série de coisas que tão rolando no mundo – música, cinema, teatro, espaço universitário –, tudo isso, se você tem essa oportunidade, isso abre a possibilidade de você construir como um valor importante na sua vida, a liberdade e a autonomia. (...) a pessoa tem acesso a uma diversidade muito grande de informações, de mundos diferentes, né, de você, de repente, na sua

família você tem pessoas que vieram, né, de regiões, de países diferentes, você pode tá antenada com o que tá rolando no mundo. Brasília tem uma tradição de música, rock, agora de música eletrônica. Então, Brasília é uma cidade que tem uma coisa de tá antenado de coisas que tão rolando no Brasil e no mundo. Então isso abre os horizontes. (...) Brasília é assim mesmo. O carro do fulaninho, do desconhecido pifou, azar o dele, o carro é dele. Ele que resolve o problema dele. Então assim, é uma coisa ligada ao individualismo.

Este estudo das implicações e impactos sócio-urbanos e regionais da construção social e urbanística de Brasília, a partir de concessões e tensões geradas na relação estabelecida com Goiânia permite evidenciar alguns entrelaçamentos sociais, constructos de memórias e esquecimentos na formação cultural da identidade regional e familiar que tecem e são tecidas por tramas de uma colcha de retalhos da identidade de ordem também nacional. Os fluxos e redes migratórias sazonais existentes entre moradores, que circulam entre as duas cidades, são aqui nesta pesquisa representados pelos estudantes de Goiânia que vão estudar na UnB. Eles permitem apresentar o drama social da minoria regional goiana em Brasília, vítima e algoz de sua (auto) estigmatização e (auto) reificação em sua experiência de modernidade.

O círculo vicioso entre não aceitar, odiar, autoafirmar uma goianidade genérica, por meio das repúblicas de goianos, e nostálgica, pelo retorno constante à suas redes de socializações primárias e secundárias em Goiânia, em parte, só não era patente em alto grau em relação aos jovens do curso de Mecatrônica. Já que nesse caso, em 2005, a sala de aula é “tomada” pela maioria goiana em relação aos brasilienses e jovens de outras unidades federativas. Nelas, parecia ser possível um campo de experimentação mais seguro para os migrantes perceberem pedagogicamente a alteridade antropológica dos nativos com mais tolerância e menos revanchismo – e até criar redes de amizades desconstrutoras de estigmas regionais, apesar do risco iminente e latente de usar a força numérica para reforçar valores localistas regionalcêntricos:

A aceitação, você se sente mais receptivo na mecatrônica. Tem muita gente de Goiânia, é mais fácil interagir. Acho que a maioria das pessoas, que a gente conheceu, a maioria é tudo de Goiânia, agora nos outros cursos acho meio difícil as pessoas interagirem assim, não por exclusão é por causa que é outro estilo de vida, (...).

3 CONSTRUINDO O TEMA A PARTIR DA MINHA EXPERIÊNCIA COMO ESTUDANTE GOIANO EM BRASÍLIA - PLANO PILOTO/ UNB

A partir dos conflitos de memórias (e consensos de esquecimentos) entre representações culturais e identitárias de goianidades e brasilianidades manifestas, observadas na travessia dos “candangos”, podem ser reveladas outras (representações culturais e identitárias), latentes, que apontam para entrelaçamentos de memórias entre goianos e brasilienses. É o caso da influência modernista compartilhada tanto por Goiânia quanto por Brasília e, também, herdada pela primeira capital, cuja construção foi iniciada em 1933, e por esta última, em 1956.

Pode-se considerar que a pesquisa de campo, propriamente dita, realizada com estudantes goianos da UnB, em Brasília (Asa Norte), ocorreu entre os meses de março a julho de 2005. Nesse período, retornei a Goiânia apenas duas vezes; permaneci em Brasília o máximo de tempo possível, como se soubesse que por trás da cidade eterna haveria homens perenes, gesto que soava estranho a alguns dos meus interlocutores goianos em Brasília, e mesmo a amigos em Goiânia. Mas, como estava ali na livre condição de aspirante à artista e antropólogo que já havia lido, diversas vezes, “Cartas a um Jovem Poeta” de Rilke (2003) e sobrevivido ao *antropological blue* após ler “Relativizando” de Matta (1987), solidão e alteridade eram minhas palavras de ordem. Além disso, com 22 anos de idade, já havia concluído minha graduação e acumulado recursos financeiros para poder me dedicar exclusivamente à complementação da minha formação profissional e pessoal.

Como se tratava de uma etnografia de entremeios, optei por não seguir, exclusivamente, o caminho do eterno retorno para Goiânia, nos finais de semana, de carona com meus conterrâneos. Fiquei e tentei encarar os impactos sociourbanísticos da arquitetura moderna desertificante e da sociabilidade pós-moderna individualista em Brasília, se comparados, em termos de percepção e imaginário urbano, por contraste relacional com o observado em Goiânia na mesma época. Os goianos, insuflados pela pouca distância geográfica e enorme distância simbólica com Brasília, costumavam somente evitar a visita semanal ou quinzenal a Goiânia nos períodos de provas, pois parecia ser difícil manter o mesmo ritmo de estudos em suas cidades com seus amigos de lá e seus convites para eventos sociais dispersivos.

Tipo assim, os goianos vêm muito e não ficam aqui em Brasília sacou? O neguinho é viciado na tal da Goiânia lá, não conhece, e o cara estuda cinco anos aqui e muitas vezes não conhece nada, volta todo final de semana,

tem namorada e ta sempre voltando pra Goiânia o tempo todo. (...). Esse lance de voltar sempre, a pessoa acaba não conhecendo a cidade que ta acolhendo eles de coração aberto, eles não conhecem mesmo não. (...) o que você conhece aqui? (...). É universidade casa, universidade casa e a saída pra Goiânia.

A minha prática de ficar, predominantemente, nos finais de semana em Brasília, teve como base o procedimento antropológico que permitiu uma relativa desnaturalização dos próprios vínculos, como sugere Roberto da Matta (1987), com minha cidade de origem, possibilitando que eu me deixasse “impregnar por outra”. No entanto, não deixei de empreender a travessia com estudantes goianos – já que estava fortemente enredado a eles através da pesquisa. A situação de travessia constante era, de fato, a condição dos mesmos, que já não estavam “lá” nem “cá”, mas no ir e vir de uma mobilidade “sanfônica” tremenda, ou uma dupla-identidade, ambas fragmentadas pelo erigir da migração na era global, passíveis, portanto, de ser vislumbradas à luz de uma Antropologia da mobilidade (AUGÉ, 2010).

O estudo do fluxo migratório de estudantes goianos na Asa Norte, em Brasília, circunferentes à UnB, que representa parte desta pesquisa, permite recontar minha “hestória” (memória + história) familiar, doravante, em interface com a regional e nacional, de forma a relativizar a dicotomia modernidade-tradição, que é associada a Brasília e a Goiânia, respectivamente. Os relatos de vida de jovens goianos dispostos a sacrificar seus vínculos cristalizados em Goiânia para trilharem a todo vapor uma suposta vida maquínica moderna, por meio do estudo universitário (no caso aqui abordado), podem ser interpretados como metáfora da reprodução da história do positivismo seletivo dessa região do país. Apesar de representar bem o arquétipo da cidade máquina (pelo cartesianismo funcional e setorizado que privilegia a velocidade, individualismo, impessoalidade e trabalho), Brasília, em estado de latência e silentes, não rompeu com as características coloniais excludentes brasileiras – expressas pela desigualdade sócio-espacial e *folks* sociabilizantes goianas, nordestinas e cariocas – expressos pela sociabilidade nas unidades de vizinhanças formais/informais, em eventos/ locais como festas juninas, aniversário de Brasília (Esplanada), feira de culinária nordestina da Torre de TV, o Comércio na Rodoviária, associações de moradores, clubes de vizinhança e de esportes náuticos (Lago Sul e Norte), gangues/turmas de quadras e bandas de colégio (universidades), que deram origem a cena rockeira na capital.

Outrora entusiastas do projeto da construção poética e física da cidade, à época de sua construção –, lembrando que JK foi senador por Goiás após seu mandato presidencial, demonstrando popularidade no estado, como

prova sua ligação pessoal com Toniquinho JK (o jataiense que fez a pergunta sobre a mudança da capital, no primeiro comício do presidenciável na cidade de Jataí em abril de 1955) –, a desidentificação de Goiás com Brasília foi grande o suficiente para ofuscar o patrimônio cultural moderno no estado que, também por questões políticas, econômicas e culturais (coronelismo clientelista, agropecuário latifundiária e música sertaneja), não soube acompanhar os sonhos de uma Goiânia visionária e cosmopolita.

O estranhamento dos goianos migrantes com Brasília, talvez seja, também, reflexo da frustração geral dos goianos com o seletivismo e cartesianismo positivista de Brasília. Eles passam a estranhá-la, justamente, pelo fato de que o formal progresso (regional ou pessoal) não abalou as reais ordens sociais coronelísticas do Brasil enquanto povo e país. Isto porque, em Brasília o sistema capitalista e individualista assume a figura personalista e tacanha do coronel das grandes estirpes de fazendeiros (advogados/médicos) goianos. Tal figura compõe um imaginário cultural que, pelo menos no cotidiano da UnB, não abrirá muitas portas. A cultura do individualismo e produtivismo, cuja espiritualidade religiosa não é tão marcada pelo catolicismo bom-samaritano, mas também por vertentes orientalistas e ecumênicas, que impõem outros termos de (des)harmonia social e mental, mais calcados em amizades “funcionais” (com hora marcada), que colide com a ética de boa vizinhança e de bem comum de compadrio 24 horas (alto grau de disponibilidade e intimidade social).

A visão sociológica, traçada por Berger e Luckmann (1985), de que o cotidiano influencia e se forma de maneira parecida com o conhecimento das ciências é interessante para pensar a questão da internalização dos condicionamentos sociais e a dificuldade de adequação espacial ao processo de ressocialização ou segunda socialização dos goianos em Brasília. Essa análise parece ser aplicável à situação crítica de contato regionalcêntrico entre goianos, que, em geral, não se adaptam à Brasília e aos brasilienses, e passam a resgatar, através das “repúblicas” de goianos no Plano Piloto, algum tipo de goianidade biopolítica que pode, em alguns casos, ser uma forma de auto estigma.

De maneira geral, como os brasilienses estigmatizam Goiânia e os goianos, estes estigmatizam aqueles e sua cidade, demonstrando o caráter interdependente da autoafirmação (estigmatização) regional contrastiva e seu efeito de violência simbólica espiral. No entanto, essas tipologizações ideais não são totalmente hegemônicas e se revelam em graus de variabilidade mutantes e contraditórios. Encontrei um brasiliense, repatriado em uma das repúblicas regionalistas de goianos, tendo participado de uma espécie de rito

de passagem dele, para celebrar a sua admissão na república dos goianos. Na ocasião, foi regalada a ele uma boa dose de cachaça goiana, ficando mais receptivo para “dois dedos de prosa”:

Meus pais não se dão muito bem entre eles, e eu não me dou bem com meus pais, acho que isso é uma situação bem comum aqui, choque de gerações, acho que as concepções de vida são bem diferentes, principalmente quando você vem de famílias com tradições em serviços públicos, eles ficaram muito estáticos, na vidinha deles e a gente tá procurando conhecimento, tolerância, eles não, têm aquela visão reta.

Em uma interlocução direta com a minha “hestória”, ambiguidade e tensão aparecem nesta ponte antropológica inter-regional através do pesquisador em campo, e se configurou no que chamo de “abismo epistemológico do ser”, quando na ânsia de encontrar um sentido de pertencimento mais cosmopolita, você se depara com os aspectos negativos da relatividade, da cultura (ausência de certeza), somente compensados com seus aspectos positivos (a certeza da diversidade). Apesar de tratar da multiplicidade cultural humana, os estudantes de antropologia do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB), no ano de 2005, estavam sob a égide do paradigma do lugar de fala, que incentiva pesquisas militantes e que tendia a valorizar o caráter étnico (social, sexual, regional e étnico) do pesquisador coincidente com o do grupo estudado.

Minhas pesquisas sobre os goianos de Brasília (a Brasília dos goianos) tornou-se, assim, uma maneira biopolítica de incluir a minoria goiana migrante no debate sobre o tema da migração e conflitos regionais, de me adequar ao momento histórico multiculturalista (Era Lula – 2003-2011). Tal ensejo permitiu-me fazer parte desse movimento de modernização antropologizante (problematizando minha tradição regional como forma de autenticá-la), mas que sucumbiu diante da resistência do etnocentrismo insuflado por disputas entre as minorias (e internamente), por verbas e visibilidades nas agendas das políticas públicas, o que acabou criando as condições culturais e políticas para o surgimento do neoconservadorismo no Brasil.

Evidentemente que minha pesquisa poderia causar melindres em alguns dos atores sociais envolvidos que, em graus variados, estavam propensos a defender um discurso regionalista mais comprometido com a localidade. Minha postura, justamente, revelava o aspecto nocivo do engendramento totalitário e cegueira moral com a cultura local, seja por razões de consciência histórica ou alteridade antropológica. Portanto, além de uma pesquisa etnográfica que apenas conseguisse reproduzir a sabedoria heurística do

senso comum e do cotidiano aos quais tinha acesso por meio da minha convivência diária na UnB com os estudantes migrantes goianos, se torna possível adentrar as portas do inconsciente coletivo de carona com suas travessias corporais e imaginárias, na medida em que eu não queria e nem precisava me reduzir a esses fluxos e grupos sociais dos meus conterrâneos.

Por não ser antropólogo de formação, fui, inclusive, desaconselhado, por professores, a tratar o tema da goianidade por ser autobiográfico, o que dificulta a busca pela excelência no grau de isenção analítica. Por tal motivo, era de suma relevância apresentar meu lugar de fala que, no caso, era do goiano que estudava e congregava com estudantes de antropologia social das mais variadas “tribos” indígenas e urbanas brasileiras. Em prol de não ficar dependente somente das minhas memórias e vivências, como material de pesquisa, recorri ao método da antropologia dinâmica ou histórica que me permitia pensar com o distanciamento adequado o caráter “histórico” e “dinâmico” do meu sistema de crenças e valores (e dos meus conterrâneos-contemporâneos), socialmente construído. O sentido conceitual dos discursos e estigmas dicotômicos de ruralidade e cosmopolitismo em relação, respectivamente, à tradição e modernidade, Goiás e Brasília, começavam a se revelar precários, apesar de parecerem irredutíveis, em uma primeira mirada.

O estudo historiográfico da pré-história de Brasília e Goiânia permitiu perceber que há uma ancoragem geográfica naturalista como o saber/prática local sobre a relacionalidade das duas cidades: Goiânia (subproduto da Revolução de 1930) influenciou na construção da nova capital federal) e na cultura conservadora rural em Brasília (festas juninas, clubes de vizinhança, ...). Apesar de vasta literatura sobre história urbana e impacto social da construção de Brasília –, em que a modernidade e diversidade sócio regional são vistas como falsas promessas, haja vista que os migrantes pobres nordestinos, construtores, de fato, da cidade, foram varridos, prioritariamente, para suas bordas (cidades-satélites) –, havia um silêncio sobre a memória goiana na cidade, no passado e no presente.

Dos antigos proprietários de fazenda do sertão goiano, onde se ergueu Brasília, à sapiência discreta de Toniquinho, à presença pouco lembrada dos braços goianos que trabalharam na construção civil durante as obras da cidade, conhecidos por serem mais nostálgicos do que os nordestinos que vieram de muito longe, passando pelos goianos que trabalham na cidade e tem empresas nela, além do famigerado (no Plano) e amado (nas periferias) político Joaquim Roriz e estudantes goianos da UnB, há um sentido de goianidade migrante, que aponta para uma configuração social mais complexa do que uma rivalidade radical, mas, que perpassa uma busca de interculturalidade mútua.

4 MEMÓRIAS ENTRELAÇADAS NAS TRAVESSIAS DOS “CANDANGOIANOS” EM BRASÍLIA – OBSERVADAS DO ALTO DO CRISTO REDENTOR

O estudo do fenômeno contemporâneo da mobilidade regional de estudantes jovens goianos em face da sociabilidade peculiar no Plano Piloto – alardeada como modernamente individualista e, ao mesmo tempo, supostamente regional e etnicamente tolerante – é a chave mestra para testar o mandamento brasiliense da “diversidade” local.

Não havia endosso social acadêmico ou leigo para o meu trabalho. Meus interlocutores pessoais e universitários de Brasília e de Goiânia estavam por demais envolvidos em suas existências para desejar trazer à superfície confrontações pessoais em relação a um latente conflito regionalista de caráter simbólico que, apesar de existir, não parecia exigir grandes debates como aqueles entre palestinos e judeus, por exemplo, em guerra discursiva declarada e também bélica. Em Goiânia, cuja cultura tem forte acento e herança da oralidade tradicional rural, hierárquica e cristã, a dificuldade retórica surgia do receio localista de fragmentação identitária ao abrir essa caixa de pandora da modernidade guardada no porão, a sete chaves, com segredos de família. Já em Brasília, a dificuldade de debater esta questão em rodas sociais dizia respeito a própria falta de ocasiões para expansividades gregárias, acrescido de que tal temática é famigerada por comprometer o mito da capital da diversidade.

O preconceito contra goianos é velado porque ele compromete o elogio exaltado ao multiculturalismo de Brasília, ainda que ele possa ser naturalizado como uma espécie de licença poética para matar um terrorista simbólico e salvaguardar a regra da diversidade seletiva, haja vista, que os goianos são percebidos em si como conservadores, ou seja, antimodernos. Por outro lado, raras são as iniciativas reflexivas e políticas de goianos de classe média que tenham problematizado e militado sobre a goianidade ofuscada pela distritalidade. Pois tal intento parece contrapor a certa ética goiana do catolicismo calcada no princípio da fraternidade universal e boa vizinhança sem espaços para “protestantismos” regionalistas, como os que pareciam esboçar uma república (“dos goianos”) de entrevistados goianos que tinham uma bandeira do estado na sala de estar.

O caráter multissituado da minha condição de pesquisador, evidentemente, afetou a minha vida pessoal, que passou a sofrer um processo de dissociação identitária: não era mais goiano, nem brasiliense, talvez, de Anápolis. Por tal desidentificação mnemônica com as correntes de pensamento social hegemônicas em Goiânia e Brasília, mudei-me para o Rio de Janeiro em uma espécie de autoexílio, tendo engavetado meu desejo de

concluir a pesquisa por vários anos depois. Após esse (auto)silenciamento das reminiscências individuais e coletivas da experiência de migração em Brasília, desarquivei o projeto iniciado na condição de aluno especial no mestrado no PPGAS/UnB. Cabe registrar, que tal projeto, referente à migração goiana em Brasília, foi preterido, por duas vezes consecutivas, em função do tema e minha origem regional e acadêmica (comunicação social). Um local aparentemente neutro como o Rio de Janeiro, já que meus interlocutores cariocas, eternos ressentidos da perda da capitalidade federal, pareciam gostar de saber que na nova capital, nem tudo eram flores de ipê. Esse deslocamento para o Rio permitiu o distanciamento necessário para compreender o “efeito sanfona”, no qual minha identidade (estudante e goiano) passou a sofrer com a experiência de morar nas duas cidades (Brasília e Goiânia), tão próximas, mas tão distantes. Antagônicas, mas no fundo complementares, em função das reciprocidades e animosidades entre Brasília-Goiânia e Goiânia-Brasília.

Mas a experiência no Rio de Janeiro levantou também outras questões, fundamentais para a análise sobre identidades regionais no Brasil. Na cidade dita maravilhosa me defrontei com o olhar sobre o cerrado que, muitas vezes, encara Goiânia e Brasília sob uma ótica homogeneizante e, por este motivo, borra as fronteiras defendidas por goianos e brasilienses. O contraste, desta maneira, ocorre em outros termos. O Rio de Janeiro possui uma centralidade construída historicamente, mas que vem sendo abalada, marcadamente, devido à transferência da capital federal para Brasília. O que não afetou sua capitalidade cultural, até mesmo por motivos patrimoniais e arqueológicos – ademais muitas entidades federais como a Petrobrás e as Forças Armadas mantiveram suas estruturas no Rio como matriz operacional. Pude também observar que o olhar do Rio de Janeiro em direção à Brasília é afetado particularmente por ser “lugar dos políticos” e da corrupção. A estigmatização social recai sobre Brasília, classificada pelos cariocas, em geral, como a maior obra de corrupção de que se tem notícia. Talvez nesta percepção esteja embutido certo sentimento de perda, por ter sido “roubada” a primazia de guardiã da política brasileira, herdada pela família imperial, que escolheu a cidade para desfilhar sua pompa real em períodos pouco nobres de sua história (invasões napoleônicas).

Cabe aqui apenas enfatizar o lugar ocupado pelo Rio de Janeiro no processo reflexivo deste trabalho, já que foi nesta cidade que minha tese sobre o tema foi concluída. Além disso, muitas das considerações feitas sobre as retóricas regional-identitárias existentes entre goianos e brasilienses só foram possíveis ao redimensioná-las em comparação com a “centralidade simbólica” atribuída ao Rio de Janeiro em relação aos outros estados. Tal lugar, ainda que atualmente questionado (LOUREIRO, 2006), afeta o destino social de outras cidades do país, inclusive Brasília, por atuar como irradiador e formador de opiniões através do esporte, música, teatro e TV. É que as

memórias coletivas e seus jogos de disputa por oficialidade historiográfica não costumam respeitar as plantas arquitetônicas modernistas que queriam fazer do sertão goiano tábula rasa do Brasil de primeiro mundo. Motta (2000) aponta a existência de duas “memórias sobre a capitalidade” que discorrem sobre a transferência da capital. A primeira corrente de interpretação se pauta pela negatividade, ao entender que “ao glorioso passado de centro político e cultural do país teria sucedido o presente de decadência (MOTTA, 2000, p.3). A autora:

considera que o pecado original do Rio de Janeiro foi ter sido capital por tanto tempo. A excessiva dependência do governo central teria impedido que a cidade se preparasse devidamente para resolver os seus problemas de forma autônoma, melhor maneira de produzir cidadãos e governos responsáveis (MOTTA, 2000, p.3).

Sobre a possível relação entre Goiânia e Rio de Janeiro (Sudeste), o que ocorre é sua ausência, já que raríssimas vezes a cidade do Centro-Oeste teve alguma visibilidade midiática capaz de romper com esse não-lugar no imaginário dos cariocas, sendo a desinformação a tônica neste tema. Esse fato resulta em um tratamento superficial dos acontecimentos ocorridos em Goiânia e em outras regiões do cerrado.

Espaço e atores estão envoltos pela dinâmica tradição-modernidade, na medida em que condições ou nomeações dão a tônica das narrativas de brasilienses e goianos, e estão presentes como categorias muitas vezes acusatórias. Goiânia e Brasília são qualificadas quase sempre como díspares e identificadas a códigos contrastantes, enquanto, de fato, cada uma apresenta características singulares, bem como compartilham outras. Goianos e brasilienses estão em permanente mobilidade, levando consigo experiências marcantes em suas trajetórias e transformando os espaços que os recebem. Sobre os impactos dos deslocamentos dos goianos, visto à luz das trajetórias de jovens goianos estudantes da UnB, nota-se que os vínculos de origem são realçados e mantidos durante a permanência na universidade, por meio de duas estratégias recorrentes de afastamento e aproximação: repetidos retornos à Goiânia e de convívio próximo com conterrâneos. A UnB tem papel fundamental por ser uma espécie de réplica do próprio Plano Piloto, a começar pelo seu prédio central, apelidado de “Minhocão”, que tem também o formato de asa de avião. Ao contrário de outras capitais, cujos campi de suas respectivas universidades federais, estão localizados em zonas afastadas, o maior campus da UnB (Darcy Ribeiro) fica na área central da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PAZ VIRÁ DE TREM MINEIRO EM MEIO À PAISAGEM DO CERRADO?

Diante da possibilidade de integração via ferroviária de cargas e passageiros entre Goiânia e Brasília, no caso, através do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal (PAC), inicialmente, prevista para 2017, mas, ainda não concluída e sem nova previsão para tal, novos contornos regionais identitários podem fazer necessário à novas pesquisas. A ligação entre essas cidades planejadas, relativamente próximas, em termos espaciais, mas distantes em termos culturais, trará uma dinâmica nova, capaz de gerar novos impactos identitários coletivos e individuais – desde agora através de reportagens nos jornais locais e nacionais ou mesmo pela própria junção de mão de obra dos dois estados na construção da linha férrea. Espera-se que esta pesquisa etnográfica possa se somar a esses esforços integrativos por apresentar alguns paralelos germinais pré-pré-históricos, pré-históricos e históricos (história de longa duração) entre Brasília e Goiânia, que sugerem relativização das diferenças regionalcêntricas em meio a territórios simbólicos com fronteiras de identidade “cerradas” entre as duas localidades.

Evidentemente, que subjacente a essa questão colateral, surge uma nova: se esse discurso localista que cria um abismo epistemológico do conviver entre duas cidades planejadas não seria, também, uma reprodução radicalizada dos conflitos regionais entre Rio e São Paulo, e o ainda hegemônico econômico e culturalmente Sudeste e o ainda promissor Centro Oeste, mas sempre estigmatizado e exotizado, como terra de ninguém e como caixa d’água do Brasil. O fato é que é dessa *heartland* madrastra, que se tornou Brasília, é de onde se espera um coração de mãe generoso com os demais estados da Nação, um norte, sobretudo, para o esquecido Norte do país, nas formulações de políticas públicas de desenvolvimento social, proteção ambiental e integração nacional.

Cabe ressaltar que por ser essa uma autopesquisa que se insere dentro do espectro de influência moderada dos Estudos Culturais (*Cultural Studies*) e, justamente, por se tratar de uma situação multissituada com deslocamentos físicos e simbólicos vividos no contexto de Brasília e da UnB pelo pesquisador, é o que me permite esquivar de certo risco do localismo cultural monolítico, naturalista e essencialista, inerente em maior grau a toda pesquisa sobre seu local ou grupos (étnicos, sociais, regionais, culturais ou religiosos) de origem.

Por eu ter apresentado minha cultura de origem em um *approach* acadêmico positivo, discurso valorizado em Brasília, onde a Universidade, bem localizada, se confunde até mesmo com o traçado urbanístico da cidade (ambas tem o *design* de um avião), aponto para a perspectiva gramsciniana

de ação transformadora contra-hegemônica – guerra de posição ou homem a homem (CARNOY, 1988). Tento utilizar da superestrutura da própria cultura e classe hegemônica, no caso a brasiliense, para desenvolver algum tipo de liderança intelectual que me permita criar os anticorpos contra o processo de interdependência do tipo assimétrico (ELIAS; SCOTSON, 2000) entre, quase sempre, goianos *outsiders* e brasilienses estabelecidos em Brasília, em que os primeiros estão colocados e se colocam – já que se trata de um duplo vínculo não passível de vitimização – em situação de inferioridade relacional.

Da iniciativa nacional desenvolvimentista – que gerou avanços de desenvolvimento regional, projeção internacional, inserção cultural do Centro Oeste, clivagem social e violência urbana no entorno de Brasília – ainda se semeia o sonho de um Brasil dos sonhos, miragens miraculosas no cerrado brasileiro. Os goianos estudantes da UnB são os novos Toniquinhos – entusiastas menos fervorosos, talvez, – com suas perguntas capciosas na ponta da língua, pois têm tido destacadas performances nos vestibulares em vários cursos disputados da universidade. O que acaba por reforçar, ao invés de minorar, as estigmatizações sociais entre os dois grupos regionais a corromper o lema de diversidade e esperança associado à Brasília.

Conflitos de cunho inter-regionais-identitários, concernentes a questões territoriais (perda de jurisdição) e estudantis (vagas da UnB) entre goianos e brasilienses em uma configuração social de interdependência desigual, em que o grupo de brasilienses figura, quase sempre, como estabelecidos e os goianos, *outsiders*. O significado político do estigma é bem delineado, no sentido, de anunciar regionalcentricamente o inimigo coletivo como sendo o goiano; para defender o território espacial e simbólico de história urbana ainda recente: Brasília, vagas da UnB, residências na Asa Norte e a própria identidade moderna modernista – a partir do imperativo localista, em que a fala do lugar deve se confundir com o lugar de fala do nativo, ou seja, a sua língua cultural e o “sotaque” formal, mesmo no caso de Brasília, que não apresenta em termos filológicos como um sotaque e ascendência regional única, no que é revelado o caráter de inclusão e positivismo seletivo de Brasília para com alguns extratos regionais brasileiros, como o goiano.

Outrossim, a situação do estigma regional dos goianos em Brasília aponta para que, independente do comportamento dele, seja tradicionalista, ou moderno – como o é ser aprovado na peneirada capitalista do mercado universitário que é o sistema de vestibular da UnB (mesmo o ENEM, sob o ponto de vista do estigma regional *outsider*) –, só existe um signo associável ao goiano: o anti-moderno. O que o desestimula a autoafirmar sua modernidade latente, tanto para os nascidos em Goiânia, capital modernista planejada pelo que havia de mais vanguardístico no urbanismo francês e inglês, como para o interior do estado de Goiás, onde o *agrobusiness*, com seus faustos tratores

de rodas gigantes a girar grande parte da economia brasileira, intimidada até peão de rodeio. Assim, tende a ocorrer uma generalização e banalização do outro, no sentido de que sua individualidade e pluralidade de sua sociedade são negadas, a partir da convicção normativa de preconceitos regionais finalistas do que é a experiência da goianidade de todos os goianos. Isso implica desprezo de seus laços com a modernidade modernista e globalizada, ou mesmo possíveis ambiguidades e variâncias comportamentais internas no interior da cultura. Ou seja, performance social e história de vida do indivíduo para além de sua localidade, de onde herda o estigma do lugar.

Esse preconceito gerador do estigma acaba, no entanto, por constranger o outro a se comportar exacerbadamente de acordo com o traço inadequado previsto no *script* preconceituoso e estigmatizante do grupo estabelecido, no que se reitera o papel social atribuído pelo estigma externo, agora, de forma mais internalizada. No caso estudado, uma vez que levado a auto excluir-se, sincronicamente à exclusão propriamente, da sua centelha de identidade moderna e individualista, muitos goianos tendem a se proteger sob o manto divino e sagrado de sua coletividade paternalista e conservadora de descendência rural ou interiorana, a partir de elementos da memória coletiva arquetípica (autoestigma) e do próprio estigma regional externo.

Cria-se, destarte, um círculo vicioso que nem a idêntica métrica silábica e derivação sufixal na formação das palavras “Goiânia” de Goiás e “Brasília” de Brasil, ou mesmo a morfogenética histórica que faz da primeira cidade, para a segunda, um ensaio arquetípico pré-moderno em escala regional de transferência de uma capital tradicional para uma inteiramente planejada, são suficientes para operar a negação da negação da ancestralidade moderna goiana sobre Brasília. Nos quatro cantos dessa fazenda federal, quadrilátero territorial que também é moldura da obra futurista (ou ficção científica) chamada Brasília, os ecos de goianidade moderna e da goianidade tradicional ecoam como mantra para quem souber silenciar a mente com as vozes do passado.

Apesar de constituírem exceções, há alguns casos de adaptações espaciais e regionais relativamente satisfatórias de candangoianos que poderiam ser relatados, mormente, daqueles que se casam com nativos e/ou moraram/ estudaram em outros países/estados, o que facilita o exercício da diversidade cultural em Brasília e os blinda dessa associação semântica imediata com o estado vizinho. Essas exceções não minoram o sentido da crítica aqui da “corrupção” urbanística incorporada no cotidiano de um projeto e prática elitista e seletiva de cidade/nação em relação a desigualdade regional brasileira, como já é conhecido em relação aos nordestinos apartados, espacialmente do Plano Piloto. Mas também dos goianos que, mesmo alojados na parte norte do avião federal, são (auto)excluídos simbolicamente

do voo pleno na modernidade. Esses moradores, cujas identidades, redes e memórias psicossociais são silenciadas e estigmatizadas por meio de práticas discursivas e sociais corrosivas da goianidade no local, no entanto, se apropriam de Brasília. E mesmo que não queiram ou nunca voltem a famigerada Brasília após a faculdade, suas vidas terão sido marcadas por essa aventura moderna, no sentido de internalizar um programa novo de automação corporal funcionalista (produtivista), como expresso, pela árdua dedicação, por muitos goianos, aos estudos universitários, grande diferencial futuro para enfrentar o mercado de trabalho capitalista global cada vez mais competitivo e volátil.

À guisa de exemplo de como, no entanto, a possibilidade de canal de troca mais fluente entre as duas regionalidades, cujos nós dos esquecimentos e conflitos só servem para comprovar a existência de entrelaçamentos de memórias e identidades, implicam memórias, citarei uma anedota: a primeira vez que me deparei com o sentido mais amplo de goianidade em Brasília ou que espera que se entenda por sinônimo de distritalidade em Goiás, foi quando criança, em Goiânia. Costumava ir a um prédio de um amigo de infância no Setor Universitário na divisa com o Sul, cujo nome era Super Quadra. Era um conjunto habitacional de prédios de quatro ou cinco andares (sem elevadores), com apartamentos de dois quartos. Estes tinham uma numeração complexa, por blocos, que, para a minha idade da época, tornava morosa a localização. Mais tarde, quando me deparei com a forma de endereços em Brasília, percebi que aquele conjunto de prédios de Goiânia, livremente inspirado naquela capital, era brincadeira de criança, perto da falta de orientação espacial em Brasília por inaptidão cartesiana de muitas pessoas (que acham mais fácil decorar nomes de generais da ditadura e fidalgos da corte).

O conhecimento da história permitiu perceber que Goiânia também é oriunda dos primeiros lampejos do planejamento modernista de Brasília, tanto quanto esta influenciou aquela diminuta Super Quadra de Goiânia. Na época de faculdade, uma colega mineira que morara em Brasília viera morar justamente ali, talvez como estratégia de reatualizar a memória coletiva antiga dentro do contexto novo, para reduzir os efeitos do deslocamento físico. Anos depois eu entendera que aqueles predinhos azuis e brancos e aquela garota falsa magra sintetizariam muito bem o sentido de meu movimento kamikaze ziguezagueante em torno dos entrelaçamentos de memória familiar, regional, nacional e global.

Em Brasília viria a morar em uma Super Quadra tamanho família e me tornei virtualmente um expoente tardio (penetra) do Clube da Esquina, ou Música Popular Mineira (BORGES, 2004). Afinal, a partir da leitura hipertextual (sonora) do livro “Memórias do Clube da Esquina, em Brasília, ao contrário de

Belo Horizonte, a primeira capital planejada do país, não havia muitos amigos e nenhuma esquina. Que a chegada do “trem azul” entre Brasília e Goiás possa completar a obra de JK para que mais goianos e brasileiros possam embarcar no avião de Lúcio Costa amistosamente para contemplar o belo horizonte que é o “céu de Brasília” .

Enquanto isso não chega, enquanto “arteteto responsável” (ASSIS, 2019), formatei um projeto de urbanismo poético com intervenções musicais e literárias: “*Clube do Horizonte: uma viagem musical com o Clube da Esquina 2.0 pela cidade sem esquinas*”: Projeto poético-musical de arte integrada (música popular e literatura teatral) sobre o movimento musical mineiro Clube da Esquina. Ao propor uma tecnologia de paz urbana a partir de uma epistemologia local de horizontalidade intersocial, étnico-racial, religiosa, regional, nacional, corporal, etária e sexual. A obra se apresenta como uma coordenada estética e cultural crítica em relação ao enfraquecimento da esfera pública e relações sociais presenciais na atual sociedade (pós) moderna e ao urbanismo modernista “sem esquinas” de Brasília, por vezes, socialmente desagregador.

NOTAS

¹ O exemplo máximo da expressão coletiva da “saúde” (palavra que só tem o significado pleno como conhecemos na língua portuguesa) é a antiga capital, cujos lugares de memórias sedimentados de forma inercial pela arquitetura portuguesa colonial que se tornou patrimônio histórico da humanidade (UNESCO), invoca uma reatualização de sua ancestralidade braso-ibérica com evento oficial do governo estadual de transferência simbólica da capital de Goiânia para Cidade de Goiás.

² A expressão “candangoiano” não é um neologismo por derivação aglutinativa. Aponta para o sentido comum de identidade que o esforço migracional arquetipicamente desperta, tanto em goianos como em nordestinos (candangos), travessias físicas com nostalgias afetivas. Ademais, seria descabida a comparação *ipsi liter* com os nordestinos e seus descendentes, haja vista que os goianos estudantes do Plano Piloto, de classe média, em geral, estão a 200 km de casa, podendo volver todos os finais de semana (apesar de sentirem quilométricas saudades). Também destoa aberrantemente da maioria dos nordestinos oriundos de classes trabalhadoras das cidades satélites – há nordestinidade, pelo menos, no Plano, a julgar pelo setor de artigos nordestinos dos supermercados. O termo “candangoiano” tenta pegar carona na boleia do caminhão pau de arara dos retirantes. Tem significado político de direito a diferença igual ao que “candango” tem assumido mais recentemente (Museu do Candango, p. ex.), após ter sido vil xingamento por muitos anos e ainda hoje, dependendo do contexto da fala. O que não impede de ter se tornado também um símbolo metonímico interespaial e social de distritalidade, mormente, entre os jovens de todo o Distrito Federal, que se referem uns aos outros como “candangos”. Em regiões limítrofes com Goiás em que a musicalidade e festividade sertaneja goiana e nordestina se comungam no mesmo território de

pobreza material, talvez “candangoiano” assuma contornos identitários conceituais e práticos aproximativos com o “candango”, no sentido original. Por outro lado, pode-se perguntar se a alta criminalidade nas bordas do DF, talvez, não tenha como motivação algum conteúdo conflitivo de raiz regionalista entre migrantes e descendentes goianos, nordestinos e distritais, para além da exclusão socioeconômica e cultural educacional, que parece não escolher regionalidade e ancestralidade nessas terras de ninguém da “terra de ninguém” (Brasília).

³ Para proteger a identidade de todos os/as interlocutores de nossa pesquisa de campo, atribuímos-lhes nomes fictícios. Um jovem, que chamamos de “Uberlandino Buarque”, pois que oriundo de Minas Gerais, comentou que havia se mudado para a cidade de Brasília, que conseguiu aprender mecanismos de sobrevivência cultural, por exemplo, ressaltou que: “O brasileiro é mais frio. Tem que respeitar esse lance. Cada pessoa tem um jeito. Meu jeito é ficar na minha, por exemplo, chega um bicho, não de Goiânia, mas de cidade do interior que é mais falativo, nego meio que vai excluir. Esse lance o brasileiro nota muito, ele vai ver o tênis que você tá usando, vai ver a marca que você tá usando, você é filho de quem, aqui tem muito disso né? Se você é filho do fulano de tal, que é ministro e tal, tem muito disso. Aqui tem esse lance meio elitista. (...). Não que elas sejam superficiais, mas elas são mais custosas, com mais regras sociais para você arrumar uma amizade forte. (...). Brasília é muito panelinha, isso que eu falo, por Brasília ser muito pequena, as pessoas ficam com receio de se mostrar fica todo mundo no meio. Mediocridade no meio, ninguém quer botar a cara pra fora, pra não ser reconhecido, não ser tachado, não sofrer com esse mecanismo de frieza.

⁴ Cabe lembrar que o significado de república comporta várias escalas que nem sempre foram equacionadas na esfera de nação (cidades repúblicas italianas, p. ex.) e que seu uso mais recente se refere a esse da residência compartilhada. Os membros da “República dos Goianos” –, uma vez, confrontados em uma situação de fronteira regionalista mais explícita do que quando se referia pejorativamente ao brasileiro apenas por clichês vagos e distantes, como “os caras que vinham roubar nossas mulheres” nas micaretas fora de época em Goiânia, e que, agora, estavam na condição inversa de serem percebidos como invasores e usurpadores de vagas “nativas” –, apresentavam um sentimento político de localidade mútua genérica, o que era pouco comum em Goiás no período pesquisado. Grupos culturais localistas especializados, em geral, ligados à música rockeira, regionalista ou sertaneja, que por sua experiência de alteridade inter-regional defendem ideologicamente posicionamentos muito herméticos de identidade regional goiana, e, por isso, não conseguiram até o presente momento criar pontos de identificação comuns desimplicados, capazes de unificar as tribos. Por falta de coesão, melhor para a vovó Cora Coralina que continua vendendo seus docinhos poéticos em escala global.

⁵ Depoimento de Otávio Simplício, extraído da pesquisa de campo de Frederico Assis em 2005 e 2006 no Plano Piloto, base de dados etnográficos da sua dissertação e do seu livro, respectivamente: ASSIS, Frederico. **Brasília também é Goiás: memórias entrelaçadas entre dois brasis regionais (Goiânia-Brasília)**. Rio de Janeiro: UNIRIO (tese de mestrado), 2013. Disponível em: HYPERLINK “<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss323.pdf>” \www.memoriasocial.pro.br/documentos/Dissertações/Diss323.pdf (acesso em 11/04/2018) / ASSIS, Frederico. **Tradição da modernidade: memórias e mobilidades goianas no urbanismo de Brasília**. Editora Brasília Teimosa: Goiânia, 2019.

⁶ Depoimento de Tamarindo Santillo, extraído da pesquisa de campo de Frederico Assis em 2005 e 2006 no Plano Piloto.

⁷ Depoimento de Estevão Sardinha, extraído da pesquisa de campo de Frederico Assis em 2005 e 2006 no Plano Piloto.

⁸ Cabe lembrar que –, apesar do estigma negativo dos goianos e a suposta goianidade rural, indistintamente associada a todos, inclusive aos ouvintes do pós-rock da pré-moderna Goiânia –, a política brasiliense é dominada pelo político goiano Joaquim Roriz e seus descendentes sanguíneos e afiliados políticos, que têm como “curral eleitoral” as cidades satélites. A explicação provável para isso é que as marcações e identidades sociais são menos cerradas na região de fronteira com Goiás e Distrito Federal, o que é percebido também na preferência musical: forró e sertanejo. Poética e fisicamente excluídos da utopia de progresso, incluídos no lado de fora da ordem cartesiana e positivista, acabam tendo no populismo corrupto da velha república o caminho mais fácil para não serem varridos do mapa pelo cartesianismo impessoal e desumanizado do Plano e de muitos dos seus moradores conservadores e preservacionistas do tempo moderno e espaço modernista para além dos limites do Plano Piloto. Espaço geoafetivo esse, que teve como expoente personificador, a figura do educador e ex-governador Cristovam Buarque, cuja gestão é acusada de ter perseguido ou sido negligente com o direito natural da livre ocupação em áreas civilmente previstas para ser área industrial (Vila Estrutural). Cabe à autocrítica que eu, enquanto pesquisador das minorias regionais goianas em Brasília, apesar de ter vivido em Sobradinho por 2 semanas antes ir para o Plano, não optei por um cotidiano e uma mirrada etnográfica mais densa nessa microrregião, e que poderia, inclusive, ter me permitido desenvolver redes sociais menos competitivas e funcionais para sobreviver ao eugenismo regional do Plano. E leguei a essa possibilidade o mesmo tipo de *apartheid* que aqui o faço: somente uma página de rodapé. A anedota metalinguística ilustra como o espaço tende a nos “conformar” intelectualmente.

⁹ Depoimento de João Arruda, extraído da pesquisa de campo de Frederico Assis em 2005 e 2006 no Plano Piloto.

¹⁰ O que me faz pensar que este deve ser mesmo um tema maldito na cidade e universidade. Mas, mais que isso, aponta para os possíveis usos e abusos políticos e sociais das ciências, no sentido de combinadamente naturalizar territórios/localidade e legitimar discursos/saberes, sem levar em conta as demandas locais e reais mais urgentes e os seus critérios epistemológicos de busca incessante pela objetividade e universalidade – mesmo que a partir de um lugar de fala específico.

¹¹ Interessante pensar que ao contrário do que a palavra “cerrado” sugere em termos de fechamento, em territórios de conflitos – até mesmo bélicos –, os biomas e árvores típicas dos países ou regiões costumam, em si mesmos, apontar para uma mensagem de unificação. Afinal, elas, amiúde, como as oliveiras no Oriente Médio, percorrem todo o território litigioso servindo como fonte nutricional gastronômica para ambos os lados da contenda. No caso de Brasília e Goiânia, o cerrado é um bioma comum aos dois locais, que, se bem utilizado em termos culturais e simbólicos, pode criar unidade identitária subliminar entre as duas localidades percebidas como distintas. Um exemplo de uso bem

sucedido disso foi o clip da banda brasileira Nativus (Natiroots) “Liberdade pra dentro da cabeça”, que se desimplicou essa fronteira socialmente construída entre goianos e brasileiros, a partir de imagens e letras que faziam menção ao bioma do cerrado, mais especificamente, ao santuário goiano ecológico e espiritual de Alto Paraíso de Goiás.

¹² Por processo de transferência vinda da colonial Vila Rica (atual Ouro Preto), o que depois se repetiu com o processo de construção das capitais planejadas de Goiás e Brasil, que foram por transferência de cidades coloniais como Cidade de Goiás e Rio de Janeiro.

¹³ “Meu maior sonho era voar num avião/ E ao mesmo tempo ficar bem preso no chão,/ Decolar e aterrissar/ quando eu quiser./ Mas me perdi num vôo que sem direção,/ Me mostrou ares bem mais altos que a razão/ Não podia imaginar,/ Pensar, se quer./ E na minha queda, aprendi que é sempre o chão/ Que a gente volta, quer queira, quer não./ Aprendi a planejar/ Pra eu poder/ Ser livre como as asas de um avião/ Viver a 10.000 pés, mas com os pés no chão/ No infinito, encontrar o zero, o vôo/ Para poder retornar./ Mas já concreto era o sonho que eu quis/ Há muito tempo em um sonho de país/ Com a água a fluir/ Pelo cimento./ O horizonte lá é belo e por um triz,/ Mas o seu porto é alegre e feliz./ O barulho do motor é som,/ É vento./ Dá pra voar, criar meu 14 Bis/ E pôr um bico no meio do nariz./ Eu já vou poder sorrir, rir, rir, viver/ Igual a um pássaro, igual a um avião/ Numa precisa preciosa imprecisão,/ Voar no céu, mas com a sombra lá no chão/ Nesse avião, vou pousar./ Nesse avião, vou pousar Para depois decolar/E quando o novo pousar,/ Meu sonho vai decolar...” Samba do Avião N.2 (Fred Le Blue).

¹⁴ Referente ao movimento Artetutura e Humanista, que utiliza a noção de projeto da arquitetura e urbanismo para incluir o pensamento artístico como estratégia de políticas públicas urbanas, sociais e culturais.

¹⁵ O intuito aqui é fortalecer o poder da ferramenta literária e musical em acessar o inconsciente e a memória individual-coletiva, no caso, o do cancionista mineiro na MPB – mas também roqueiro brasileiro no Rock Nacional –, para criar ferramentas de uso simbólico de eventos (anos 70/80) e lugares (Minas/Goiás/Pantanal/Rio) histórico-mitológicos diferentes. Isso, além de preencher lacunas psicossociais e sociourbanísticas geradas pela temporalidade líquido-moderna e pela espacialidade modernista diatópica e reificante. A partir do ponto de vista da sua experiência sensorial e cognitiva com os discos do Clube em 2005 na cidade de Brasília – cidade muito criticada por não ter esquinas e zonas de produções culturais autônomas e espontâneas –, o autor/compositor desenvolve uma trama autobiográfica em diálogo com a vida e obra dos integrantes do Clube da Esquina, cuja marca da agregação e redes de amizade cristalizadas, através de rizomáticas parcerias musicais célebres, é muito forte no contexto urbanístico da ortogonal Belo Horizonte (capital planejada). A partir do ponto de vista da sua experiência sensorial e cognitiva com esse imaginário musical e biográfico em 2005 na cidade de Brasília, conhecida por seus equívocos urbanísticos na escala gregária simbolizada na percepção e imaginário urbano pela falta de “esquinas”, o autor cria “hestórias” e canções entre a ficção e realidade, passado e presente, tempo e espaço, memória individual e coletiva para se sentir do mundo e de Minas Gerais em qualquer lugar, até na terra do Nunca e de Ninguém.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Frederico. Arteteto responsável: arte urbana como instrumento de políticas públicas urbanísticas (Projeto Social Palavras Cruzadas do Leblon). **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. [S. l.], v. 19, n. 1, p. 24, 2019.
- ASSIS, Frederico. **Brasília também é Goiás**: memórias entrelaçadas entre dois brasis regionais (Goiânia-Brasília). Rio de Janeiro: UNIRIO (tese de mestrado), 2013. Disponível em: HYPERLINK “<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss323.pdf>” \hwww.memoriasocial.pro.br/documentos/Dissertações/Diss323.pdf (acesso em 11/04/2018)
- ASSIS, Frederico. **Tradição da modernidade**: memórias e mobilidades goianas no urbanismo de Brasília. Goiânia: Brasília Teimosa, 2019.
- AUGÉ, Michel. **Antropologia da mobilidade**. Maceió: UNESP/UFAL, 2010.
- BARTH, Frederick. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BATESON, Gregoy. **Steps to an Ecology of Mind**. Chicago: Chicago Press, 2000.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOURDIN, Alain. **Questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BORGES, Márcio. **Os sonhos não envelhecem**: histórias do Clube da Esquina. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 1988.
- ELIAS; Norbert; SCOTSON, John. Lloyd. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo** 13, Ano 14. São Paulo, USP, 2005.
- FERNANDEZ, Fernando. Desenvolvimento econômico no eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** - Ano XVIII – V. 3 - N. 35 - Dezembro de 2016 - Salvador, BA – p. 808 – 834.
- GOMES, Edlaine de Campos & MENEZES, Rachel Aisengart. Etnografias possíveis: “estar” ou “ser” de dentro. **Ponto.urbe**, Ano 2, Versão 3.0, julho de 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KUBITSCHECK, Juscelino. **Por que construí Brasília?** Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1975.

LOUREIRO, Ana Claudia Nonato da Silva . **Rio de Janeiro: uma análise da perda recente de centralidade**. Dissertação de mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução a Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

MOTTA, Marly Silva da. **O Rio de Janeiro continua sendo ?** Rio de Janeiro, CPDOC , 2000. 14f. PIREZ, Jacira Rosa. **Goiânia – cidade pré-moderna do cerrado 1922-38**. Ed. PUC: Goiânia, 2007.

RILKE, Rainer Maria. **Carta a um jovem poeta / A canção de amor e de morte do porta-estandarte Cristóvão Rilke**. São Paulo: Globo, 2003.

RESUMO

A discussão sobre tradição e modernidade está presente na relação entre duas cidades, Goiânia e Brasília, qualificadas quase sempre como díspares e identificadas a códigos contrastantes, que se refletem nas identidades e discursividades coletivas assumidas e/ou atribuídas a goianos (tradicionais) e a brasilienses (modernos). O objetivo deste artigo é analisar tensões e concessões identitárias presentes na relação estabelecida entre migrantes estudantes goianos e nativos brasilienses em seus territórios de disputas multidimensionais no contexto da globalização localista (glocal). Foi adotado o método de observação participante junto a grupos de moradores da Asa Norte nas proximidades da Universidade Nacional de Brasília (UnB), em 2005. caracterizados por uma situação específica: a migração para o Distrito Federal para realizar cursos de graduação. Estes estão em permanente trânsito multissituacional, levando consigo experiências em suas trajetórias e transformando os espaços físicos e imaginários que os recebem e/ou os repelem; também representam coletividades sociais amplas, em esfera regional e local, que permitem pensar o tema da(s) brasilidade(s) a partir de perspectivas regionais de memórias coletivas e histórias urbanas não hegemônicas – a partir do eixo Goiânia-Brasília. O surgimento de redes vitais complexas de compadrios por conterrâneos e contemporâneos de moradia e mobilidade por estudantes goianos aponta para diferentes graus de aderência e conflitualidade (entrelaçamento) psicossocial de processos de resiliência e ressignificação identitária da origem regional (Goiânia e demais cidades do estado de Goiás) no destino geográfico (Brasília). A descoberta pelo pesquisador, sobre uma memória familiar relativa à construção de Brasília, traz um componente de história oral e inconsciente coletivo, que é incorporado à pesquisa em seu benefício, talvez por ser o seu desdobramento mais arquetípico, além de fato histórico pouco analisado pelas grandes narrativas causais escritas pelos vencedores da “História”.

Palavras-chave: Memória coletiva; Migração regional; Conflitos regionais; História de Brasília; Urbanismo modernista.

ABSTRACT

The discussion about tradition and modernity is present in the relationship between two cities, Goiânia and Brasília, almost always qualified as disparate and identified with contrasting codes, which are reflected in the collective identities and discursivities assumed and/or attributed to (traditional) Goians and Brasilienses (modern). The objective of this article is to analyze tensions and identity concessions present in the relationship established between migrant students from Goiás and natives from Brasília in their territories of multidimensional disputes in the context of localist (glocal) globalization. The method of participant observation was adopted with groups of residents of Asa Norte near the National University of Brasília (UnB), in 2005, characterized by a specific situation: the migration to the Federal District to take undergraduate courses. These are in permanent multisituational transit, taking experiences with them in their trajectories and transforming the physical and imaginary spaces that receive and/or repel them; they also represent broad social collectivities, at a regional and local level, which allow us to think about the theme of Brazilianness(ies) from regional perspectives of collective memories and non-hegemonic urban histories – from the Goiânia-Brasília axis. The emergence of complex vital networks of *compadrios* by fellow countrymen and contemporaries of housing and mobility by students from Goiás points to different degrees of adherence and psychosocial conflict (intertwining) of processes of resilience and identity resignification of regional origin (Goiânia and other cities in the state of Goiás) in the geographic destination (Brasília). The discovery by the researcher, about a family memory related to the construction of Brasília, brings a component of oral history and collective unconscious, which is incorporated into the research for its benefit, perhaps because it is its most archetypal unfolding, in addition to a historical fact little analyzed by grand causal narratives written by the winners of “History”.

Keywords: Collective memory; Regional migration; Regional conflicts; History of Brasília; Modernist urbanism.

Da interdisciplinaridade aos *child migration studies*: caminhos para uma abordagem das ciências sociais sobre a infância migrante

João Freitas de Castro Chaves

1 INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade é um dos conceitos mais discutidos da epistemologia das ciências sociais, sem que se defina com clareza sua extensão. Num contexto geral de crise do pensamento moderno e da ascensão da ideia de complexidade do pensamento (MORIN, 2005), ela surge como uma espécie de guarda-chuva para abranger discussões diversas.

A partir disso, o objetivo do artigo é questionar a própria noção de interdisciplinaridade desde alguns pontos de vista, especialmente relacionados com o que passo a chamar indistintamente de estudos de área ou *area studies*, em que, como se verá, as propriedades do objeto de estudo interferem no próprio tratamento epistemológico dado, em detrimento ao modelo das disciplinas universitárias.

Contudo, esse não é e nem poderia ser um trabalho de epistemologia. O maior propósito é anunciar essa discussão para que se possa questionar se no campo específico da migração, tomado em perspectiva interdisciplinar, já seria possível deduzir a existência de um estudo de área específico para compreender as interseções entre os estudos da migração e da infância.

Em resumo, a pergunta a ser respondida é: a partir de uma certa compreensão de interdisciplinaridade, há espaço para se falar em estudos de infância migrante ou *child migration studies*?

2 A INTERDISCIPLINARIDADE COMO TEMA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

De forma bastante ampla, a interdisciplinaridade pode ser definida como a integração do conhecimento e das metodologias de várias disciplinas para abordar problemas e questões complexas. Seria uma abordagem que promove a colaboração e a troca de ideias e informações entre campos de estudo, o que gera seu reconhecimento crescente nas últimas décadas.

A visão socialmente mais difundida sobre esse fenômeno epistemológico parte de uma noção positiva, otimista ou apenas encantada. Assim, integrar seria melhor que separar, e necessariamente a interdisciplinaridade seria positiva. Ela não apenas enriqueceria nossa compreensão de fenômenos, como também o desenvolvimento de políticas e intervenções mais eficazes, com tomadas de decisão mais informadas. Contudo, as leituras para além do senso comum merecem destaque.

Segundo Thiesen (2008), qualquer abordagem interdisciplinar pode ser tomada como uma reação contra a abordagem que chama de disciplinar normalizadora de objetos de estudo, em que se permita superar a fragmentação das ciências. Além de discutir as eventuais distinções entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, que escapam aos objetos deste trabalho, Moran utiliza um conceito simples em que ela seria qualquer forma de diálogo ou interação entre disciplinas, superando a mera proposta de justaposições ou adições (MORAN, 2010). Há menção direta sobre a origem desse conceito a Roland Barthes que, ao falar nos estudos sobre literatura, consolida-o como uma espécie de conceito guarda-chuva para várias questões do conhecimento:

Interdisciplinaridade não é a calma de uma segurança fácil; ela começa efetivamente (como oposição à mera expressão de um desejo piedoso) quando a solidariedade das disciplinas antigas se quebra – talvez até violentamente, por meio de sacudidas da moda – quanto ao interesse por um novo objeto ou uma nova linguagem, nenhum dos quais teria um lugar no campo das ciências em que deveriam ser pacificamente introduzidos, sendo essa dificuldade de classificação precisamente o ponto do qual é possível diagnosticar uma certa mutação (BARTHES, 1977, p. 155).

O que surge de mais interessante desse trecho de Barthes é a divisão entre dois aspectos das perspectivas interdisciplinares. O primeiro deles é a vinculação a um conflito político entre disciplinas previamente estabelecidas e os seus defensores – pesquisadores, professores, financiadores universitários, revistas etc. – quanto aos modos de catalogar e gerir o conhecimento. O segundo, que me parece mais interessante, é tomar a interdisciplinaridade como um efeito do objeto; ao não ser devidamente captado pelos radares das disciplinas existentes, ou não devidamente descrito por nenhuma delas, ele acionaria uma demanda paralela por uma forma de *by-pass*, para

que a pessoa interessada em sua compreensão no sentido de inclusão ao discurso consiga atingi-lo por fora das estruturas epistemológicas existentes. Esse trecho abre espaço para pensar um aspecto subversivo do estudo interdisciplinar, e não só o manejo como uma técnica.

Pode-se cogitar que qualquer concepção de interdisciplinaridade passaria por uma necessária mediação com o conceito de campo, trazido por Bourdieu (2004). Segundo o próprio autor, seria uma noção que evita o que chama de “erro do curto-circuito”, em que dois ou mais elementos individuais da vida social são associados de modo direto e sem que se permita sua interlocução com um conjunto de referenciais onde estão inseridos. Por isso, Bourdieu chama o campo de “universo intermediário”, ou, em suas palavras, “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Bourdieu vai além da mera descrição de campo enquanto espaço de circulação de discursos, o que o deixaria muito próximo de todo o debate da pós-modernidade e da redução da teoria social à linguagem. Ele enfatiza sobretudo que só há campo quando há capital científico envolvido. Há, assim, um espaço de lutas a observar e considerar:

De fato, o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução específicos, próprios do sub-universo considerado. (...) A atividade científica implica um custo econômico, e o grau de autonomia de uma ciência depende, por sua vez, do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar (os matemáticos, sob esse aspecto, estão muito mais bem colocados que os físicos e os biólogos). Mas depende sobretudo, também do grau em que o campo científico está protegido contra as intrusões (mediante, principalmente, o direito de entrada mais ou menos elevado que ele impõe aos recém-chegados e que depende do capital científico coletivamente acumulado) e do grau em que é capaz de impor suas sanções positivas ou negativas (BOURDIEU, 2004, p. 34-35).

Ou seja, seria possível pensar que a própria defesa da interdisciplinaridade como prática tem uma dimensão de luta pela intrusão de ideias ou objetos que não foram pensados pela disciplinaridade *a contrario sensu*, ou um

manejo estratégico para fins de aumento ou aquisição do capital científico. Nesse ponto, retorno a Moran (2010), para quem a proliferação de estudos interdisciplinares pode ter a ver com a escassez de recursos e as disputas internas por departamentos disciplinares para a condução de projetos de pesquisa, derivada das pressões do mercado por produtos e projetos dirigidos aos seus propósitos – e não ao do saber universitário.

Uma vez esclarecido minimamente o ponto-chave da interdisciplinaridade, que tomo como uma espécie de ampliação do campo científico de Bourdieu (2004) em que as diversas disciplinas e seus paladinos ou avatares são postos em diálogos e disputas, considero necessária a menção a outro aspecto, que é o dos estudos de área em contraposição aos estudos disciplinares.

3 ENTRE *DISCIPLINE STUDIES* E *AREA STUDIES*: NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A colocação do problema da interdisciplinaridade é, em geral, conduzida a partir da interação entre disciplinas, sem que se ponha com clareza o estado anterior ou o regime de produção epistemológica anterior. Refiro-me ao que chamo de estudos disciplinares, ou *discipline studies*, e como eles se impõem no pensamento científico. Para isso, recorro aos trabalhos de Shinn (2008) e Pombo (2006), que elucidam a questão subjacente a esse conceito para desnaturalizá-lo.

Shinn parte da divisão histórica entre quatro regimes de produção da ciência: disciplinar, utilitário, transitório e transversal. Sobre o primeiro, aponta seu surgimento no século XIX, sendo conectado com a própria noção de modernidade. Não haveria mais espaço para o que se viria a chamar de “homem renascentista”; cada praticante de ciência passa a se identificar com uma expertise individual e uma disciplina, e com a posição institucional que ocupa dentro da burocracia universitária (SHINN, 2008, p. 16). Essa separação de saberes corresponde, ainda segundo Shinn, à própria ideia de universidade moderna, com seus múltiplos departamentos disciplinares estáticos, com dois objetivos: reproduzir o conhecimento disciplinar-padrão e conduzir pesquisa original no interior de cada disciplina (SHINN, 2008, p. 17).

Em sequência, há no autor a descrição de um regime utilitário, em que a organização burocrática universitária é vinculada a um propósito socioeconômico específico – caso da *École de ponts et chaussées* francesa, em que a utilidade precede a disciplina de engenharia. O terceiro regime é o transitório, em que os praticantes de ciência circulam entre a universidade

e o mercado ou o mundo empresarial. Ao menos uma parte dos ditos praticantes participa sucessivamente ou simultaneamente da pesquisa e da produção. Por fim, chega-se ao regime transversal, ao final do século XIX, em que o conjunto de tecnologias está disponível ao mesmo tempo para todas as disciplinas, e para o mundo produtivo. Nas palavras de Shinn,

O regime transversal proporciona um elemento adicional de coesão, baseado nas práticas da operação instrumental. Na medida em que um grande número de aparelhos baseados em divisas genéricas é usado com sucesso por diferentes grupos de cientistas, de engenheiros, de técnicos e de outros operadores em ambientes amplamente diferentes, para a realização de funções contrastantes para propósitos alternativos, desenvolve-se e reforça-se a confiança nos resultados obtidos por seus aparelhos. O único aspecto em comum entre as várias expressões das diferentes divisas são seus componentes e princípios genéricos. A confiança compartilhada conduz à crença compartilhada, que se baseia na regularidade e confiabilidade do resultado do instrumento, o qual é independente do usuário, do uso, da função, da geografia e da cultura. O sistema de base genérica produz uma espécie de robustez no interior da ciência. Por meio da experiência compartilhada da operação de divisas e da obtenção de resultados comparáveis, os praticantes percebem seu aparato como conduzindo a resultados “válidos”. Essa validação assume a forma da “universalidade”. Entretanto, a universalidade que nasce da tecnologia de pesquisa não é uma matéria da epistemologia – ela não é universalidade epistemológica. A universalidade prática da instrumentação genérica da tecnologia de pesquisa tem, ao contrário, um caráter social, com raízes na experiência social compartilhada por grupos heterogêneos. A universalidade prática é, portanto, sociológica (SHINN, 2008, p. 37).

Considero que Shinn descreve com transversalidade não uma interdisciplinaridade como exposta na seção anterior, mas uma pós-disciplinariedade. Ao contrário, Pombo (2006) parte da ideia de práticas interdisciplinares, em que elas são mantidas, mas tomadas em seus cruzamentos e interlocuções. Além disso, traz os conceitos de ciências

de fronteira, como interfaces de duas disciplinas, de interciências, como a confluência de várias áreas, e as interdisciplinas. Essas seriam, em suas palavras,

(...) as novas disciplinas que aparecem com autonomia acadêmica a partir de 1940/50 e que surgem do cruzamento de várias disciplinas científicas com o campo industrial e organizacional, tais como as Relações Industriais e Organizacionais (disciplina que estuda o comportamento dos homens nas organizações em que eles trabalham), Psicologia Industrial (aptidões dos indivíduos, problemas ligados ao manuseamento de máquinas e relações interpessoais), Seleção e Formação Profissional (adaptação dos traços de personalidade às carreiras profissionais), Sociologia dos Pequenos Grupos (normas dos grupos de trabalho e questões de liderança), Sociologia das Organizações (inovação, mudanças e solução de conflitos nas organizações), etc. (POMBO, 2006, p. 211)

Como seu foco é o das ciências cognitivas, Pombo estabelece várias relações entre disciplinas em um dispositivo de cruzamentos, em que o ponto central é a cognição como objeto de ciência. A partir da noção de uma vontade interdisciplinar e da criação de práticas de trabalho comuns, entende que “o reconhecimento da cognição enquanto área de investigação comum às ciências cognitivas é, não a causa, mas a consequência de um determinado arranjo disciplinar, melhor dito, interdisciplinar” (POMBO, 2006, p. 222).

É a partir dessa leitura conjunta que chego aos estudos de área, usualmente conhecidos pela expressão em inglês *area studies*, como uma síntese possível da interdisciplinaridade.

Segundo Pollock (2016), tomando por base a experiência da filologia em comparação com os novos estudos de linguagem, as últimas décadas caracterizaram-se pela substituição da divisão entre conhecimento humanístico e não-humanístico pela de áreas e disciplinas. A oposição entre conhecimentos *area-based* e *discipline-based* partiria de um processo de arealização e desdisciplinarização. De forma parecida, Bates (1997) já apontava para uma demanda estrutural das universidades em atender a demandas disciplinares e dos saberes locais ou de áreas, e como isso influencia a formação de estudantes de graduação, além de uma compartimentalização das áreas que lembraria a das próprias disciplinas.

Já o aspecto intrinsecamente calcado nas metodologias disciplinares, em oposição a um saber tópico e particularizado dos estudos de área já era apontado na década de 1970 por Grieb. Se as fronteiras disciplinares são apenas metodológicas, o caráter tópico dos estudos de área torná-los-ia herdeiros da própria tradição científica. Ainda para Grieb,

melhor que permanecer na defensiva e apresentá-los como meros catalisadores, eles devem questionar a relevância das distinções disciplinares, enquanto combatem a crescente sobreposição entre departamentos que poderia ser eliminada apenas pelo retorno às distinções por assuntos (GRIEB, 1974, p. 233).

Ao longo dos anos, é perceptível a adesão à proposta de estudos de área pelo critério geográfico, especialmente em disciplinas que são elas próprias o resultado da sobreposição de saberes científicos e modernos, como as relações internacionais (KATZENSTEIN, 2002). Contudo, nesse mesmo recorte geográfico e regional dos estudos soviéticos, pós-soviéticos, latino-americanos, africanos, asiáticos, do Oriente Médio etc., há a fragilidade desses campos dependerem da empolgação da comunidade acadêmica com os temas para o futuro (MIDDELL, 2017), em contraposição às disciplinas que guardariam uma estabilidade.

O ponto que pretendo salientar é que o recorte temático pode, também, ser incluído nos estudos de área. O berço dos chamados estudos culturais, em que determinada cultura local é vista a partir de diversos saberes, deu origem a uma miríade quase infinita de áreas a explorar, sendo já absorvidas no discurso acadêmico mais corriqueiro. Sob o rótulo de “estudos”, são várias opções: de gênero, da infância, da cultura, étnico-raciais, de políticas públicas etc. Um dado a se observar é que mesmo os estudos de área não-geográficos mais consolidados, como os de gênero, podem ter suas próprias subdivisões. É o caso dos conhecidos *queer studies*, em que todo um debate surge a partir do conceito de *queer* e que é derivação direta dos *gender studies*.

Assim, minha conclusão provisória é a de que a interdisciplinaridade, seja num viés de pós-disciplinaridade ou de conhecimento transversal, proporciona uma derivação quase imediata em favor dos estudos de área ou *area studies*, tendo como objeto tanto um recorte especial como um fato social complexo. É a partir desse fio, e não das competições entre melhores ou piores disciplinas, ou o acirramento entre suas metodologias, que destaco uma questão epistemológica relevante. Trata-se da criação de um objeto – a

infância migrante, ou migração internacional de crianças e adolescentes – e de um saber localizado – o que chamarei provisoriamente de *child migration studies* como derivado dos estudos migratórios.

4 DA INFÂNCIA MIGRANTE A UM POSSÍVEL CAMPO DOS *CHILD MIGRATION STUDIES*

Como já anunciado, o objetivo do trabalho é expor, em caráter preliminar, a relação entre os conceitos de interdisciplinaridade e de estudos de área, como elementos complementares. A partir dessa provocação inicial, parto para a reflexão sobre meu próprio campo de estudos, o da migração.

Em Escudero (2021) há um resumo bastante consistente que exemplifica o surgimento da discussão interdisciplinar sobre o fenômeno das migrações internacionais, com as abordagens estritamente econômicas ou da sociologia cedendo espaço a perspectivas do direito, da administração pública e, por fim, ao grande campo dos estudos culturais. Segundo a autora:

(...) todas as áreas mostraram contribuições fundamentais para o desenvolvimento dos estudos migratórios ao longo do tempo e para que o percurso do campo tomasse a direção da transdisciplinaridade, como verificado. Essa nova direção nos dá fôlego para acreditar na superação da divisão dos processos migratórios em categorias analíticas, disciplinas únicas e aspectos metodológicos fechados à medida em que deixamos de enfatizar as diferenças entre os campos de conhecimento e isolamos os traços culturais (muitas vezes estereótipos elaborados desde o exterior) envolvidos nos ricos e complexos processos migratórios internacionais. (ESCUDERO, 2021, p. 116)

Da mesma forma, Brettell e Hollifield (2023) em trabalho seminal sobre o tema expuseram todos os impasses possíveis em torno das disputas entre disciplinas, que vão desde a construção do objeto (geral, particular) até a combinação de metodologias das mais variadas (historiografias, análises quantitativas, pesquisa qualitativa, etnografia etc.). Tornou-se, no “campo migratório” em linguagem bourdieusiana, bastante popular a tabela que sintetiza as principais questões de cada disciplina e que permite ver com melhor clareza as diferenças de perspectiva:

Tabela 1 – Teorias da migração e disciplinas

| Disciplina | Problema(s) de pesquisa | Níveis/unidades de análise | Teorias dominantes | Exemplos de hipóteses |
|-------------------------|--|---|---|--|
| Antropologia | Como a migração promove mudança cultural e afeta a identidade cultural? | Micro / individual, lares, grupos | Relacional ou estruturalista e transnacional, centrada no sentido | Redes sociais ajudam a manter a diferença cultural |
| Demografia | Pode a migração compensar baixas taxas de natalidade e constituir um fator de rejuvenescimento em uma sociedade envelhecida? | Populações nacionais e nascidas no exterior, indivíduos, lares e grupos étnicos | Teoria de uma população estável ou estacionária | A fertilidade de mulheres imigrantes converge com a de nativas a partir da segunda geração |
| Economia | O que explica a propensão a migração e seus efeitos? | Micro / individual | Racionalista; custo-benefício e comportamento de maximização das utilidades | A integração varia com o nível de capital humano dos imigrantes |
| História | Como um fenômeno (ex: causas, estruturas, processos, consequências da migração) ou uma relação (ex: gênero e migração) mudaram ou persistiram com o passar do tempo? | Varia temporalmente (do curto ao médio e longo prazo) e espacialmente | Periodização | Usualmente não aplicável |
| Direito | Como o direito influencia a migração? | Macro e micro / o sistema político e legal | Institucionalista e racionalista (tomada por empréstimo das ciências sociais) | Direitos criam estruturas de incentivo para a migração e integração |
| Ciência política | Por que os Estados têm dificuldade em controlar a migração? | Mais macro / sistemas político e internacional | Institucionalista e racionalista | Os Estados são frequentemente capturados pelos interesses pró-imigração |
| Sociologia | O que explica a integração e a exclusão? | Macro / grupos étnicos e classes sociais | Estruturalista ou institucionalista | A integração varia com o capital social e humano |

Fonte: (BRETTELL; HOLLIFIELD, 2023, p. 11)

Os autores partem desse quadro amplo para um trabalho de construção de pontes ou canais de comunicação entre as disciplinas, e para isso enfatizam bastante a questão das variáveis de trabalho, para que os modelos derivados de pesquisas interdisciplinares sejam verificáveis e analisáveis por qualquer ponto de vista. Salientam, contudo, que ainda assim há dificuldades, como o caso das abordagens da história que raramente consideram interdependências de variáveis como outras disciplinas (BRETTELL; HOLLIFIELD, 2023).

Se já haveria uma questão metodológica e de definição de objetos possíveis para as migrações internacionais, o desafio é ainda mais interessante quando se questiona um ramo ainda mais específico da teoria, com estudos não tão desenvolvidos no tempo e uma pressão por produção de conhecimento derivada de seu impacto social. Refiro-me ao crescente fenômeno da migração de crianças e adolescentes no mundo, especialmente em contextos de separação familiar, migração forçada ou refúgio e situações de alta mobilidade. Como seria possível capturar, de modo interdisciplinar, as “crianças-em-movimento” como tema? E haveria como falar neste momento de um estudo de área próprio, que sugeri denominar de *child migration studies*?

Para resolver essa questão, divido-a em dois pontos. No primeiro, abordo a própria existência da infância migrante como objeto social a ser construído ou “conquistado contra as aparências”, nas palavras de, novamente, Bourdieu (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 69). Em seguida, passo a traçar uma rápida revisão de literatura sobre o tema para tentar entender se essas interlocuções de autores formariam um estudo de área, que se considere interdisciplinar ou que sugira essa possibilidade.

4.1 A infância migrante desacompanhada como campo de estudo

O tema da migração de crianças e adolescentes vem assumindo, ao longo das últimas duas décadas, destaque no cenário internacional. Para além das discussões bem conhecidas sobre interculturalidade ou educação, percebe-se o aumento da quantidade de crianças fora de seus países de origem, com especial destaque para a situação de crianças refugiadas.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2015 uma a cada oito crianças do mundo era migrante, atingindo pelo menos 20 milhões de crianças nessa situação. Do mesmo modo, do universo total de crianças do mundo, ao menos 1% (um por cento) é migrante. Essa proporcionalmente pequena, mas significativa população está potencialmente mais vulnerável, pelos riscos agravados de tráfico de pessoas, exploração laboral e sexual, ou ainda casamento infantil. São ainda, significativos os recortes de gênero contra as meninas migrantes (UNICEF, 2016).

Mais recentemente, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no seu relatório anual “Tendências globais” sobre deslocamentos forçados, estima que 41% (quarenta e um por cento) das pessoas refugiadas no mundo seriam crianças, um percentual bastante superior ao de migrantes em geral. Além disso, crianças estão mais sujeitas ao fenômeno da apatridia, e formam um contingente significativo quando somadas as que nasceram fora do país de origem dos pais, em condição de refúgio; apenas entre 2018 e 2020, cerca de um milhão de crianças já nasceram refugiadas. Há, ainda, dificuldades significativas para acesso ao direito à educação (ACNUR, 2021).

No âmbito regional, constata-se que a proporção de crianças migrantes nas Américas é menor que na Ásia e África, e, ainda assim, quatro entre cada cinco crianças nessa condição estão na América do Norte. Essa prevalência leva a uma significativa produção sobre o fluxo de crianças do México e Triângulo Norte centroamericano rumo aos Estados Unidos, com um recorte específico que permeará a revisão da literatura: o da migração de crianças e adolescentes separadas ou desacompanhadas (CHAVEZ; MENJIVAR, 2010; MARTUSCELLI, 2017).

Quanto à América do Sul, percebe-se uma tendência de agravamento da invisibilidade, provavelmente decorrente do percentual menos expressivo do que o verificado no âmbito global ou das Américas. Crianças migrantes, e dentre elas as desacompanhadas, não são objeto de produção de estatísticas adequadas, e não são objeto de atenção para as políticas migratórias e nem para as políticas de infância. A isso, Ceriani Cernadas e outros denominam de “dupla invisibilidade” (CERIANI CERNADAS; GARCIA; GOMEZ SALAS, 2014, p.11), o que vem sendo mitigado com esforços, especialmente no âmbito do Mercosul, para a produção de dados e protocolos de atuação nacionais (IPPDH, 2016; 2019).

Em termos normativos, a proteção jurídica a crianças e adolescentes em situação de migração internacional encontra previsão especialmente na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) (1990), na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA, 1969) e na Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (ONU, 1990b), esta última infelizmente não ratificada pelo Brasil.

Contudo, para a questão de crianças separadas e desacompanhadas são decisivos os dois principais documentos de interpretação autêntica desse bloco convencional: o Comentário Geral nº 05 do Comitê sobre os Direitos da Criança (CDC) (2005) e a Opinião Consultiva nº 21 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2014). Em linhas gerais, os dois documentos delimitam a questão da migração desacompanhada em sentido amplo, abrangendo

separados e desacompanhados *tout court* – e esclarecem um ponto decisivo no campo jurídico: a soma, sem possibilidade de exclusão, entre os princípios ínsitos ao campo da mobilidade humana e da proteção a pessoas refugiadas (não discriminação, *non refoulement* ou não devolução, devido processo legal etc.) e os próprios do campo da infância, com destaque para o da proteção integral e da prevalência do superior interesse da infância.

Há, ainda, a construção normativa do princípio do *children first*, uma projeção da ideia de prioridade absoluta para o campo migratório. Ou seja, a criança em contextos de mobilidade deve ser tomada, no âmbito jurídico e das políticas públicas, primeiro como criança e só de modo posterior como migrante, o que lhe garantiria uma posição mais favorável para a garantia de direitos (OHCHR, 2017).

Tanto os dados empíricos como o marco normativo aqui expostos de modo resumido levam à conclusão da existência de um fenômeno sociojurídico com características próprias, o da infância migrante. É a partir dele que se poderá desenvolver uma revisão de literatura, aqui apenas ilustrada sem a pretensão de esgotamento ou debate aprofundado. O objetivo é responder à pergunta: existe algo compatível com uma forma própria de estudo de área, os *child migration studies*?

4.2 A emergência dos *Child Migration Studies*

Para responder à pergunta deixada em suspenso na seção anterior, promovo uma pequena revisão da literatura sobre o que me parece mais relevante na discussão atual sobre proteção a crianças migrantes, para daí deduzir o argumento final sobre a necessidade, ou não, de uma abordagem interdisciplinar e da perspectiva dos *area studies* no tema específico.

Em Bhabha, percebe-se maior avanço conceitual sobre a infância migrante, em que os diversos aspectos como a prevalência de formas específicas de tráfico de pessoas e de contrabando em fronteiras, ou as razões para o aumento de vulnerabilidade são conectadas por uma visão teórica maior. A autora detecta uma forte tendência punitivista contra a migração de crianças, especialmente desacompanhadas, e consagra o conceito estrutural de ambivalência, que de certo modo supera a questão da mera invisibilidade. Afinal, ao mesmo tempo em que são sujeitos destinatários de proteção jurídica, as crianças são uma ameaça à ordem interna, e seu ingresso não deve ser estimulado (BHABHA, 2014).

Por outro lado, percebe-se um impasse frente aos adolescentes “independentes”, já marcados por um histórico de autonomia e vida laboral, que não se beneficiam das estruturas protetivas tradicionais e nem de medidas mais comuns para migrantes, como a reunificação familiar, estando mais suscetíveis à deportação e a formas de exploração: em suas palavras,

“crianças independentes, adultos inconsistentes” (BHABHA, 2008). Por esse traço, e por limitações do reconhecimento de seu poder de agência e prova de perseguição em países de origem, têm acesso mais restrito ao instituto do refúgio ou proteção contra a apatridia, e compõem uma zona de exceção para a infância e para a própria migração (BHABHA, 2001; 2009).

As mesmas questões são abordadas por Senovilla Hernandez, que promoveu um trabalho relevante de comparação entre ordenamentos nacionais europeus para a gestão da infância migrante desacompanhada, especialmente quanto à incapacidade de enquadramento nas categorias protetivas usuais do direito da criança e do adolescente, e mesmo sobre as formas de determinação do superior interesse (SENOVILLA HERNÁNDEZ, 2010; 2014a). Ao analisar o conceito francês de “menor estrangeiro isolado”, que enfatiza o déficit de representação legal e a não inclusão nas estruturas típicas de acolhimento institucional, constata-se o manejo da avaliação do superior interesse pelos interesses orçamentários das instituições públicas, a não adequação dos adolescentes aos modelos de proteção oferecidos e a exclusão social por essa situação híbrida (SENOVILLA HERNÁNDEZ, 2014b).

Ceriani Cernadas aponta ainda a complexidade interna da infância em contexto de migração, com diversos subgrupos – separadas e desacompanhadas, acompanhadas dos genitores, em situação de migração forçada ou apatridia, deixadas para trás nos países de origem – e necessidades próprias de compreensão. Por outro lado, aponta a presença da criança migrante perante os controles migratórios de fronteira como um desafio em que a soberania nacional deve enfrentar a Convenção dos Direitos da Criança e ser limitada por procedimentos adequados de determinação do superior interesse (CERIANI CERNADAS, 2015).

Esse último tema tem sido associado ao processo migratório em diversas vertentes, tanto sobre os procedimentos de entrada, como de reunificação familiar, garantia de acolhimento pelas estruturas nacionais e especialmente quanto ao acesso da criança migrante desacompanhada aos institutos de proteção que dependem de manifestação de vontade sob a forma de um procedimento administrativo complexo, como o do refúgio, a partir do cenário europeu (KLAASSEN; RODRIGUES, 2017), da busca por uma metodologia eficiente de avaliação de credibilidade e decisão (KALVERBOER et al., 2017), pelo desafio de representação legal em processos de deportação (HLASS, 2017) ou alegando sua prevalência frente às razões migratórias sob a forma de proteção complementar (POBJOY, 2017; KANICS, 2017). Contudo, e novamente a partir do cenário francês, Bailleul e Senovilla Hernández apontam as incongruências do sistema que se presta a uma análise securitária de casos, em que a veracidade documental e a atestação de idade (*age assessment*) tomam mais a atenção da administração que a compreensão do interesse da

criança envolvida (BAILLEUL, SENOVILLA HERNÁNDEZ, 2016). Já num contexto mais ligado às migrações Sul-Sul, enfatiza-se o caráter securitário da proteção dada à infância migrante, e como crianças e adolescentes são, muitas vezes, tidas como instrumento de investimentos políticos para reprimir a migração de adultos (GLOCKNER, 2022).

Em resumo, há o reconhecimento de que a infância migrante existe, apesar da invisibilidade, e a ambivalência descrita por Bhabha (2014), e reforçada pelas leituras posteriores, seja especialmente forte quanto a crianças e adolescentes não acompanhadas. Por outro lado, os procedimentos de controle migratório, inclusão em processos administrativos e determinação do superior interesse, como preveem a normativa internacional e os ordenamentos nacionais, não conseguiram atingir um patamar mínimo de adequação. Assim, essa infância migrante desacompanhada permanece um híbrido, algo como um sujeito-criança e outro sujeito-migrante separados por um vazio, que não se comunicam de modo simples no âmbito institucional, e submetem-se a resoluções jurídicas insuficientes em âmbito global.

Mais que isso, constata-se que há uma falta de compreensão, a partir dos estudos sobre a criança e de uma sociologia da infância (ARIÈS, 1986; PROUT, 2010; VOLK, 2011) sobre sua inclusão dentro de um contexto de migração Sul-Sul, ou em uma perspectiva decolonial. A ideia de um governo da infância (RIZZINI; PILOTTI, 2009) num contexto de capitalismo periférico também não é problematizada a contento, o que revela a necessidade de localizar regionalmente de que infância migrante se fala.

Ocorre que, quando comparada a realidade da infância migrante brasileira ou sul-americana, nota-se uma abordagem eurocentrada, a partir de uma infância do Norte global. Ou melhor, uma percepção vinda do Norte sobre o que deva ser o conceito de infância migrante ou para onde devam ir os *child migration studies* no âmbito global, sem a consideração suficiente sobre as características da migração Sul-Sul, com pequenas exceções como em Pavez-Soto (2013) e Glockner (2022). Da mesma forma que as classificações globais como de pessoas migrantes econômicas e refugiadas são rediscutidas para sua aplicação ao Sul (ROSSA; MENEZES, 2018), a própria noção de uma “criança migrante Sul-Sul” pode e deve ser pensada, a partir da própria discussão sobre infância na região. Esta é, aliás, uma limitação e um desafio que já foram reconhecidos em caráter geral por Brettell e Hollifield (2023) e que se apresenta de modo ainda mais urgente quando se trata da infância migrante.

Assim, esse sujeito incômodo, a criança-em-movimento, encontra seu *locus* epistemológico num campo ainda não anunciado com clareza, mas já bastante evidente. A breve revisão apresentada demonstra o surgimento

de uma área de estudos da infância migrante, derivada de uma base metodológica prévia dos estudos migratórios, e que poderá ser desenvolvida nas próximas décadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretende ao estudar? E em que medida a abordagem escolhida é condicionada pelo próprio objeto, e não pelo sujeito que estuda? Nessa pequena incursão epistemológica, tentei dar conta dos conceitos de interdisciplinaridade e dos estudos de área ou *area studies*, para deduzir a existência de um novo elemento em formação, os *child migration studies*.

Além de adotar de modo acrítico a ideia de interdisciplinaridade, as leituras revelam a necessidade de uma problematização maior, especialmente para que se perceba a dimensão política das disputas envolvidas. Ao menos para a abordagem da migração como fato social, parece-me mais relevante seguir o caminho dos estudos de área e de uma potencial “migrantologia”, com nome de disciplina e conteúdo de um saber localizado, que tentar decidir previamente que metodologias são ou não autorizadas para uso. Por isso, espera-se que os *child migration studies* floresçam como um campo próprio com suas contradições, impasses e ambiguidades.

NOTAS

¹ Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), estão nessa condição todas as pessoas com menos de dezoito anos. A Lei nº 8.069/90, ou Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), distingue crianças como pessoas abaixo de doze anos e adolescentes entre doze e dezoito anos. O texto utiliza alternativamente os dois conceitos.

² O conceito será reaprendido em diversas formas, mas reporta-se essencialmente ao previsto no Comentário Geral nº 06 do Comitê para os Direitos da Criança, quando definiu que crianças desacompanhadas são aquelas “separadas de ambos os genitores e outros familiares e não sendo cuidadas por um adulto que, por lei ou costume, é responsável por fazê-lo”, enquanto são separadas “as que estão separadas de ambos os genitores, ou de seu anterior guardião primário legal ou consuetudinário, mas não necessariamente de outros parentes” (CDC, 2005, p. 06).

³ Opta-se pela ênfase a essa terminologia, em contraposição a uma possível “migração infantil” decorrente da tradução literal do inglês *child migration*, não apenas por razões estéticas ou de prevalência no uso comum. Cabe enfatizar que, acima de tudo, trata-se de uma criança que migra, sem deixar de ser criança, e não de um migrante que, de modo acessório, é criança como um *plus* jurídico, respeitando assim a ideia de *children first* prevalente na literatura e documentos institucionais. A terminologia é equivalente, pelas mesmas razões, nas principais línguas neolatinas como o espanhol (*niñez migrante*), francês (*enfance migrante*) e italiano (*infanzia migrante*).

REFERÊNCIAS

- ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Global Trends: forced displacement in 2020**. Genebra: UNHCR, 2021.
- ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BAILLEUL, Corentin; SENOVILLA HERNÁNDEZ, Daniel. **Dans l’interêt supérieur de qui? Enquête sur l’interprétation et l’application de l’article 3 de la Convention International des Droits de l’Enfant dans les mesures prises à l’égard es mineurs isolés étrangers en France**. Poitiers: MIGRINTER, 2016.
- BARTHES, Roland. **Image-Music-Text**. Londres: Fontana, 1977.
- BATES, Robert. Controversy in the Discipline: Area Studies and Comparative Politics. **PS: Political Science and Politics**, v. 30, n. 2, p. 166-169, 1997.
- BHABHA, Jacqueline. Arendt’s Children: Do Today’s Migrant Children Have a Right to Have Rights? **Human Rights Quarterly**, n. 31, p. 410-451, 2009.
- BHABHA, Jacqueline. **Child Migration & Human Rights in a Global Age**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- BHABHA, Jacqueline. **Independent Children, Inconsistent Adults**: International Child Migration and the Legal Framework. Innocenti Discussion Paper IDP 2008-02. Florença: UNICEF Innocenti Research Centre, 2008.
- BHABHA, Jacqueline. Minors or Aliens? Inconsistent State Intervention and Separated Child Asylum-Seekers. **European Journal of Migration and Law**, n. 3, p. 283-314, 2001.
- BRETTELL, Caroline; HOLLIFIELD, James. Introduction. In: _____ (orgs.). **Migration Theory: Talking across Disciplines**. Londres: Routledge, p. 1-43, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CDC - COMITÊ DOS DIREITOS DA CRIANÇA. **General Comment nº 6**: Treatment of Unaccompanied and Separated Children Outside their Country of Origin. 2005. Disponível em: <HYPERLINK “<https://www.refworld.org/docid/42dd174b4.html>”<https://www.refworld.org/docid/42dd174b4.html>>. Acesso em: 20 de out. de 2023.
- CERIANI CERNADAS, Pablo. The human rights of children in the context of international migration. In: VANDENHOLE, Wouter et al. (org.). **Routledge International Handbook of Children’s Rights Studies**. Londres: Routledge, p. 331-356, 2015.

- CERIANI CERNADAS, Pablo; GARCIA, Lilian; GÓMEZ SALAS, Ana. Niñez y adolescencia en el contexto de la migración: principios, avances y desafíos en la protección de sus derechos en América Latina y Caribe. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Movilidad Humana**, v. 22, n. 42, p. 9-28, 2014.
- CHAVEZ, Lilian; MENJIVAR, Cecilia. Children without borders: a mapping of the literature of the unaccompanied migrant children to the United States. **Migraciones Internacionales**, v. 5, n. 3, p. 71-111, 2010.
- CIDH – CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Opinión Consultiva nº 21: derechos e garantías de niñas y niños en el contexto de la migración y/o en necesidad de protección internacional**. 2014. Disponível em: <HYPERLINK “<https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2015/12/OC-21-Completa.pdf>”<https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2015/12/OC-21-Completa.pdf>>. Acesso em: 20 de out. de 2023.
- ESCUADERO, Camila. Breve genealogia dos estudos migratórios. **Anuário Unesco/ Metodista de Comunicação Regional**, v. 25, p. 105-119, 2021.
- GLOCKNER, Valentina. Niñez migrante. In: CEJA, Iréri; ALVAREZ VELASCO, Soledad; BERG, Ulla (orgs.). **Migración**. Buenos Aires: CLACSO, p. 41-48, 2022.
- GRIEB, Kenneth. Area Studies and the Traditional Disciplines. **The History Teacher**, v. 7, n. 2, p. 228-238, 1974.
- HLASS, Laila. Minor Protections: Best Practices for Representing Child Migrants. **New Mexico Law Review**, v. 47, n. 2, p. 247-290, 2017.
- IPPDH – INSTITUTO DE POLITICAS PUBLICAS EN DERECHOS HUMANOS DEL MERCOSUR. **Derechos humanos de la niñez migrante**. 2016. Disponível em: <HYPERLINK “<https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2017/02/Derechos-Humanos-de-la-Ninez-Migrante.pdf>”<https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2017/02/Derechos-Humanos-de-la-Ninez-Migrante.pdf>>. Acesso em: 20 de out. de 2023.
- IPPDH – INSTITUTO DE POLITICAS PUBLICAS EN DERECHOS HUMANOS DEL MERCOSUR. **Protección de niños, niñas y adolescentes en contextos de migración**. 2019. Disponível em: <HYPERLINK “https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2019/06/ManualProteccionNi%C3%B1ezMigrante_web.pdf”https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2019/06/ManualProteccionNi%C3%B1ezMigrante_web.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2023.
- KALVERBOER, Margrite et al. The Best Interests of the Child in Cases of Migration: Assessing and Determining the Best Interests of the Child in Migration Procedures. **International Journal of Children’s Rights**, n. 25, p. 114-139, 2017.

KANICS, Jyothi. The best interests of unaccompanied and separated children: A normative framework based on the Convention on the Rights of the Child. In: SEDMAK, Mateja; SAUER, Birgit; GORNIK, Barbara (org.). **Unaccompanied Children in European Migration and Asylum Practices: In Whose Best Interests?** Londres: Routledge, p. 37-58, 2017.

KATZENSTEIN, Peter. Area Studies, Regional Studies, and International Relations. **Journal of East Asian Studies**, v. 2, n. 1, p. 127-137, 2002.

KLAASSEN, Mark; RODRIGUES, Peter. The Best Interests of the Child in EU Family Reunification Law: A Plea for More Guidance on the Role of Article 24(2) Charter. **European Journal of Migration and Law**, n. 19, p. 191-218, 2017.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. Crianças desacompanhadas na América Latina: reflexões iniciais sobre a situação na América Central. **RIDH - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v.5, n. 1, p. 77-96, jan/jun. 2017.

MIDDELL, Matthias. Are Transnational Studies the Future of Area Studies? In: MIELKE, Katja; HORNIDGE, Anna-Katharina (orgs.). **Area Studies at the Crossroads: Knowledge Production after the Mobility Turn**. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, p. 289-308, 2017.

MORAN, Joe. **Interdisciplinarity**. 2ª ed. Londres: Routledge, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. 1969. Disponível em: <HYPERLINK “https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm”https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

OHCHR – UN OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Principles and Guidelines, supported by practical guidance, on the human rights protection of migrants in vulnerable situations**. 2017. Disponível em: <HYPERLINK “<https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Migration/PrinciplesAndGuidelines.pdf>”<https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Migration/PrinciplesAndGuidelines.pdf>” >. Acesso em: 15.06.2022.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. 1990ª. Disponível em: <HYPERLINK “<https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>”<https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>”>

port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%201988%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. 1990b. Disponível em: <HYPERLINK “https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.1990”https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.1990>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

PAVEZ-SOTO, Iskra. Los significados de “ser niña y niño migrante”: conceptualizaciones desde la infancia peruana en Chile. **Polis – Revista Latinoamericana**, n. 35, p. 1-23, 2013.

POBJOY, Jason. **The Child in International Refugee Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

POLLOCK, Sheldon. Areas, Disciplines, and the Goals of Inquiry. **The Journal of Asian Studies**, v. 75, n. 4, p. 913-928, 2016.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, v. 8, n. 15 p. 208-249, 2006.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 729-750, 2010.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSSA, Lya; MENEZES, Marilda. Entre migrações e refúgio: migrações Sul-Sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: BAENINGER, Rosana et al. (orgs.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: NEPO/Unicamp, p. 383-401, 2018.

SENOVILLA HERNÁNDEZ, Daniel. Menores no acompañados y no protegidos: resultados de una investigación en cuatro Estados europeos. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 21, n. 42, p. 81-96, jan/jun. 2014a.

SENOVILLA HERNANDEZ, Daniel. Analyse d’une catégorie juridique récente : le mineur étranger non accompagné, séparé ou isolé. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v. 30, n. 1, p. 17-34, 2014b.

SENOVILLA HERNÁNDEZ, Daniel. Mineurs étrangers non accompagnés et séparés en Europe : una analyse comparative de l’application de la Convention Internationale des droits de l’enfant dans six pays. **Migrations Société**, v. 22, n.129-130, p. 99-114, 2010.

SHINN, Terry. Regimes de produção e difusão de ciência: rumo a uma organização transversal do conhecimento. **Scientiae Studia**, v. 6, n. 1, p. 11-42, 2008.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 545-554, 2008.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA CRIANÇAS. **Uprooted: the growing crises for refugee and migrant children**. 2016. Disponível em: <HYPERLINK “https://www.unicef.org/media/50011/file/%20Uprooted_growing_crisis_for_refugee_and_migrant_children.pdf”https://www.unicef.org/media/50011/file/%20Uprooted_growing_crisis_for_refugee_and_migrant_children.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

VOLK, Anthony. The Evolution of Childhood. **Journal of the History of Childhood and Youth**, v. 4, n. 3, p. 470-496, 2011.

RESUMO

A interdisciplinaridade é um dos conceitos mais discutidos da epistemologia das ciências sociais, sem que se defina com clareza sua extensão. Por isso, o objetivo do artigo é apresentar alguns questionamentos sobre o conceito e compará-lo ao dos chamados estudos de área (*area studies*). Após isso, passa-se a uma experiência de ver o tema da migração internacional de crianças ou adolescentes, ou infância migrante, como ensejador de um campo próprio, denominado *child migration studies*. Após uma revisão inicial da literatura, conclui-se que essa abordagem interdisciplinar ou pós-disciplinar é recomendável, no que seria um desdobramento dos estudos de migração com grande potencial de crescimento nas próximas décadas.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; estudos de área; child migration studies; migrações internacionais.

From interdisciplinarity to child migration studies: pathways for a social sciences approach to child migration

ABSTRACT

Interdisciplinarity is one of the most discussed concepts in the epistemology of the social sciences, but its extent is not clearly defined. For this reason, the intent of this article is to present some questions about the concept and compare it to the so-called area studies. As a sequence, the article moves on to an experience of seeing the subject of international migration of children, as the originator of a field of its own, called child migration studies. After a comprehensive literature review, the conclusion is that this interdisciplinary or post-disciplinary approach is recommended, in what would be an offshoot of migration studies with great potential for growth in the coming decades.

Keywords: interdisciplinarity; area studies; child migration studies; international migration.

Territorialidades haitianas em Cuiabá/MT: o processo de reterritorialização através do Centro de Pastoral para o Migrante em Mato Grosso

*Danilo Paranhos Batista**

1 INTRODUÇÃO

Em 12 de janeiro de 2010, a República do Haiti sofreu um dos maiores desastres naturais de sua história, um terremoto de magnitude 7,0 na escala Richter que, segundo Coggiola (2010, p. 1), atingiu aproximadamente três milhões de pessoas, sendo registrado cerca de 250 mil mortos.

Todo esse desastre desestabilizou o país, agravando ainda mais a sua economia, produzindo conflitos civis e desencadeando problemas maiores, resultantes de sua conjuntura mundial, na qual figurava como “(...) país mais pobre da América, além de ser marcado pela violência, desigualdade social e instabilidade política, presente desde o início de sua formação” (MORAES; ANDRADE; MATOS, 2013, p. 7).

Deste modo, em busca de melhoria de condições financeiras e, principalmente, de vida, milhares de haitianos se refugiaram em países da América. O Brasil exerceu forte influência no contexto regional devido às ações do Exército brasileiro que constituiu uma ligação muito próxima com os haitianos através da Missão MINUSTAH, das Nações Unidas, para a estabilização no Haiti, pela sua perspectiva econômica e na organização de dois grandes eventos mundiais, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Este fluxo migratório para o Brasil foi observado na fronteira do estado do Acre com o Peru, fronteira esta que se tornou a principal rota de entrada dos haitianos no território brasileiro. Para tanto, toda essa diáspora haitiana foi penosa devido às ações de agenciados que extorquiam e os privavam

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Docente em Geografia da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. E-mail: paranhosbatista@gmail.com.

de liberdade durante o processo de trânsito entre o Peru e o Brasil. Ao chegarem em Brasiléia (município do estado do Acre), e após conseguirem os documentos essenciais para adentrar em território brasileiro, seguiam viagem para os grandes centros do país.

A cidade de Cuiabá, passou a exercer forte influência neste período, por ser uma das subsedes da Copa do Mundo de 2014, recebendo muitos haitianos devido à oferta de trabalho nas obras urbanas para o evento mundial. Desta forma, iremos observar o processo de formação de territórios haitianos no espaço cuiabano, onde a sua reterritorialização refletiu formas, assumiu funções e apresentou conteúdos; logo, essa dinâmica influencia e é influenciada pelas relações humanas.

Passados oito anos desde o terremoto que assolou o Haiti e quatro anos após a Copa do Mundo de 2014, o Centro de Pastoral para o Migrante ainda é a principal instituição responsável pelo atendimento aos haitianos, não somente assumindo o papel de acolher o refugiado, mas de desenvolver serviços sociais para o migrante já reterritorializado no espaço urbano de Cuiabá.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O objetivo geral deste estudo é analisar o processo de acolhimento e atendimento dos imigrantes haitianos no Centro de Pastoral para o Migrante, em Cuiabá, Mato Grosso. Para isso, serão realizados os seguintes objetivos específicos: analisar as formas de atendimento ao imigrante haitiano, identificando os serviços oferecidos e as demandas atendidas; examinar quantitativamente o processo de atendimento no Centro de Pastoral para o Migrante, por meio da coleta de dados sobre o número de atendimentos realizados, as nacionalidades dos atendidos, os serviços mais procurados e outros indicadores; identificar as necessidades e as possibilidades oferecidas aos haitianos em relação a assistência, considerando as condições de vida, as expectativas e os objetivos dos migrantes; ilustrar as percepções dos haitianos sobre a cidade de Cuiabá, a partir de entrevistas e grupos focais.

O presente trabalho nasceu da necessidade de compreender como ocorreu o processo de reterritorialização dos imigrantes haitianos em Cuiabá. Analisou-se as formas e as ações desenvolvidas pelo Centro de Pastoral para o Migrante como mediador e de apoio, no processo de adaptação a um novo território, a fim de compreender a falta ou ineficiência de assistência do estado de Mato Grosso e da prefeitura municipal de Cuiabá.

Realizou-se um estudo exploratório que, segundo Monzato e Santos (2012, p. 12), “tem por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e descobrir novas ideias.” Esta pesquisa é de natureza

aplicada e sua abordagem é qualitativa, “pois considera a participação dos sujeitos como um dos elementos fundamentais na relação com o mundo real.” (NEVES, 1996, p. 2). Em algumas etapas da pesquisa, também abordamos técnicas quantitativas. Gil (2002, p. 5) afirma que as abordagens qualitativa e quantitativa “fornecem uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, visto que focam fenômenos complexos e/ou fenômenos únicos.”

Os sujeitos da pesquisa são os haitianos, membros da Associação em Defesa dos Migrantes Haitianos em Mato Grosso (ADMH/MT), e responsáveis/gestores do Centro Pastoral para Migrantes em Cuiabá. A abrangência desse estudo concentrou-se na cidade de Cuiabá. Foram entrevistados 20 haitianos e a Coordenadora do Centro de Pastoral para o Migrante.

3 TERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO: OS DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO

Todo ser humano precisa ter um sentido na vida, ter um espaço físico para se relacionar, “seja ele como fonte de rendimento, seja como sentimento de pertencimento e/ou segurança (OLIVEIRA, 2011, p. 11). É impróprio pensar no ser humano sem um espaço, ou seja, a existência humana está relacionada à sua produção espacial, estando sempre em movimento, territorializando-se e/ou reterritorializando-se, pois “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos” (HAESBAERT, 2004, p. 138).

É natural do ser humano se territorializar, movimentar-se pelo espaço criando, abandonando e recriando novos territórios, a fim de satisfazer as suas necessidades e produzir um sentido à vida no espaço geográfico. Assim, o território se resume a uma necessidade humana. Territorializar-se é identificar-se com as particularidades nele constituídas, é entender que aquele espaço possui outros atores que expressam algo em comum, trazendo realização e significado, ou seja, “é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 5).

O processo de se reterritorializar, em alguns casos, é penoso. Esta ação envolve muitas mudanças, pois altera ou transforma a identidade de quem se insere no espaço ou traz prejuízo ao sentimento da pessoa quando por alguma ação/tragédia se vê obrigada a abandonar o seu território e se reterritorializar em outro espaço, promovendo a ruptura do elo de ligação homem-território, resultando em “riscos’, tornando-a, assim, numa relação vulnerável e susceptível, pondo em causa a topofilia, o sentimento afetivo que une o homem ao seu território” (OLIVEIRA, 2011, p. 11).

Quando quebramos o elo com o(s) nosso(s) território(s), seja qual for o motivo, é natural a busca por nos reterritorializarmos. Para Haesbaert, “nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois” (HAESBAERT, 2004, p. 131), pois este processo, em muitos casos, é derivado por feitos que causam danos a uma sociedade, que envolvem comportamentos e que desestabilizam a vida das pessoas. Este ato não pode ser realizado individualmente, sempre há um meio motivador, sempre irá começar por alguém e que influenciará os demais.

Reterritorializar-se é saciar um sentimento que desponta pelo desejo de se realizar, de ser feliz. Não é compreensível nos desterritorializarmos para sermos infelizes em outro território. Desta forma, buscamos sempre uma melhoria de vida. No entanto, para alcançarmos este resultado, é necessário, em muitos casos, passar por situações penosas, uma vez que o ato de se mudar para um novo espaço, uma nova territorialidade, não significa “” dizer que iremos nos adaptar facilmente.

Criar vínculo com o novo território “poderá ser mais ou menos moroso, tudo dependerá da capacidade de resiliência do indivíduo e também da sua vulnerabilidade.” (OLIVEIRA, 2011, p. 43). Todo processo dependerá de como o sujeito irá se adaptar a uma nova identidade. O idioma, por exemplo, é um fator implicador para criar laços em um novo espaço.

As diferenças socioeconômicas entre o território de origem e o de chegada poderão deixar o indivíduo vulnerável, dificultando a criação de laços com o novo espaço de vida. Isso porque elas terminam “confinadas a uma qualidade de vida muito precária” (OLIVEIRA, 2011, p. 43), sendo expressas em algumas áreas da sociedade, como a moradia, o mercado de trabalho e as sociabilidades. Haesbaert ainda contribui dizendo:

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial. (HAESBAERT, 2004, p. 372)

Certamente, com o capital definindo as relações internacionais, os processos de diásporas, ou melhor, de fluxos de território-rede, torna-se comum em relação às populações de países subdesenvolvidos, onde a des-territorialização é produzida em um ritmo muito dinâmico e comum, movidos principalmente pela oferta de mão de obra e acesso a serviços indisponíveis ou precariamente oferecidos aos sujeitos. Esta dinamicidade de fluxos de territórios-rede produz uma pluralidade de territórios no espaço, ou melhor, territórios cíclicos a qual a fronteira e o tempo perdem a acepção.

O mercado de trabalho é um dos principais elementos que assegura e auxilia na produção territorial. Chegar a um novo território requer uma assistência, em muitos casos, o indivíduo se reterritorializa com poucas condições de viver/sobreviver, o emprego é a ferramenta que contribui para amenizar as perdas e criar vínculos com o novo território, pois as sociabilidades e a moradia resultam da inserção do indivíduo no trabalho, inegavelmente esta é a realidade, pois como foi dito, o capital define rumos das relações internacionais.

4 O CENTRO DE PASTORAL PARA O MIGRANTE (CPM): UM ESPAÇO DE ACOLHIDA E ORIENTAÇÃO PARA OS HAITIANOS EM CUIABÁ

Localizado na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 2785, no Bairro Carumbé, Zona Norte de Cuiabá, o Centro de Pastoral para o Migrante (Foto 1) é uma fração importante do processo de produção das territorialidades haitianas na capital mato-grossense. O CPM é uma entidade de apoio ao migrante em trânsito por Cuiabá, regida pela Igreja Católica Apostólica Romana. Segundo a coordenadora do CPM, Eliana Aparecida Vitaliano, o CPM está ligado à Congregação dos Missionários Scalabrinianos e à Arquidiocese de Cuiabá-MT.

O COM foi fundado em 17 de agosto de 1980, com o objetivo inicial de atender ex-trabalhadores, em condição de escravidão, resgatados em situação de vulnerabilidade social. O CPM oferecia moradia através dos alojamentos, alimentação, amparo judicial, auxílio em passagens para que o atendido pudesse retornar para sua família ou ao seu lugar de origem. De acordo com *Vitaliano*, “a casa do migrante é assim, uma casa de abrigo né, uma casa abrigo, então a função primeira dela é acolher, é dar refeição, o espaço pra pessoa descansar repor as energias e seguir viagem.” [sic] (Informação verbal). Em outro momento a coordenadora do CPM caracteriza a estrutura para o atendimento dos egressos de trabalho escravo, conforme citado a seguir:

(...) e do lado direito, lá nos temos três quartos com capacidade pra trinta pessoas, dois quartos agora grandes e um banheiro também né, grande, que é pra onde os egressos do trabalho escravo, quando tem algum encaminhamento, eles ficam aqui também, aqui é casa só de passagem, pessoa vinha recuperava sua energia. [sic] (Informação verbal) Eliana Aparecida Vitaliano.

Foto 1 - Centro de Pastoral para o Migrante (CPM), Cuiabá (2022).



Fonte: Danilo Paranhos Batista

No entanto, desde o início das atividades, esta instituição passou a atender não somente ao público supracitado, mas principalmente viajantes de outros estados brasileiros e do interior do Estado de Mato Grosso em busca de emprego ou tratamento médico. Assim, com o passar dos anos, o “público foi se diversificando, e nos últimos anos tem também atendido, em sua maioria, imigrantes vindos de diferentes países e continentes.” (MAZETTO et. al., 2017, p. 2).

Atualmente, o público atendido, que tem se sobressaído em números, são os haitianos, tendo seus primórdios ao final de 2012, quando um grande fluxo chegou a Cuiabá em busca de emprego, estimulado pela oferta de trabalho nas obras da Copa do Mundo de 2014 e pela construção civil que foi intensificada devido a este evento mundial. O CPM é, segundo Eliana Aparecida Vitaliano, a única instituição que atende aos haitianos recém-chegados à Cuiabá, “[...] quando os haitianos chegaram, finalzinho de 2012, aí eles já vinham com a intenção de permanecer no município. A gente recebia e recebe até hoje, porque somos aqui em Cuiabá a única instituição de realização desta função.” [sic] (Informação verbal).

Corroborando com a informação, são observados na Tabela 1, o número de atendimentos pelo CPM aos imigrantes providos de outros países (considerando como primeiro atendimento), entre o período de 2013 a 2019, sendo possível analisar o fluxo de haitianos que chegaram à instituição e refletir com base no depoimento da coordenadora do CPM e dos haitianos. De acordo com estas indicações, iniciaremos, através da Tabela 1, apresentando as primeiras referências:

Tabela 1 – Naturalidade dos imigrantes atendidos pelo CPM entre 2013 e 2019.

| Países | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-----------------|------|------|------|------|------|------|------|
| Equador | 3 | | 1 | 1 | 4 | 1 | 2 |
| Alemanha | | | 3 | | | | |
| África do Sul | 1 | 8 | 4 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| Camarões | | | | | 1 | 1 | |
| Cuba | | 2 | | 9 | 13 | 20 | 5 |
| Chile | | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 |
| Argentina | 1 | | 3 | | | | |
| Guiana Francesa | | | | | 1 | | |
| Haiti | 1410 | 730 | 843 | 394 | 401 | 377 | 240 |
| Rep. Dominicana | | 6 | | | | | 2 |
| Portugal | 1 | | | | | | |
| Bolívia | 2 | 4 | 9 | | 2 | 3 | 2 |
| Peru | 2 | | 1 | 1 | | | 1 |
| Suíça | | | 1 | | | | |
| Suriname | | | | | 1 | | |
| Holanda | 1 | | | | | | |
| Colômbia | 26 | 4 | 1 | 3 | 1 | 3 | |
| Venezuela | | | | 10 | 6 | 31 | 23 |
| TOTAL | 1447 | 755 | 867 | 423 | 432 | 439 | 278 |

Fonte: CPM (2019).

A Tabela 1 mostra que 2013 foi o início do maior fluxo de haitianos, ou seja, ano em que se verificou o primeiro atendimento de imigrantes que chegavam da Ilha Caribenha a Cuiabá em busca de emprego e acolhimento transitório.

Em sua maioria os imigrantes haitianos não possuíam contato com nenhum outro morador da cidade mato-grossense. Chegavam ao *Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá*, em Cuiabá, e ao pedirem informações, eram orientados pelos funcionários a conduzir-se ao CPM, o que observamos por meio dos relatos a seguir:

Quando cheguei Cuiabá perguntei, perguntei na rodoviária e me mandou para a dona Eliana. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

Fui bora de Porto Velho, me falaram que tinha um lugar que recebia quem chegava na Cuiabá. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

A coordenadora do CPM, Eliana Aparecida Vitaliano, exemplifica o processo de acolhimento do imigrante, no qual a instituição atendia por um período máximo de sete dias, de acordo com o regimento do Centro de Pastoral, sendo um único atendimento, não podendo ser repetido para a mesma pessoa novamente. Contudo, devido às novas dinâmicas de públicos, o CPM teve que fazer alterações no seu quadro de atendimento, conforme descrito pela coordenadora a seguir:

hoje a média de atendimento é então quanto tempo ela fica, em média de atendimento aqui na casa ela ainda permanece em cinquenta pessoas dia né, 40 e 50 pessoas, já chegamos a atender 180 pessoas por dia, o tempo de permanência era menos, pra pessoa recuperar as energias é com 7 ou 8 dias pra ele tá deixando a instituição né, agora não, agora a gente dá um prazo de 45 dias né, e aí conforme as necessidades a gente vai ajudando, então, a gente vai conversando e tentando ver qual que é a situação da pessoa, por que que não tá conseguindo emprego? Se tá procurando ou não né. Hoje, na casa nós temos 38 pessoas, e tem gente que tá aqui desde o mês de dezembro, tem alguns aqui né, mas a gente vai conversando com eles, tem que se organizar, tem que deixar a casa porque outros estão chegando né? Depois que eles deixam a casa, eles não podem mais voltar, a gente até explica pra eles que a casa do migrante atende uma vez, atende bem pra atender uma vez, más é claro, se chegar um haitiano pela segunda vez, ou terceira vez, que tem a necessidade né, ou não sabia que não podia voltar, a gente tenta deixar essa pessoa

permanecer um pouquinho, mas um tempo menor, ela tem que ser mais rápida e mais ágil, a gente sempre fala para os haitianos, tem gente vem pra cá né, em 2013, 2014 né, já teve 2015, 2016 e 2017 e 2018 e 2019, teve três anos já de Brasil, então com três já deu tempo pra se estabilizar. [sic], (Informação verbal)

Ainda de acordo com a Tabela 1, no ano de 2014, notamos uma redução significativa nos atendimentos no CPM, no entanto, é importante destacar que essa diminuição não indica um fluxo migratório entre o Haiti e o Brasil, em particular, para Cuiabá. Durante este período, muitos imigrantes haitianos que chegavam à capital mato-grossense já tinham um contato, um destino, um amigo, parente ou conhecido que os esperava para fornecer abrigo/moradia. Dessa forma, muitos imigrantes não solicitaram atendimento do Centro de Pastoral para o Migrante para acolhimento, mas, sim, solicitaram atendimento para emitir documentos oficiais, como a Carteira de Trabalho e orientações trabalhistas e sociais.

De acordo com a coordenadora do Centro de Pastoral, era esperado que o número de haitianos diminuísse a partir de 2015, uma vez que os que eram atendidos pelo CPM, ao conseguirem emprego, deixavam a instituição, pois passavam a ter condições financeiras para alugar uma residência ou uma quitinete. Eliana Aparecida Vitaliano ainda acrescentou afirmando:

(...) continuam chegando haitianos, mas em número menor, alguns ainda chegam e ainda precisam da casa pra dormir, que não têm parente e não têm ninguém, mas muitos já chegam com endereço certo pra casa de amigos e familiares, e até no interior do estado, passam em Cuiabá pra fazer seus documentos, depois seguem pra cidade no interior ou ficam mesmo em Cuiabá, ou então já chegam em Cuiabá e já ficam na casa de parente e vêm aqui só pra gente auxiliar e organizar a questão de documentação, não são todos que precisam de ficar na casa, casa do migrante é para o migrante que precisa, que necessita né. [sic] (Informação verbal).

De acordo com a análise dos dados do Centro de Pastoral para o Migrante, os acolhimentos tendem a diminuir, uma vez que a população haitiana em Cuiabá está estabilizada, ou seja, muitos já têm uma moradia, um emprego e um meio de se manter financeiramente para tentar superar o quadro social de vulnerabilidade social. O desejo de muitos, agora, não é mais voltar para seu país de origem e, sim, buscar seus familiares que ficaram no Haiti.

Hoje não penso na volta para Haiti, gosto de Bresil, aqui mesmo com dificuldade, sou feliz, quero buscar minha esposa e meu filho. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal)

A gente espera a vida melhorar mais um pouco pra vim o meu irmão, aqui já tem onde ele morar, vai morar aqui. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal)

Atualmente, o CPM tem assumido uma nova função, que vai além do fornecimento de abrigos para recompor as energias, mas também desempenha o papel de fornecer orientações e criar serviços sociais para auxiliar os haitianos a se adaptarem a um novo território e a começarem a viver em Cuiabá.

A partir do ano de 2017, segundo a Tabela 1, a média de atendimentos aos imigrantes haitianos caiu quase pela metade. Dessa forma, é possível notar o retorno de haitianos que já moram em Cuiabá, ou seja, que retornam à capital mato-grossense por sentirem uma certa “simpatia” pela cidade. Vitaliano complementa com a afirmação:

Ainda hoje, podemos observar que muitos haitianos que chegam em Cuiabá, não vêm de outras Regiões do Brasil, mas do Haiti. Tem alguns casos que são assim, esses que falei de retorno que são pessoas que já tiveram em São Paulo, que já tiveram em Santa Catarina e tal, não deu certo a questão de trabalho e voltam porque a princípio tinha ficado em Cuiabá e tem simpatia por Cuiabá, ou tem um grupo de haitianos que pode auxiliar, tem mais confiança no município, mas a maioria que tá chegando, que chega é do Haiti. Eu atendo todo dia pra regularizar documentação em torno de 3 e 4 pessoas todo dia chegando é, hoje mesmo, nós recebemos um pra cá. [sic] (Informação verbal).

Segundo dados e informações da Associação em Defesa dos Migrantes Haitianos em Mato Grosso (ADMH/MT), atualmente, em Cuiabá, moram cerca de 3000 haitianos. Alguns entrevistados, ao serem questionados sobre o que pensam da capital mato-grossense, responderam:

Cuiabá é uma cidade tranquila, parece com a minha cidade no Haiti, Cabo Haitiano. Gente de Cuiabá hospitaleiro. Eu estou feliz por morar em Cuiabá e gosto. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

Para mim, Cuiabá é o melhor lugar para morar. Cuiabá não tem muito crime, mas em Cuiabá sempre tem pessoas nas ruas todas as horas. Cuiabá é muito linda. A noite cuiabana é muito brilhante com as luzes. Os brasileiros sempre falam assim “os haitianos somos iguais” em Cuiabá os haitianos são bem tratados. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

Cuiabá do meu coração! Aqui é quente igual meu país, você é quente igual. Eu sinto confortável aqui porque eu me sinto tá em casa, O povo é muito gentil. Povo de Cuiabá recebe bem os estrangeiros. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

Para mim, Cuiabá é melhor que as cidades. Aqui não tem frio e tem escola para imigrantes. Cuiabá é uma cidade muito tranquila e eu prefiro Cuiabá do que as outras cidades. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

Tem muito calor aqui, muito sol, tem muita alegria também. Há muito estrangeiro de diferentes nações: haitianos, africanos. Todos são bem tratados nessa terra. Brasil abriu a porta de oportunidade para quem quer conseguir trabalho. Tem curso gratuito para aprender e preparar futuro e para fazer um curso profissionalizante. Para mim, é bem maravilhoso, bem estruturado. Cuiabá, estou vivendo aqui. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

Para mim, eu acho Cuiabá é muito bom, porque não tem muita violência, para mim Cuiabá é muito tranquilo, não acho discriminação de pessoas, tem muito trabalho, muita comida, muita menina bonita, muito calor, muita carne bovina. Tem escola para estudar. Eu sinto muito bem aqui porque aqui tem muita gente boa, e pela graça de Deus eu não acho nada de problema. Eu gosto muito Cuiabá porque sinto um prazer para morar sem dificuldade, mais aqui eu tenho muito amigo na escola, na igreja, no trabalho. Aqui sempre me ajudou todos. [sic] (haitiano/a entrevistado), (Informação verbal).

De acordo com os relatos, é possível constatar que há uma “simpatia” por Cuiabá e que a cidade pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos imigrantes, sendo considerada um local acolhedor, amigável e hospitaleiro.

Uma característica apresentada pelos haitianos para definir Cuiabá é o clima quente, que se assemelha ao clima de seu país. No último relato, nos chama a atenção o depoimento que afirma que a capital mato-grossense “não tem muita violência” [sic] (Informação verbal) haitiano/a entrevistado, neste caso evidenciado em comparação com o Haiti.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Morar próximo ao Centro de Pastoral para o Migrante se tornou para a comunidade haitiana uma ação primordial devido a exiguidade de assistência do Poder Público. Deste modo, ter o CPM próximo à sua moradia, ou de fácil acesso, permitia que, ao necessitarem de assistência, poderiam recorrer a essa instituição, como observamos nos relatos da coordenadora da instituição destacando casos do retorno de haitianos ao CPM.

O temor de morar longe desta instituição, a dificuldade com o idioma brasileiro e, principalmente, a condição de vulnerável social, privaram muitos haitianos de escolherem um lugar mais adequado para viver, onde passaram a “representar uma forma peculiar de segregação” (SPOSITO, 2013, p. 68), isto é, viver longe do CPM se tornou penoso, pois a instituição exercia um poder de acolhimento, independente do abrigo, mas de buscar suprir as necessidades dos que carecem, condicionando-os a se segregarem em bairros com estruturas deficitárias, se posicionando como dependentes de amparo, condições sociais, econômicas e políticas que os impuseram uma segregação espacial.

Não há uma dimensão sobre o que realmente ocorreu no processo de reterritorialização haitiana no Brasil, ou seja, vivenciar esta realidade é completamente diferente do que as ouvir através de depoimentos em entrevistas, pois os haitianos vieram em um momento de extremo sofrimento e vulnerabilidade social, com a finalidade de buscar melhoria de vida para si e seus familiares que ficaram que no Haiti.

É através desta persistência que podemos refletir sobre o sentido das Territorialidades Haitianas em Cuiabá, onde a necessidade de adquirir direitos e igualdade na sociedade impele um desejo de unidade a fim de buscar os direitos, adquirir acesso à educação, saúde e melhoria de vida, ainda, lutar contra a xenofobia e a segregação socioespacial.

Imigrar para um novo país é árduo, principalmente quando as relações culturais são diferentes, e o que mais dificulta é a ação que promoveu esta imigração. Certamente, na maioria dos casos, o processo de imigração não ocorreu por vontade própria do indivíduo, mas devido a ações que forçaram a sua desterritorialização.

Atualmente, diminuiu-se o número de haitianos imigrando para o Brasil. Observamos que aqueles que já residem neste território buscam seus familiares para vir morar aqui, no entanto, o processo imigratório está mais justo, pois a maioria ao adentrar em território brasileiro já o faz portando o visto de entrada e a rota utilizada nos primórdios, após o terremoto de 2010, não é mais utilizada.

REFERÊNCIAS

- COGGIOLA, O. Haiti: terremoto, colonização e resistência. **O Olho da História**, n. 14, Salvador (BA), junho de 2010.
- GIL, A. C.; **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, R.; **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B.; A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP**, v. 17, 2012.. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf> Acesso em: 02 de ago. de 2023.
- MAZETTO, T.; PELLIZARI, K.; MAZARO, R. E.; Um relato de experiência no CPM de Cuiabá-MT: Aspectos básicos de gestão. In: VI Seminário Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade. 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]** Anais do VI SINGEP – São Paulo – SP – Brasil – 13 e 14/11/2017. Disponível em: <<https://singep.org.br/6singep/resultado/365.pdf>>. Acesso em: jun. 2023.
- MORAES, I. A.; ANDRADE, C. A. A.; MATOS, B. R.. B.; A imigração haitiana para o Brasil: Causas e desafios. **Conjuntura Austral**. v. 4, n. 20, Out./Nov. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>>. Acesso em out. 2022.
- NEVES, J. L.; Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v.1, Nº 3, 2º SEM./1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em ago. 2022.
- OLIVEIRA, A. M. C. V. dos S. **Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: o caso da Aldeia da Luz**. 2011. 171 f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. Disponível em: <<https://>>

estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/19136/1/Processos%20de%20Desterritorializa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Filia%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Lugar%20-%20o%20ca.pdf>. Acesso em 2022.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente; São Paulo: Difel, Brasil. 1980.

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Brasil. O artigo analisa o processo de reterritorialização dos haitianos em Cuiabá, a partir da atuação do Centro de Pastoral para o Migrante (CPM). Tem como objetivo compreender como o CPM contribuiu para a reterritorialização dos haitianos em Cuiabá. Como procedimentos metodológicos, a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com haitianos, a coordenadora do CPM e a assistente social da instituição. Os resultados mostram que o CPM foi fundamental para a reterritorialização dos haitianos em Cuiabá, fornecendo abrigo, assistência social e orientação aos recém-chegados. O CPM também contribuiu para a formação de redes de solidariedade entre os haitianos, o que facilitou sua integração na cidade. O CPM desempenhou um papel importante no processo de reterritorialização dos haitianos em Cuiabá, contribuindo para a sua integração social e econômica. No entanto, a segregação espacial dos haitianos em bairros com estruturas deficitárias os manteve em uma condição de vulnerabilidade social. As redes de solidariedade entre os haitianos foram importantes para a sua integração na cidade, mas o Estado deve promover políticas públicas que garantam os direitos e a igualdade dos haitianos.

Palavras-chave: Imigrantes; haitianos; Centro de Pastoral para o Migrante; Cuiabá.

ABSTRACT

Abstract: This study was conducted with the support of the State University of Mato Grosso (UNEMAT) in Brazil. The article analyzes the process of reterritorialization of Haitians in Cuiabá, based on the work of the Center for Pastoral Care for Migrants (CPM). The goal is to understand how the CPM contributed to the reterritorialization of Haitians in Cuiabá. The research was conducted through interviews with Haitians, the CPM coordinator, and a social worker at the institution. The results of the research show that the CPM was essential for the reterritorialization of Haitians in Cuiabá, providing shelter, social assistance, and guidance to newcomers. The CPM also contributed to the formation of solidarity networks among Haitians, which facilitated their integration into the city. The CPM played an important role in the process of reterritorialization of Haitians in Cuiabá, contributing to their social and economic integration. However, the spatial segregation of Haitians in neighborhoods with deficient structures conditioned them to a condition of social vulnerability. The solidarity networks among Haitians were important for their integration into the city, but the state should promote public policies that guarantee the rights and equality of Haitians.

Keywords: Immigrants; Haitians; Center for Pastoral Care for Migrants; Cuiabá.

Não há céu onde voam os aviões?

Paulo Mortari

Dedicado a um migrante caaguaceño (e sua família)

Houve um tempo em que Javier escutava os aviões lá fora mais alto do que o barulho das máquinas de costura dentro da oficina. Quando deixou de notar o som de pousos e decolagens do Aeroporto de Guarulhos, a poucos quilômetros de distância, cortou para si próprio um pedacinho de tecido no formato de um sete-três-sete e escreveu nele tudo o que sonhava realizar em sua vida, incluindo “voar” (nem que só fosse em sentido literal). Por um mês o aviãozinho ficou estacionado sob um dos pezinhos da máquina de costura que mais operava – uma galoneira –, de modo a estar sempre a pleno alcance da vista. Depois teve que mudar isso.

Às cinco e meia da manhã, recém-saído da cama instalada em um dos cômodos do sobrado em que funcionava a oficina, trocava de roupa, vestia as meias e, antes de calçar os tênis, dobrava o aviãozinho de tecido e o pousava em uma das palmilhas no interior do calçado. Deveria sentir seu pé comprimindo-o ao pisar no irredutível chão, pois disso dependia conseguir encarar a longa jornada laboral que se seguiria. Voltava a tirá-lo do tênis no silêncio próximo das dez da noite, já sentado novamente na cama, acomodando-o, dessa vez, na palma cerrada da mão direita. Deitava-se, virava o corpo de lado com o simulacrinho de avião e seu conteúdo junto ao coração e impunha a mão irredutivelmente cerrada contra o colchão – bem mais maleável este que o chão. Disso dependia o sono. Nenhum descuido com a firmeza da agarra era permitido; do contrário, o ar da oficina, ainda que estático, claustrofóbico, certamente levaria para longe o aviãozinho.

Sempre de asas no pé, passava o dia todo sentado. Nesse aspecto, sua rotina de trabalho era muito diferente daquela que conhecera ainda na infância no Paraguai, em uma pequena fazenda no oriente do país. Quando os raios mais matutinos de sol faziam cintilar as águas desapressadas do *arroyo* que margeava a propriedade, Javier já estava de pé, cuidando dos cultivos do pai. O principal deles era o de algodão, que recebera um substancial investimento como reação otimista ao advento das sementes transgênicas na região. Em alguns anos se avizinhou um latifúndio. Tudo o que se via no lado dele da cerca eram fileiras e mais fileiras de uma só planta, uma imensidão

totalmente monótona em cor, cheiro e forma. Bicho? Raridade, e só de rápida passagem. Gente? Pouquíssima. Quando talaram as árvores mais altas do bosque para ceder área à plantação, sentiu-se como se o céu tivesse perdido sustentação e despencado com sol e tudo sobre as cabeças, de tão quente que a vida imediatamente se tornara. A copa dos poucos arbustos que restaram de nada servia para dar alívio; as motosserras pouparam seus galhos e troncos, mas parecem ter-lhes talado as sombras. Não à toa alguém veio com o apelido de “inferno verde”. No céu daquele inferno, assim como em Guarulhos, também voavam aviões. Menores e incomparavelmente menos habituais, é verdade, mas, por outro lado, bem menos possíveis de não serem notados. Voavam baixo, ademais, o que reforçava a hipótese de que o céu, de fato, despencara. Quando escutavam um desses aviõezinhos levantar voo, Javier e a família toda corriam aflitos para dentro de casa, sabendo que no rastro daquele pássaro estridente e desalmado viria o “banho do diabo”. E se o próprio diabo nessa hora desse um sopro, o banho, a exemplo dos raios ardentes do sol, cobriria o algodão, as águas do *arroyo*, gente, tudo. O esforço de buscar refúgio não evitava que toda vez fortes dores de cabeça, irritação nos olhos e náuseas os acometessem. Os sintomas poderiam se estender por dias; ainda assim, por mais insuportáveis que fossem, eram preferíveis aos efeitos mais silenciosos. Quando estes deixaram de sê-lo no corpo do pai de Javier, o médico do povoado mais próximo, com baixos riscos de equívoco, atribuiu ao “banho do diabo” a parcela decisiva de culpa pelo debilitado estado de saúde daquele homem. O adoecimento, no ocaso de um ano com temperaturas máximas sem precedentes, finalmente o convenceria a aceitar a incansável e implacável oferta do insaciável vizinho latifundiário por suas terras. Vendeu-as por preço bom o suficiente para comprar uma casinha na cidade de Caaguazú, mas não tanto para encaminhar o futuro dos filhos (e o seu próprio) nessa nova dura vida no infértil solo urbano.

Javier migrou a Guarulhos naquele mesmo verão para manter a si mesmo e o pai, e a mãe, e os irmãos. Jamais poderia ter previsto que suas mãos calejadas de empunhar enxada na infância e adolescência terminariam tirando sustento de coisas tão suaves como tecidos para roupas. Já no segundo dia na nova cidade de morada estava trabalhando no ofício. Inúteis se veriam os calos que a vida lhe dera, até porque esses calos não calavam as moléstias que silenciosamente se acomodavam por dentro, entre as falanges. Centenas de vezes em uma jornada nunca com menos de doze horas – já descontado o tempo das refeições e do banho – fazia o mesmíssimo movimento, com mão esquerda espalmada sobre um tecido e os dedos indicador e médio com mais firmeza que os demais deslizando-o ao encontro da agulha da máquina de

costura. Até quando, anos depois, passou a guardar um aviãozinho na sola do pé a rotina se repetia. Não se podia supor a quantidade de vezes que a agulha em doze, treze, catorze horas golpeava tecidos diante de seu nariz. Em cada golpe, desprendiam-se e ganhavam o ar estático fibras coloridas bem miudinhas. Mais do que qualquer um dos maiores estilistas do mundo, Javier *respirava* moda. Inspirava como se o sopro do diabo lhe viesse adentro, e em seus pulmões, tão longe de casa, o algodão reencontrava o glifosato. No que expirava, nem algodão nem glifosato saía, e assim perdia para o ar estático mais um pedacinho de vazio dos dois. Desde tenra idade lhe usurpavam pouco a pouco esse vazio sem peso. No dia em que se deu conta disso, tirou um dos tênis no meio do serviço, pegou o aviãozinho de tecido surrado da palmilha, desdobrou suas asas e acrescentou à caneta: “voltar a ter o peito leve” (nem que só fosse metafóricamente). Dobrou novamente o aviãozinho e pisou nele por dentro do tênis para continuar trabalhando.

Mais tarde, na cama, depois de ter repetido movimentos manuais o suficiente para deixar pronta uma centena de camisetas, tirou de dentro de um pé de calçado o aviãozinho e o acomodou na mão cerrada junto ao peito para poder dormir. Quando caiu no sono, sonhou que ia vestindo cada uma dessas cento e tantas camisetas costuradas no dia, uma por cima da outra, e logo outra, e outra, e mais outra, repetidamente. Toda noite, religiosamente, era assim: cada peça de roupa que passava igualzinho à anterior e à seguinte pela agulha de sua máquina desde o instante em que chegavam à oficina os raios mais matutinos de sol (que ele não via) reaparecia no inconsciente de Javier durante as horas de repouso, sobreposta em seu corpo por outra peça, e outra, e depois, outra.

Após despertar de um desses sonhos num domingo, resolveu aproveitar a folga para fazer compras no brechó de sua prima, em um bairro que, apesar de próximo, se localizava já nos limites de São Paulo. Em um dos baciões de roupas montados na calçada, reconheceu, por acaso, uma calça que, menos de um ano atrás, fora produzida em sua oficina. Eram inconfundíveis o verde-pasto do tecido, o formato dos bolsos traseiros em “u”, com três linhas cosidas se cruzando ao centro, e os detalhes do acabamento da barra em galoneira. Lembrou-se direitinho do quanto lhes valeu a peça quando veio a suas mãos para ganhar costura. Por dez, doze vezes mais teria sido vendida ao sair de seu alcance, no *shopping center* para onde a levaram depois de pronta. No momento em que as mãos de Javier voltaram a tocá-la naquele brechó, desemaranhando-a de outras roupas jogadas no bacião, a calça valia de novo dez, doze vezes menos. Pensou se isso não dizia algo sobre si mesmo. Chegou a olhar instintivamente para suas mãos, buscando encontrar nelas

alguma explicação, quiçá as digitais daquele que lhe encheu com sopros os pulmões de glifosato lá no Paraguai. Por óbvio, não achou nada. Antes de ir embora da loja, deixou um punhado de moedas sobre o balcão de vendas. Na caminhada de regresso à casa ocupavam sua cabeça o valor da peça no *shopping* e as contas de quantas roupas teria que costurar para poder não andar pelado caso não tivesse acesso aos despojos de seu próprio trabalho. De qualquer forma, a calça que comprara vestiria no sonho de logo mais e só.

Na segunda-feira a rotina era outra vez retomada. Punha o aviãozinho no pé às cinco e meia da manhã e retirava-o de lá perto das dez da noite. No meio-tempo, os dedos da mão esquerda – o indicador e o médio com mais firmeza – deslizavam tecidos contra a agulha da máquina, deslizavam tecidos contra a agulha, deslizavam tecidos, deslizavam, deslizavam, deslizavam... E era assim na terça, na quarta, na quinta... e também em uma semana, e na outra, e na outra... e em um mês, e no outro, e no outro... e em um ano, e no outro, e no outro. Até que, voltando a ser uma segunda-feira, a repetição parou. Faltavam duas horas para a meia-noite. Fazia um frio inconcebível para um verão. De pé ao lado da porta de entrada do sobrado aberta, Javier começou a se desnudar. Tirou toda a roupa que vestia, amontoando do seu lado uma pilha de milhares e milhares de peças. E saiu caminhando sem rumo na noite. Vagar bem que podia se confundir com libertar-se. No entanto, vagou apenas qual vagaria sua cadeira de ofício tão logo não voltasse a trabalhar.

Na rua, nu, trazia consigo não mais do que o aviãozinho na mão direita cerrada. Em um par de horas, ouviu o saudoso barulho de aeronaves, uma depois da outra, rasgando o escuro céu de lado a lado como se fosse um pedaço de pano esticado sem rugas. Na oficina, um tecido assim, completamente roto, já não teria utilidade. O céu, naquela noite, também não. Trapos imensos caíam sobre a cabeça, mas tão finos que pareciam nem existir. Não serviam sequer para se abrigar do frio. Para tanto, Javier preferiu o tecido preenchido de sonhos escritos, embora igualmente fino. Abriu a mão direita e começou a desdobrá-lo. E o foi desdobrando, desdobrando, desdobrando, até ter a extensão necessária para cobrir o corpo de um homem de um metro e oitenta, ainda que sobrasse o suficiente para remendar todo o céu desgarrado, sem se romper. Recostou-se, então, no muro de uma rua vazia e sem vigília e puxou a coberta improvisada até os cabelos.

Na manhã seguinte, enquanto nas adjacências se cobria o corpo gélido de um homem totalmente desnudo estirado na calçada com uma manta de alumínio da cabeça aos pés, os três funcionários da oficina despertavam para mais um dia de trabalho. Não encontraram o chefe quando adentraram o cômodo das máquinas de costura, apenas sobre a mesa uma pilha de um tecido

longo e marcado por completo com uma infinidade de dizeres: “conhecer o mar”, “aprender a tocar harpa”, “ter uma casa com horta”, “voar”, “voltar a ter o peito leve”. Não sabiam quem a teria deixado ali, mas como poucas vezes tinham clareza sobre esse tipo de coisa, logo atribuíram o fato àquela que convencionaram chamar de “mão invisível” (do diabo?). E deve ter sido mesmo essa “mão invisível”, que havia muito fazia de bolso a seus dedos aquela oficina. Junto à pilha de tecido longo e cheio de escritos constava um bilhete: “corte para *Greenlife Wear*”. Grife sul-coreana. Era a primeira vez que chegavam tão longe. E os aviões, mesmo sem céu, continuaram voando.



Foto: Paulo Mortari

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitas, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.
b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____ . **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação,*

local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em.... , como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www._____](http://www._____.)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

– Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

– Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Vol. 32, 2024

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSNe: 2237-9843



SUMÁRIO

ARTIGOS

Migraciones indígenas en América Latina

Laura Velasco Ortiz

Contexto migratório internacional e educação escolar fronteiriça - discussão acerca de estudos acadêmicos strictu sensu

Patricia Teixeira Tavano, Marco Aurélio Machado de Oliveira

Vidas interrompidas e futuros suspensos - experiências de estudantes brasileiros em Portugal durante a pandemia Covid-19

Adelia Verônica Silva, Juliana Chatti Iorio, Maria Lucinda Fonseca

“Eu moro aqui, trabalho aqui, vivo aqui, mas tenho a cabeça lá - “famílias transnacionais, redes e cuidado entre migrantes venezuelanos

Nicolas Neves dos Santos, Denise Martin Coviello, Cássio Silveira

Estudantes guineenses no ensino superior em Portugal - barreiras e recomendações

Catarina Doutor

La dimensión afectiva en la investigación de las migraciones infantiles - metodologías bajo la lente

Indira Granda

Inserção social e cultural em Angola - trajetórias de migrantes africanos e regressados

Marcele Nazaré Coelho, Isaías Tchirica Falau

DISPONÍVEIS NA BIBLIOTECA DO CEM

ANDRESSA ALVES MARTINO - UFABC

O RÓTULO DE “SOLICITANTE DE REFÚGIO” NO BRASIL: A POLÍTICA DO CONARE E A PROVISORIEDADE PERMANENTE DESTA CATEGORIA MIGRATÓRIA

Orientadora: Julia Bertino Moreira - UFABC

RESUMO - Na última década, presenciamos um aumento sem precedentes no número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Como consequência, muitos migrantes passaram a sustentar o rótulo de solicitantes de refúgio enquanto aguardavam o resultado de seu pedido, cuja análise é feita pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pela gestão do processo de reconhecimento da condição de refugiado. Enquanto solicitantes de refúgio, os migrantes detêm direitos e deveres específicos que diferenciam esse rótulo de outras categorias migratórias previstas no arcabouço jurídico brasileiro. Durante esse período, notamos que, com exceção do movimento migratório de venezuelanos e sírios, poucos migrantes recebiam deferimentos, permanecendo em grande parte como solicitantes, quer seja porque ainda não tiveram seus pedidos analisados ou porque após o indeferimento pediam recurso e continuavam sustentando tal condição. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é, a partir de um viés institucional, lançar luz sobre o processo de reconhecimento da condição de refugiado conduzido pelo CONARE entre os anos de 2011 e 2020 e apresentar um panorama que compreenda seu contexto histórico, seus instrumentos normativos, os principais atores envolvidos, as etapas processuais e as disputas que abrangem sua prática. Buscamos ainda mais especificamente responder: a solicitação de refúgio no Brasil tem se tornado mais do que uma etapa do processo de elegibilidade, adquirindo características de uma categoria migratória per se? Trabalhamos com a hipótese de que a solicitação de refúgio tem ganhado importância e complexidade a ponto de ser vista como uma categoria que demanda atenção e esforços analíticos próprios, pois pensá-la apenas como parte do refúgio tem se mostrado insuficiente para compreender as dinâmicas e disputas que a atravessam. Em termos metodológicos, utilizamos pesquisas documentais e referências teóricas relativas ao tema, sobretudo os aportes de Sayad (1998), Fassin (2014; 2015) e Zetter (2007), e realizamos 13 entrevistas semiestruturadas com profissionais de instituições governamentais e da sociedade civil que atuam diretamente no processo de elegibilidade e/ou com solicitantes de refúgio. Como justificativa, identificamos que o fenômeno da solicitação de refúgio no Brasil tem se complexificado nos últimos anos ao passo que tem sido pouco explorado em pesquisas acadêmicas. Concluímos que o solicitante de refúgio no Brasil vive numa espécie de limbo jurídico e numa situação de provisoriedade permanente, tal como analisou Sayad (1998), e que a solicitação de refúgio tem se modificado e adquirido características que demandam estudos particulares. Prova disso se verifica no aumento expressivo na quantidade de solicitações e na diversidade de origem dessas pessoas; em sua mobilização por parte dos migrantes diante da indisponibilidade e ausência de hipóteses de autorização de residência mais amplas e acessíveis; no período indeterminado que os migrantes permanecem no passivo de casos pendentes; e em sua instrumentalização por parte de atores estatais como estratégia de governança migratória.

Data: 2022

CAIO DA SILVEIRA FERNANDES - UFRJ

FRONTEIRAS DA CIDADANIA: O COTIDIANO MIGRATÓRIO NA “BAIXADA DO GLICÉRIO”, CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAUL

Orientadora: Gislene Aparecida dos Santos - UFRJ

RESUMO - O cenário das migrações internacionais para o Brasil, desde o início da década de 2010, tem apresentado profundas alterações tanto quantitativas, como qualitativas com relação àquele que perdurou até os anos 2000. O aumento no número de migrantes veio acompanhado de diversas medidas (formais e informais) que amplificaram as formas de gestão da migração e da própria caracterização do fenômeno frente a um crescente interesse sobre o tema. Novos lugares, sujeitos e mediadores passam a compor essa cartografia migratória, suscitando muitas questões a serem debatidas na escala internacional, nacional e local. Os caminhos, soluções, possibilidades e restrições produzidas por esses atores e pelos próprios migrantes passam a contribuir decisivamente para a composição de um “cotidiano migratório”, formado não somente pelos migrantes, mas por todo um conjunto de atores que fazem a mediação entre a condição de migrante e as desigualdades do mundo social. Diante desse contexto emergente, a cidade de São Paulo tem se tornado referência seja na elaboração de diferentes políticas públicas específicas para migrantes, seja na atuação de diferentes coletivos, igrejas, programas sociais. Além disso, em uma conjuntura de aumento das migrações em direção ao Brasil a cidade tem reforçado seu papel como um dos principais lugares de recebimento e trânsito de migrantes. Sendo assim, metodologicamente foi realizado um trabalho etnográfico na “Baixada do Glicério”, bairro situado no centro da cidade de São Paulo. Mais especificamente, o trabalho de campo centrou atenção em dois locais: i) Missão Paz, complexo religioso que oferece diversos serviços para migrantes na cidade. ii) Centro de Estudos de Cultural da Guiné (CECG), criado por migrantes de Guiné Conacri que residem no Glicério. A partir do enfoque nas trajetórias migrantes, busco compreender suas experiências nesse cotidiano, sobretudo as maneiras pelas quais negociam os direitos e a produzem pertencimentos territoriais que não excluem o Estado Nacional, mas que a ele não se reduzem. Teoricamente, mobilizo o conceito de cidadania como norteador de análise. Quando compreendido sob uma lógica formal, cidadania implica a filiação territorial a um Estado Nacional por meio da nacionalidade e a promoção de direitos em busca da igualdade a esse grupo de pessoas, os cidadãos. Por outro lado, argumento, conjuntamente a uma série de autores, que ao contrário da promoção da igualdade, a cidadania se constitui a partir da reprodução de diferenças materiais e simbólicas. Desse modo, somam-se à nacionalidade outros marcadores de diferença como: raça, sexualidade, classe, idade, lugar de origem, entre outros, que operam na diversificação e vivência desigual dos direitos. Por fim, ao acompanhar as trajetórias nesse cotidiano migratório identificou-se a coexistência de normatividades, códigos, escalas, pertencimentos. Quando observadas a partir dos pequenos gestos, práticas e micro relações explicitam-se múltiplas espacialidades políticas que transitam entre: formal e informal; doméstico e público; político e religioso; desejado e indesejado; local e transnacional caracterizando: i) maneiras pelas quais o rotineiro e o banal influenciam no ordenamento socioespacial dos lugares. ii) formas múltiplas de negociação dos direitos e do pertencimento através das “fronteiras da cidadania”.

Data: 2022

PAULO MORTARI ARAUJO CORREA - UNICAMP

MIGRAÇÕES PARAGUAIAS À REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E INSERÇÃO NO SETOR DE CONFECÇÃO TÊXTIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

Orientadora: Rosana Baeninger - UNICAMP

RESUMO - As migrações mais profusas entre Paraguai e Brasil na contemporaneidade são aquelas de caráter rural-rural com origem no último em direção ao primeiro e transcurso principalmente nas décadas de 1960 e 1970, em um contexto de aproximação política, econômica e comercial entre os dois países. Entretanto, ainda que em magnitude inferior, registra-se também uma presença significativa de paraguaios em território vizinho, cujo “estoque” nunca distou muito dos 15 mil indivíduos (desconsiderando-se aqueles que eventualmente se naturalizaram brasileiros) ao longo de todo o século XX, de acordo com os censos demográficos realizados no período. A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), por sua vez, desponta de maneira mais expressiva como destino a essas migrações a partir dos anos 1950, com a vinda, inicialmente, de estudantes por meio de programas de intercâmbio universitário e deslocados em decorrência da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989), entre outros grupos. Na virada para o século XXI, tanto a nível nacional como metropolitano (em relação à capital paulista e seu entorno), as migrações paraguaias apresentam um crescimento sem precedentes, dentro de um panorama global de intensificação das migrações Sul-Sul e de importantes mudanças em curso no sistema produtivo capitalista e na divisão internacional do trabalho. É nesse momento que se sobressai a inserção de trabalhadores nacionais do Paraguai em oficinas de costura na RMSP, cujas origens remetem, no tempo, ao fim dos anos 1970 e, no espaço, a distritos do Centro de São Paulo. Tal fenômeno se manifesta majoritariamente no chamado “circuito inferior” da moda, no qual se verificam maiores níveis de informalidade, subcontratação de oficinas e incidência mais notável de trabalho precarizado ou, até mesmo, em condição análoga à de escravo, em um setor fortemente orientado pelos ditames da “moda rápida”, que incluem o encurtamento nos tempos de disponibilização de uma peça de roupa no mercado e de seu descarte pelo consumidor final. Levando-se em conta esse cenário, a presente pesquisa tem por objetivo estudar a relação das redes migratórias com a inserção de paraguaios no setor de confecção têxtil da RMSP nas primeiras décadas do século XXI, adotando-se como hipótese a de que as migrações paraguaias que passam pela capital paulista e suas adjacências seriam altamente rotativas e contariam com suas redes migratórias para o estabelecimento de um espaço de circulação possível frente à reestruturação produtiva global. A metodologia utilizada compreende tanto uma perspectiva quantitativa (com o uso de censos e registros administrativos, além de outras fontes) como qualitativa (nesse caso, com destaque à condução de doze entrevistas semiestruturadas com migrantes paraguaios). Entre os resultados obtidos estão a verificação da consolidação da confecção têxtil como um “nicho étnico” de trabalho por parte de paraguaios radicados em São Paulo, no qual seria recorrente o rápido trânsito dos trabalhadores por ocupações em diferentes estabelecimentos; e ambiguidades que marcam a atuação das redes, que, se, por um lado, tendem a ser decisivas para a viabilização de projetos migratórios (como na mobilização de recursos para o deslocamento e a subsistência nos primeiros dias de vida no exterior e na “abertura de portas” ao mercado de trabalho local) e a proteção contra casos mais destoantes de exploração laboral, por outro, terminam por nutrir, ainda que não deliberadamente (embora, em alguns casos, possa ser), uma cadeia produtiva que comumente submete os próprios paraguaios aos serviços mais precarizados.

Data: 2024

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não minguar nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na ginga da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação

José Carlos Pereira

Presentation

José Carlos Pereira

Vozes da resistência ao salazarismo e a luta pela democracia em Portugal e no Brasil

Sônia Maria de Freitas

Xenorracismo: a face do preconceito contra imigrantes

Juliana Carvalho Ribeiro

Rosana Baeninger

The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin

Nivelton Alves de Farias

Candangoianos: memórias entrelaçadas nas travessias dos universitários goianos em Brasília
(UnB/Plano Piloto)

Fred Le Blue Assis

Da interdisciplinaridade aos child migration studies: caminhos para uma abordagem das
ciências sociais sobre a infância migrante

João Freitas de Castro Chaves

Territorialidades haitianas em Cuiabá/MT: o processo de reterritorialização através do
Centro de Pastoral para o Migrante em Mato Grosso

Danilo Paranhos Batista

CONTO

Não há céu onde voam os aviões?

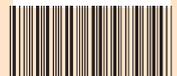
Paulo Mortari

travessia@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869